

**LUCIANA DE SOUZA VILELA**

**PATRIMÔNIO DOCUMENTAL, HISTÓRIA E MEMÓRIA:  
Organização e Constituição Histórica do Acervo Acadêmico da Diretoria de Registro  
Escolar da Universidade Federal de Viçosa (1969-2013)**

Dissertação apresentada à Universidade Federal de Viçosa, como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação em Patrimônio Cultural, Paisagens e Cidadania, para obtenção do título de *Magister Scientiae*.

Orientadora: Ana Paula Ribeiro Freitas

**VIÇOSA - MINAS GERAIS  
2023**

**Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca Central da Universidade Federal de Viçosa - Campus Viçosa**

T

V699p  
2023  
Vilela, Luciana de Souza, 1971-  
Patrimônio documental, história e memória: organização e constituição histórica do acervo acadêmico da diretoria de registro escolar da Universidade Federal de Viçosa (1969-2013) / Luciana de Souza Vilela. – Viçosa, MG, 2023.

1 dissertação eletrônica (152 f.): il. (algumas color.).

Inclui anexos.

Orientador: Ana Paula Ribeiro Freitas.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Viçosa, Departamento de História, 2023.

Referências bibliográficas: f.120-128.

DOI: <https://doi.org/10.47328/ufvbbt.2023.532>

Modo de acesso: World Wide Web.

1. Universidade Federal de Viçosa - Documentos públicos.  
2. Estudantes universitários - Documentos e correspondência - Administração. I. Freitas, Ana Paula Ribeiro. II. Universidade Federal de Viçosa. Departamento de História. Programa de Pós-Graduação em Patrimônio Cultural, Paisagens e Cidadania. III. Título.

CDD 22. ed. 378.8151

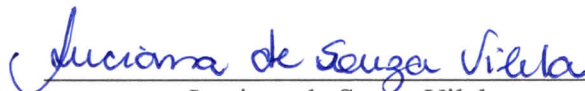
LUCIANA DE SOUZA VILELA

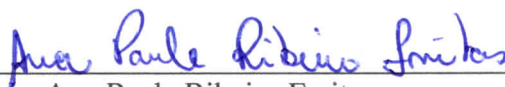
**PATRIMÔNIO DOCUMENTAL, HISTÓRIA E MEMÓRIA:  
Organização e Constituição Histórica do Acervo Acadêmico da Diretoria de Registro  
Escolar da Universidade Federal de Viçosa (1969-2013)**

Dissertação apresentada à Universidade Federal de Viçosa, como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação em Patrimônio Cultural, Paisagens e Cidadania, para obtenção do título de *Magister Scientiae*.

APROVADA: 12 de julho de 2023.

Assentimento:

  
\_\_\_\_\_  
Luciana de Souza Vilela  
Autora

  
\_\_\_\_\_  
Ana Paula Ribeiro Freitas  
Orientadora

## **AGRADECIMENTOS**

A Deus primeiro porque é minha fortaleza. Ele sabe do que eu sou feita e, por isso com sua graça, torna possível que eu experimente, faça e viva coisas que nunca imaginei.

Aos meus pais Luiz e Aparecida, às irmãs Ana, Cecília e Fernanda, aos filhos Felipe, Juliana, Estéfane e ao meu neto Luiz Felipe que acolheram com amor minhas ausências e impaciências durante esta pesquisa e são o meu porto seguro.

Aos meus colegas de trabalho da Diretoria de Registro Escolar que me deram suporte na busca de informações, suprimindo minhas indagações com muito carinho, e àqueles que doaram um pouco de suas histórias de vida nas entrevistas.

Ao meu grande amigo Emilio pelo apoio e incentivo, por me ouvir todas as vezes que precisei e por se alegrar comigo em cada conquista.

À minha orientadora Ana que seguiu este caminho comigo em verdadeira parceria. Nos momentos difíceis, foi suporte e nos, felizes comemorou comigo.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

## RESUMO

VILELA, Luciana de Souza, M. Sc., Universidade Federal de Viçosa, julho de 2023. **Patrimônio Documental, História e Memória: Organização e constituição histórica do Acervo acadêmico da Diretoria de Registro Escolar da Universidade Federal de Viçosa (1969-1990)**. Orientadora: Ana Paula Ribeiro de Freitas.

O presente trabalho visa refletir sobre um arquivo acadêmico e sua forma de constituição e organização em um recorte temporal específico. Para tanto, busca trazer à luz as memórias dos servidores que trabalharam e trabalham com esse acervo, elucidando aspectos atinentes à forma como esse foi gerido ao longo do período em estudo, contribuindo para a sua situação atual. O recorte cronológico desta pesquisa se inicia com a federalização da UFV em 1969, abrangendo todo o período de ditadura militar e o contexto em que foi votada a Constituição Cidadã de 1988, que forneceu as bases para a aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e findando no REUNI. Os documentos que compõem o acervo acadêmico do registro escolar - mais especificamente aqueles que abrangem o período de 1969 a 2013 - são de suma importância para o conhecimento da história das universidades num período marcado pela ditadura militar e transição democrática, sendo capazes de retratar os perfis e trajetórias dos alunos que aqui ingressaram, descortinando aspectos ainda desconhecidos da história da instituição. O objetivo geral do projeto é analisar a constituição histórica e gestão documental da DRE/UFV entre 1969 e 2013, a partir das memórias dos servidores envolvidos no setor e buscar soluções contemporâneas de gestão documental que viabilizem a consulta pública e facilitem o trabalho dos servidores responsáveis por esse acervo. Espera-se que este estudo e intervenção prática contribua para ampliar as pesquisas sobre a história da UFV e a educação superior brasileira, através do estudo da história do arquivo da DRE-UFV.

Palavras-chave: Acervos públicos. Registro acadêmico. Gestão documental.

## ABSTRACT

VILELA, Luciana de Souza, M.Sc., Universidade Federal de Viçosa, July, 2023. **Documentary Heritage, History and Memory: Organization and historical constitution of the Academic Collection of the Board of School Registration of the Federal University of Viçosa (1969-1990)**. Adviser: Ana Paula Ribeiro de Freitas.

The present work aims to reflect on an academic archive and its form of constitution and organization in a specific time frame. To this end, it seeks to bring to light the memories of the servants who worked and work with this collection, elucidating aspects related to the way it was managed over the period under study, confident for its current situation. The chronological cut of this research begins with the federalization of UFV in 1969, covering the entire period of military dictatorship and the context in which the 1988 Citizen Constitution was voted, which provided the bases for the approval of the Law of Guidelines and Bases of Education National and ending at REUNI.. The documents that make up the academic collection of the school record - more specifically those covering the period from 1969 to 2013 - are of paramount importance for the knowledge of the history of universities in a period marked by the military dictatorship and democratic transition, being able to portray the profiles es trajectory of the students who entered here, revealing still unknown aspects of the history of the institution. The general objective of the project is to analyze the historical constitution and document management of the DRE/UFV between 1969 and 2013, based on the memories of the servants involved in the sector and to seek contemporary solutions for document management that make public consultation possible and facilitate the work of the responsible servants. for this collection. It is hoped that this study and practical intervention will contribute to expanding research on the history of the UFV and Brazilian higher education, through the study of the history of the DRE-UFV archive.

Keywords: Public archives. Academic record. Document management.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Quadro 1 – Data de criação de universidades federais no Brasil (1920-1991) .....	27
Quadro 2 – Cursos autorizados na UFV nos anos 70, 80, 90, 2000 e 2010.....	58
Quadro 3 – Trajetória das Intervenções no acervo da DRE.....	63
Quadro 4 – Plano de gestão dos documentos digitais .....	104
Quadro 5 – Plano de ação para a digitalização .....	105
Quadro 6 – Plano de ação para a digitalização .....	106
Quadro 7 – Plano de ação para a digitalização .....	106
Quadro 8 – Plano de ação para a digitalização .....	107
Quadro 9– Quadro do plano de ação revisado .....	114
Gráfico 1 – Crescimento de matrícula a partir da década de 1970.....	14
Gráfico 2 – Crescimento de matrícula na década de 1950.....	45
Gráfico 3 – Aumento de alunos da UFV de 1965 a 2000.....	53
Figura 1 – Criação de Arquivos Públicos Distritais e Estaduais (1889 – pós-1985) .....	26
Figura 2 – Secretaria Geral da ESAV – Setor de Atendimento.....	43
Figura 3 – Registro Escolar em 1978 – Setor de Atendimento.....	55
Figura 4 – Atribuições da Seção de Arquivo - Regimento da DRE de 1994 .....	58
Figura 5 - Registro Escolar em 1985 – Setor de Atendimento.....	60
Figura 6 – Cartão/Ficha do estudante.....	67
Figura 7 – Índice das microfimagens.....	68
Figura 8 – Leitora de microficha.....	69
Figura 9 – Microficha do aluno.....	70
Figura 10 – Atual prédio da Diretoria do Registro Escolar, inaugurado em 2018.....	77
Figura 11 – Diretoria de Registro Escolar em 2021 – Setor de Atendimento.....	78
Figura 12 – Arquivo atual da DRE-UFV.....	79
Figura 13 – Pasta de arquivo e envelope com documentos do aluno.....	80
Figura 14 – Mainframe: Processador de dados que chegou à UFV em 1981.....	92
Figura 15 – Primeira reunião com a empresa contratada.....	104
Figura 16 – Scanner de torre .....	108
Figura 17 – Scanners de mesa .....	108
Figura 18 – EPIs recomendados para o trabalho com o acervo .....	108
Figura 19 – Servidores com os EPIs .....	109
Figura 20 – Servidores em treinamento .....	110
Figura 21 – Início da digitalização .....	112
Figura 22 – Organização dos documentos e digitalização .....	112
Figura 23 – Digitalização dos documentos na matrícula 2023.....	113
Figura 24 – GED. Pasta da DRE .....	115
Figura 25 – GED. Pasta do aluno com os documentos digitalizados .....	115
Figura 26 – GED. Documento digitalizado do aluno .....	116
Figura 27 – Sistema Acadêmico da UFV .....	116

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Perfil dos servidores e diretores da DRE entrevistados.....	18
Tabela 2 – Secretários da ESAV e UREMG – 1928-1968 .....	56
Tabela 3 – Diretores e Diretores assistentes da DRE – 1978-2023 .....	56

## LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

ACH – Arquivo Central e Histórico

AN – Arquivo Nacional

ANCIB – Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciência da Informação

CEPAD – Comissão Permanente de Avaliação de Documentos

CEPE – Conselho de Ensino Pesquisa e Extensão.

CONARQ – Conselho Nacional de Arquivo

CONSU – Conselho Universitário

DCE – Diretório Central de Estudantes.

DRE – Diretoria de Registro Escolar.

ESAV – Escola Superior de Agricultura e Veterinária.

EPIs – Equipamento de Proteção Individual

FAPEMIG – Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais

PDI – Plano de Desenvolvimento Institucional.

PGP – Pró-reitoria de Gestão de Pessoas.

PVA – Pavilhão de Aulas A

PROEX – Projeto de Extensão

REUNI – Reestruturação e Expansão das Universidades Federais

UREMG – Universidade Rural do Estado de Minas Gerais

UFJF – Universidade Federal de Juiz de Fora

UFLA – Universidade Federal de Lavras

UFMG – Universidade Federal de Minas Gerais

UFU – Universidade Federal de Uberlândia

UFV – Universidade Federal de Viçosa

TCLE – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	10
CAPÍTULO 1	
1. DA FORMAÇÃO HISTÓRICA DOS ARQUIVOS AOS ARQUIVOS UNIVERSITÁRIOS NO BRASIL.....	24
1.1. Por uma história da formação de arquivos: dos primeiros acervos aos arquivos públicos e universitários.....	24
1.2. O Patrimônio documental e as memórias dos sujeitos envolvidos na produção e gestão de documentos da DRE: servidores e gestores que atuaram nos anos 1970 e 1980.....	32
CAPÍTULO 2	
2. CAMINHOS PERCORRIDOS PELA DIRETORIA DE REGISTRO ESCOLAR NA ESAV/UREMG/UFV.....	42
2.1. A constituição histórica da DRE em dois tempos: ESAV/UREMG.....	42
2.2. A DRE em tempos de federalização: novos e velhos desafios.....	47
CAPÍTULO 3	
3. A CONSTITUIÇÃO HISTÓRICA DO ACERVO ACADÊMICO DA DIRETORIA DE REGISTRO ESCOLAR-UFV.....	62
3.1. A formação do acervo acadêmico.....	62
3.2 O acervo acadêmico em novos tempos e novas tecnologias.....	72
CAPÍTULO 4	
4. A GESTÃO DOCUMENTAL E O CAMINHO PARA A DIGITALIZAÇÃO DO ACERVO ACADÊMICO DA UFV.....	82
4.1. Patrimônio documental e gestão de documentos e universidades federais do Brasil.....	82
4.2. Arquivos, arquivística e os suportes para a guarda de informações.....	86
4.3. Produto – Transformado o físico em digital: o processo de digitalização do acervo acadêmico da DRE.....	101
4.3.1. Primeira fase da digitalização: contratação da empresa para a prestação do serviço, montagem do laboratório, diagnóstico e gestão documental dos acervos físico e digital.....	102
4.4. O processo de digitalização do acervo acadêmico da DRE.....	110
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	118
REFERÊNCIAS.....	120
FONTES OFICIAIS DA UFV.....	127
LEGISLAÇÕES.....	127
ANEXOS.....	129

## INTRODUÇÃO

A Universidade Federal de Viçosa (UFV) faz 97 anos em 2023, o que a define como uma das mais antigas instituições de ensino do país. Fundada em 1926 como Escola Superior de Agricultura e Veterinária (ESAV). Transformada em Universidade Rural de Minas Gerais (UREMG) em 1946, com o reconhecimento e credibilidade que alcançou ao longo das primeiras décadas, tem sua federalização em 1969, tornando-se Universidade Federal de Viçosa.

Neste trabalho, lançamos à reflexão o arquivo acadêmico desta universidade e sua forma de constituição e organização em um recorte temporal específico. Para tanto, buscamos trazer à luz as memórias, no silêncio e esquecimento, dos servidores que trabalharam e trabalham com este acervo, elucidando aspectos atinentes à forma como esse foi gerido ao longo do período em estudo, contribuindo para a sua situação atual.

A história do arquivo acadêmico da Diretoria de Registro Escolar (DRE) da UFV remonta à época em que foi inaugurada a ESAV. Portanto, sua trajetória se confunde com a história da instituição, pois nela está inserido. São 97 anos produzindo e acumulando um patrimônio documental bastante rico ao longo deste tempo e, desde a federalização, o número de matrículas cresceu, acompanhando o processo de expansão da universidade e criação de inúmeros cursos. Para que seja possível conhecer as múltiplas trajetórias e memórias individuais e coletivas de milhares de alunos que fizeram história na instituição, é preciso tornar acessível esta documentação. Dado isso, nasce a preocupação com uma investigação histórica e intervenção prática neste acervo.

O arquivo da DRE vem acumulando ao longo deste tempo, documentos pessoais e acadêmicos de mais de 108.000 alunos oriundos dos mais diversos lugares do Brasil e do mundo. São 492 metros lineares de documentos, contendo 108.000 envelopes. No entanto, nunca foi pensada uma gestão, empregando o conhecimento do campo da arquivística, o que limita a busca de informações nos documentos. Hoje, o acervo encontra-se preservado e minimamente organizado, porém é preciso reconhecer que tiveram embates e empenho para o seu estado atual. Conhecer essa história e suas diferentes narrativas nos ajuda a trazer à luz lutas que ficaram no silêncio, trabalhos e conquistas até então não conhecidos. O recorte cronológico dessa pesquisa se inicia no período da federalização da instituição – quando a universidade passou por profundas transformações não apenas com a federalização, mas com os efeitos da implementação da reforma universitária de 1968, estendendo-se nas décadas seguintes do

século XXI em que se deu a redemocratização no país, quando as instituições educacionais se encontravam fragilizadas com a intensa repressão às comunidades acadêmicas e buscavam a reconstrução do sistema educacional. O período compreendido entre os anos 80 e 90 é um momento em que se promulga a Constituição de 1988, que tem em sua estrutura parte específica voltada ao tema da Educação e que, em seguida, serve de base para a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira (LDB), aprovada em 1996. A partir de então, os novos arcabouços jurídicos passam a promover transformações na estrutura da educação superior brasileira. Em 2003, é iniciado o Plano de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI) e com a sua implementação, a UFV viveu intensa expansão. Foram percebidas mudanças em todos os setores da instituição. E na DRE, essas mudanças foram sentidas de modo intenso com o aumento de matrículas, que gerou a ampliação do trabalho e expansão na produção documental.

Esta pesquisa fez parte de um trabalho coletivo maior envolvendo outros servidores da DRE, em aspectos diferentes do arquivo. São quatro servidoras, contando com a pesquisadora deste trabalho, que estão abordando a constituição e outros aspectos dos acervos deste setor em dissertações de mestrado. A primeira a estudar a temática foi Patrícia da Silva Fonseca, com a dissertação intitulada “Gestão de acervos documentais em instituições universitárias e o acesso à informação: o caso do arquivo do serviço de registro de diplomas e certificados da Universidade Federal de Viçosa (1934-2020)”. A pesquisadora aborda a análise do conjunto documental da seção de Registro de Diplomas e Certificados (SRDC) e outros sete acervos da UFV, verificando suas condições de armazenamento, fatores de risco ou de degradação como também questões legais relacionadas à legislação arquivística e de acesso. Por sua vez, Mariza Silva Santos Dias na dissertação “O impacto da Portaria 315 de abril de 2018 no arquivo do Registro Escolar na Universidade Federal de Viçosa”, trata do impacto que as novas legislações, sobretudo a Portaria n. 315 de 2018, trouxe à organização dos acervos públicos, considerando que para adequação às novas exigências, é absolutamente necessário pensar a gestão dos documentos. Por fim, em estudo em andamento intitulado “Documento, história e memória: a importância da preservação do patrimônio documental dos alunos egressos da Universidade Federal de Viçosa (1926 a 1969)”, Djenane Ferreira Pena vem discorrendo sobre o acervo documental dos egressos da ESAV e da UREMG no que diz respeito à sua contribuição para o Ensino Superior no Brasil, bem como a importância deste acervo enquanto guardião de parte

importante da memória da UFV. A autora tem feito essa reflexão aliada à preocupação em demonstrar a parte prática da preservação destes documentos.<sup>1</sup>

A partir destas contribuições à compreensão da gestão documental deste acervo em diferentes recortes e métodos, este estudo pretende abordar a constituição histórica da DRE e seu acervo, sua importância e suas necessidades, que vão para que além da guarda de informações acadêmicas contidas nas fontes ali arquivadas, é possível conhecer melhor a história da UFV. Além disso, conhecendo o que foi feito até o momento presente, é possível sugerir ferramentas que melhor se adaptem a este acervo, como forma de orientar a busca de informações, responder às demandas e facilitar a gestão do arquivo.<sup>2</sup> É fundamental reconhecer a importância da história da DRE e da trajetória da produção, organização e armazenamento de documentos acadêmicos, a partir da reflexão sobre as memórias dos servidores envolvidos em sua gestão, para que se possa intervir adequadamente no acesso eficaz à informação e registro da memória institucional. Para tanto, irrompem algumas questões: como fazer para trazer à tona a voz dos servidores que trabalharam no arquivo e que conhecem a trajetória deste acervo que, conseqüentemente, faz parte da história da instituição e que nunca foi contada? Seus percalços e vitórias vividas em variadas conjunturas e realidades? Existia uma política de gestão documental do Registro Escolar quando a instituição foi federalizada? Esta política passou por alterações no período em estudo? Quais foram as principais mudanças? Quais as dificuldades encontradas por gestores e servidores envolvidos na manutenção e organização do acervo desde a federalização?

Os relatos destes servidores certamente têm muito a contribuir para o entendimento da história do acervo e podem lançar luz sobre aspectos importantes a serem considerados na sua gestão, tendo em vista a trajetória pela qual a produção documental se deu ao longo do tempo.

No que concerne à situação atual do acervo e intervenção prática com fins à realização do produto do Mestrado Profissional, pensou-se em como a documentação deste período poderia ser organizada e ter seu acesso facilitado, considerando as atuais dimensões técnicas e legais de organização e gestão, a relevância na dimensão administrativa-educacional e importância para a história das universidades brasileiras. No entanto, durante o período da pesquisa, surgiram novas legislações que afetaram diretamente o acervo, que nos fizeram buscar

---

<sup>1</sup> Será abordado com mais detalhes os trabalhos das servidoras no capítulo 4.

<sup>2</sup> LOPEZ, André Porto Ancona. **Como descrever documentos de arquivo**: elaboração de Instrumentos de Pesquisa. São Paulo: Arquivo dos Estado, Imprensa Oficial, 2002. p. 10.

uma solução que sanasse alguns problemas e também se adequasse às exigências das novas leis<sup>3</sup>.

A escolha deste tema de pesquisa se deu pelo fato de que a pesquisadora faz parte do quadro de funcionários da Diretoria de Registro Escolar desde 2009. Desde a sua entrada, por todos os setores em que trabalhou e cargos de chefia que assumiu, esteve ligada diretamente ao arquivo acadêmico. Diante de várias solicitações de documentos e acessos ao arquivo, todo o trabalho que vem sendo feito, no objetivo de tornar a documentação protegida e de melhorar o acesso por iniciativa dos servidores, surgiu o interesse de analisar e trazer à tona a história deste acervo. Embora o objeto de estudo seja familiar à pesquisadora, muitos dos trabalhos que foram feitos são anteriores à sua chegada à UFV. Mesmo assim, pensou-se na necessidade de manter, em certo grau, o distanciamento, como defendido por Ana Celeste Indolfo quando diz que “como recomenda a Antropologia Social, existem distâncias entre o que se diz, o que se faz e o que se diz sobre o que se faz”<sup>4</sup> e também conforme apontou Michel-Rolph Trouillot: “Tenho consciência de que há uma tensão inerente à sugestão de que deveríamos ter em conta nossa posição ao mesmo tempo em que assumimos algum distanciamento dela, mas acho que essa tensão é tanto saudável quanto prazerosa”<sup>5</sup>. Diante dessas colocações, foi suposto que a aproximação da pesquisadora em relação ao seu objeto de estudo seria favorável, não obstante a impossibilidade de distanciar-se da realidade em foco.

O acervo acadêmico do Registro Escolar da Universidade Federal de Viçosa iniciou sua produção documental em 1926 e passou por diferentes processos de expansão ao longo de seus anos de existência. Partiu-se do pressuposto de que os anos que se seguiram à federalização da instituição foram seminais à configuração atual do seu acervo acadêmico, diante das inúmeras transformações pelas quais passaram a universidade no período. Para compreender aspectos constituintes da sua trajetória, que ajudaram a configurar o seu estado atual, é preciso analisar os diferentes caminhos dos diversos setores da universidade. Desde a federalização, o número de matrículas se ampliou consideravelmente, com a ampliação de cursos de graduação e expansão de programas de pós-graduação.

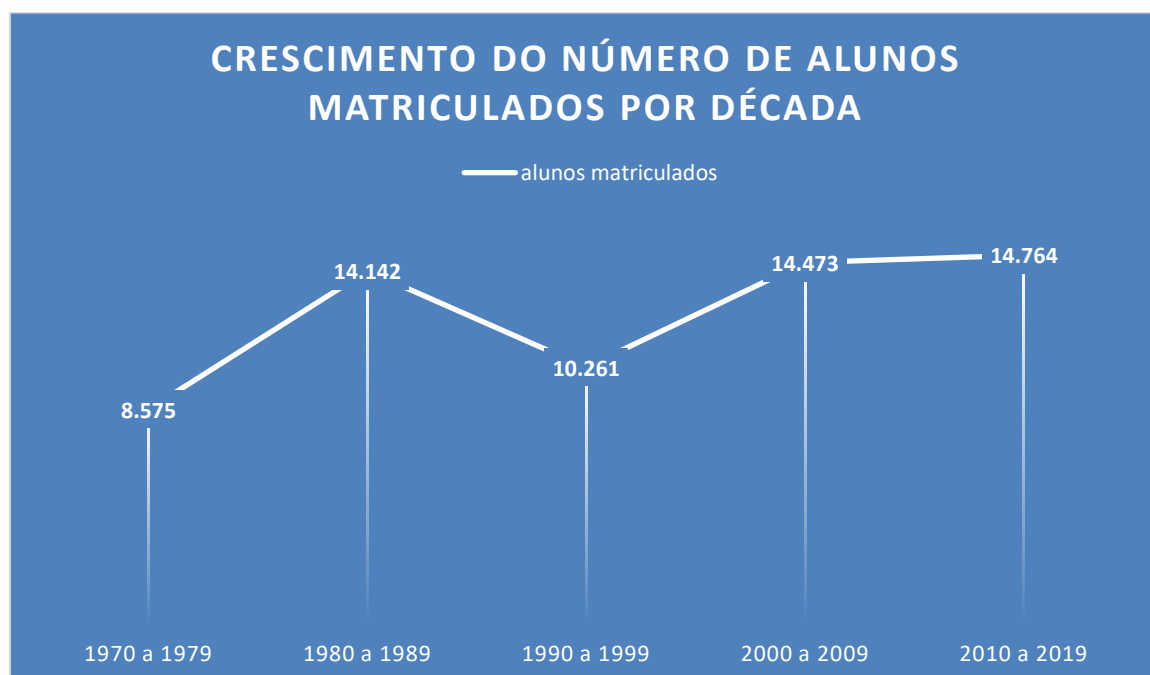
---

<sup>3</sup> Leis que serão discutidas na segunda parte do trabalho.

<sup>4</sup> INDOLFO, Ana Celeste. **O uso das normas arquivísticas no Estado brasileiro**: uma análise do Poder Executivo Federal. 2008. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Universidade Federal Fluminense e Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia. Niterói, RJ, 2008. p. 21.

<sup>5</sup> TROUILLOT, Michel-Rolph. **Silenciando o Passado**: o poder e a produção da história. Tradução de Sebastião Nascimento. Curitiba: Huya, 2016. p. 17.

Gráfico 1 - Crescimento do número de matrículas a partir dos anos 1970



Fonte: Elaboração própria com dados fornecidos pela DRE

A situação de vários arquivos da UFV foi analisada por trabalho defendido pelo arquivista responsável pelo Arquivo Central e Histórico da instituição (ACH-UFV) Eduardo Luiz dos Santos, em 2017. Em sua pesquisa de mestrado, o pesquisador fez um diagnóstico da situação arquivística nos setores administrativos e nos serviços de arquivos da instituição, trazendo um panorama preocupante com a percepção dos desafios de se implantar uma gestão documental nas instituições públicas de ensino superior. Eduardo Santos constatou que o PDI (Plano de Desenvolvimento Institucional) de 2012-2017 sequer faz menção à expressão “gestão documental”, assinalando que as funções arquivísticas não são devidamente utilizadas:

[...] as limitações mais acentuadas dos setores diagnosticados são com relação a destinação final dos documentos, ocasionadas pela não adoção dos procedimentos de classificação e avaliação. Esse fato gera problemas na recuperação da informação, tanto para atender às demandas administrativas quanto à pesquisa por parte dos usuários externos.<sup>6</sup>

Diante destas questões, o principal problema que se coloca é o de identificar os processos históricos que culminaram na situação atual da gestão documental na universidade, com o fim de formular soluções viáveis para a questão. É preciso compreender os diferentes

<sup>6</sup> SANTOS, Eduardo Luiz dos. **Diagnóstico da situação arquivística da Universidade Federal de Viçosa**. Dissertação (Mestrado em Arquivologia) - Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, RJ, 2017. p. 126.

aspectos do processo de constituição e organização do acervo entre 1969 e 2013, bem como as mudanças na estrutura organizacional e administrativa da instituição e o contexto nacional; com vistas a refletir sobre os desafios da gestão documental no período em que este conjunto documental se constituiu, a fim de conhecer o seu teor, suas possibilidades de pesquisa e propor ações eficazes de gestão, organização, disponibilização e difusão cultural.

Para tanto, pretendemos visibilizar a voz dos servidores que trabalharam na DRE-UFV e que conhecem a história da constituição do seu acervo e suas dificuldades vivenciadas após a federalização da universidade. Após 1969, existia uma política de gestão documental do Registro Escolar? Se existia, em que consistia esta política e quais mudanças foram observadas no período? Quais dificuldades foram encontradas por gestores e servidores envolvidos na sua manutenção à época?

A problematização se deu na organização do acervo e provém do fato de que inexistia uma preocupação com a gestão arquivística, quando a documentação foi produzida no período. A universidade passou por grandes transformações em sua estrutura administrativa após a federalização, que já em si foi uma grande mudança. Posteriormente, vieram também a redemocratização, uma nova Constituição em 1988 e uma nova lei federal de educação, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB). Nos anos 2000, o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI) gerou uma enorme expansão de cursos e conseqüentemente de matrículas, trazendo consigo uma extensa produção documental acadêmica. Por conseqüência, isso causou uma ampliação inédita no volume de papéis gerados na instituição, revelando a necessidade de uma gestão e os desafios da sua execução, pois inexistia pessoal qualificado para lidar com tais questões. De acordo com nossa análise, o acervo acadêmico da DRE-UFV entre 1969 e 2013 foi organizado por servidores e diretores da maneira que julgaram ser a melhor na época, mas o foco era o uso administrativo do documento, sem conhecimento de questões básicas da arquivologia, como a necessária separação entre arquivo permanente, intermediário e corrente, bem como com os cuidados específicos a serem prestados a esses documentos.<sup>7</sup> Portanto, não havia preocupação com

---

<sup>7</sup> À época, os próprios preceitos atuais da arquivologia ainda não abrangiam concepções como a tabela de temporalidade do documento, fundada na teoria das três idades, que estava sendo elaborada (1973) por Jean Jacques Valette. Segundo essa teoria, todo documento passa por um ciclo de vida: o arquivo corrente é formado por um conjunto documental ainda fortemente ligado aos fins imediatos aos quais foram gerados, no cumprimento da sua função de origem (atividades-meio e atividades-fim). Estes são conservados nos órgãos produtores em razão de sua vigência e da frequência de consultas; já o arquivo intermediário é aquele formado por documentos originários de arquivos correntes, com uso pouco frequente e que futuramente, se tornará arquivo permanente, sendo essa a terceira e última temporalidade do documento, que passa a ser guardado, devido ao seu valor histórico. Fonte: BELLOTTO, Heloísa Liberalli. **Arquivos permanentes**: tratamento documental. Tratamento documental. 4 ed. Rio de Janeiro: FGV. 2006.

questões relativas à gestão documental como, por exemplo, a classificação e avaliação dos documentos. Além disso, o contexto das políticas públicas federais incipientes em relação à preocupação com o patrimônio documental também influenciou nos problemas enfrentados pelas universidades também a nível local. Com a leitura da bibliografia e análise das fontes institucionais, legislação do período e relatos orais de servidores que atuaram no setor, analisamos as transformações em curso na estrutura administrativa da instituição, nas políticas públicas relacionadas aos arquivos públicos universitários e seus impactos na manutenção do acervo nos anos de ditadura militar.

Este trabalho pretendeu refletir sobre as mudanças e continuidades vivenciadas no setor e que impactaram em sua organização, desde a sua federalização até pouco depois do fim da ditadura militar no Brasil. Para tanto, espera-se dar visibilidade às memórias dos servidores responsáveis pela gestão deste arquivo, apreendendo os caminhos percorridos para a sua preservação, os critérios utilizados diante dos desafios enfrentados no período.<sup>8</sup> Parte-se do pressuposto de que a trajetória do acervo acadêmico da DRE/UFV resguarda uma memória coletiva das pessoas envolvidas diretamente em sua gestão e resguarda o patrimônio documental da instituição e a história dos indivíduos que pertenceram ao corpo estudantil da UFV.

Embora o acervo acadêmico do Registro Escolar não seja oficialmente reconhecido como patrimônio documental, optou-se pelo uso deste conceito, uma vez que este acervo atende a todos os requisitos para ser assim identificado, devido à relevância dos documentos ali guardados, para estudos voltados à história do ensino superior e do patrimônio científico e cultural nacional. David Lowenthal<sup>9</sup> defende que o patrimônio propicia a ligação entre várias gerações, quando este bem vai passando de uma geração a outra e que também cria vínculos entre os cidadãos, quando representa uma coletividade.

Segundo Ivana Parrela e Maria Silva, o conceito de memória coletiva encontra-se conectado à discussão sobre avaliação de documentos na arquivologia, pois são essas ações que definem quais documentos terão o *status* de documento permanente/histórico. Portanto, é a memória coletiva que permite selecionar os documentos socialmente relevantes, a ponto de justificar a sua preservação.<sup>10</sup> Logo, a associação entre arquivos e memória coletiva é recorrente

---

<sup>8</sup> SANTOS, Eduardo Luiz dos. **Op. Cit.**, 2017. p. 72.

<sup>9</sup> LOWENTHAL, David. Como conhecemos o passado. **Projeto história**, São Paulo, v. 17, jul./dez., 1998. pp. 65-83. (Dossiê Trabalhos da Memória.) Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/11110/8154> Acesso em: out. 2020.

<sup>10</sup> PARRELA, Ivana D.; SILVA, Maria Juliana Nunes da. A memória como critério de avaliação e como lastro para o produtor dos documentos arquivísticos: o caso Arquivo Público Mineiro. In: **Gestão de documentos em Minas Gerais: experiências e perspectivas**. Belo Horizonte: Fino Traço, 2015. p. 45-70.

no pensamento arquivístico, sendo, por isso, tão importante o trabalho do historiador em parceria com o arquivista na elaboração de um plano de gestão documental. Neste sentido, para fins desta pesquisa, compreende-se a importância da reflexão acerca da trajetória histórica do acervo do Registro Escolar por meio dos relatos orais dos servidores responsáveis pelo setor, cujos resultados encontram-se imbricados com a intervenção prática a ser realizada no acervo. Ou seja, o trabalho de intervenção prática no acervo da DRE-UFV é indissociável da reflexão histórica que se pretende fazer nesta pesquisa.

O historiador Jacques Le Goff define memória, como propriedade de conservar certas informações, remete-nos em primeiro lugar a um conjunto de funções psíquicas, graças às quais o homem pode atualizar impressões ou informações passadas, ou que ele representa como passadas.<sup>11</sup> Segundo Maurice Halbwachs<sup>12</sup>, a memória é uma operação coletiva de acontecimentos do passado e que os outros ajudam a relembrar. O patrimônio se configura como um objeto que remete a uma memória coletiva, como também afirma Michael Pollak, citando Halbwachs,

Assim também Halbwachs, longe de ver nessa memória coletiva uma imposição, uma forma específica de dominação ou violência simbólica, acentua as funções positivas desempenhadas pela memória comum, a saber, de reforçar a coesão social, não pela coerção, mas pela adesão afetiva ao grupo, donde o termo que utiliza, de "comunidade afetiva". Na tradição europeia do século XIX, em Halbwachs, inclusive, a nação é a forma mais acabada de um grupo, e a memória nacional, a forma mais completa de uma memória coletiva.<sup>13</sup>

Ainda conforme Pollak, a memória se constitui como uma “operação coletiva dos acontecimentos e das interpretações do passado que se quer salvaguardar”, se constituindo em “tentativas mais ou menos conscientes de definir e de reforçar sentimentos de pertencimento e fronteiras sociais entre coletividades.”. Pollak realçou a importância da história oral na busca pelas “memórias subterrâneas” e silenciadas das culturas minoritárias e dominadas que se confrontam diretamente com as “memórias oficiais,” destacando a disputa e reivindicações de

---

<sup>11</sup> LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Tradução Bernardo Leitão... [et al.] Campinas: Editora da Unicamp, 1990. (Coleção Repositórios). Disponível em: <https://www.ufrb.edu.br/ppgcom/images/Hist%C3%B3ria-e-Mem%C3%B3ria.pdf>. Acesso em: fev. 2021.

<sup>12</sup> HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. Tradução Laurent Leon Schaffter. São Paulo: Revista dos Tribunais Ltda, 1990. Disponível em: [https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4005834/mod\\_resource/content/1/48811146-Maurice-Halbwachs-A-Memoria-Coletiva.pdf](https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4005834/mod_resource/content/1/48811146-Maurice-Halbwachs-A-Memoria-Coletiva.pdf). Acesso em: fev. 2021.

<sup>13</sup> POLLAK, Michael. Memória, Esquecimento e Silêncio. **Estudos históricos**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 3-15. Disponível em: [http://www.uel.br/cch/cdph/qrqtxt/Memoria\\_esquecimento\\_silencio.pdf](http://www.uel.br/cch/cdph/qrqtxt/Memoria_esquecimento_silencio.pdf). Acesso em: fev. 2021.

direitos. Portanto, como defendeu Pollak, a história oral se apresenta como um instrumento não só de preservação da história e memória como também de revisão crítica do passado<sup>14</sup>.

Neste sentido, as fontes selecionadas para a realização desta pesquisa foram: documentos escritos da UFV no período em foco (atas de reuniões, resoluções etc.), legislação federal relacionada ao tema e entrevistas de servidores e gestores que trabalharam ou trabalham na DRE e se envolveram direta ou indiretamente com o acervo acadêmico da UFV. Foram realizadas doze entrevistas com servidores e ex-servidores da DRE, que foram:

Tabela 1 – Perfil dos servidores e diretores da DRE entrevistados

Nome	Entrada na UFV	Situação atual na UFV	Cargo de chefia
Hélio Armando Vidigal Guimarães	1966	Aposentado	Chefe de seção
Marli Aparecida Costa Leão	1974	Aposentada	_____
Olga Maria Guimarães dos Reis	1977	Aposentada	Chefe de seção
Vicente de Paula Lelis	1980	Aposentado	Diretor
Edson Martinho Ramos	1982	Ativo	Diretor (atual)
Sergio Ferreira de Souza	1982	Ativo	Chefe de seção
José de Arimatéia máximo	1985	Aposentado	Chefe de seção
Heloisa Chaves Rios	1989	Ativa (PPG)	Chefe de seção
Maria Goretti Fontes Pereira	1991	Ativa	Chefe de serviço
Sebastião Ilson Valente	1992	Ativo	Chefe de seção
Cassia Aparecida	1994	Ativa	Chefe de serviço
Maria José Mendonça Gonçalves	2004	Ativa	Chefe de seção
Total 12			

Fonte: Elaboração própria com dados coletados das entrevistas feitas pela autora.

No que diz respeito às fontes escritas, analisamos atas de 1958 à 1970 quando o primeiro estatuto da UFV foi firmado. Todos os estatutos foram analisados até o ano de 2019, que foi o último estatuto vigente, verificamos os relatórios anuais encontrados no ACH dentro do período da ditadura. A pesquisa na legislação federal abrange algumas leis pertinentes do período da ditadura, a Constituição Federal de 1988, a chamada Lei dos Arquivos de 1991, a LDB de 1996, a Lei de Acesso à Informação de 2011 (LAI) e as portarias do MEC que trazem exigências quanto à produção e ao arquivamento de documentos físicos e digitais.

Toda pesquisa, antes de ser iniciada, precisa de um planejamento, um delineamento, um método, destacando os caminhos a serem seguidos para a realização da pesquisa, de modo a assegurar que os objetivos estabelecidos sejam alcançados. Muitas são as formas de classificar uma pesquisa, podendo ter como sustentação inicial a natureza, a abordagem do problema, o recorte do objeto estudado, os objetivos e procedimentos metodológicos.<sup>15</sup>

<sup>14</sup> **Ibidem.** p. 9.

<sup>15</sup> GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 6 ed. São Paulo: Atlas, 2008. p. 49.

A realização da pesquisa sobre a constituição histórica do acervo do Registro Escolar e particularidades referentes à situação política e educacional que se encontrava instaurada no período delimitado foi de abordagem qualitativa, visto que consideramos que havia uma situação real entre o sujeito e o objeto. Como nos diz Christian Laville: “Quando se trata do real humano, afirmam, tentemos conhecer as motivações, as representações, consideremos os valores, mesmo se dificilmente quantificáveis; deixemos falar o real a seu modo e o escutemos.”<sup>16</sup> Os objetivos foram de natureza exploratória, pois proporcionou maior familiaridade com o problema, sendo possível confirmar a hipótese. A pesquisa histórica envolveu um levantamento bibliográfico, entrevistas com os servidores que tiveram experiências práticas com o problema pesquisado, o levantamento de documentos da universidade referentes à Diretoria do Registro Escolar e à UFV, como organogramas, estrutura e mudanças nas atribuições da DRE ao longo do tempo, bem como levantamentos de leis federais referentes à acervos públicos, acervos universitários e às universidades. A análise destas fontes orais e escritas nos deram um alicerce para a realização de uma reflexão sobre a história do acervo da DRE desde seu início, a federalização da UFV e até 2013.

O planejamento e realização das entrevistas foram ancorados nos preceitos da metodologia da história oral, conforme definições e métodos detalhados no *Manual de História Oral* de Verena Alberti. Segundo a autora, esta metodologia é caracterizada em projetos que se fundamentam na produção de entrevistas que podem ou não, passar a constituir um acervo de depoimentos a ser consultada pelo público. O mais importante neste método são as questões elaboradas pelo pesquisador, visto que são as narrativas o objeto de análise, essas que vêm daqueles que participaram ou foram testemunhas do contexto histórico<sup>17</sup>.

Outras autoras que também discutem a metodologia da história oral são Marieta Ferreira e Janaina Amado, no livro organizado por elas *Usos e abusos da história oral*, no qual ambas definem que a história oral é uma metodologia que tem como função estabelecer e ordenar os procedimentos de trabalho, como os tipos de entrevistas e suas implicações, as várias possibilidades de transcrições dos depoimentos, suas vantagens e desvantagens, funcionando “como ponte entre teoria e prática”. Afirmam ainda que, se tratando do Brasil, nosso ponto fraco é a falta de consistências teóricas em nossas produções<sup>18</sup>. Pode-se observar no mesmo livro um trabalho de Etienne François que vem nos descortinar dois pontos importantes que faz

---

<sup>16</sup> LAVILLE, Christian; DIONNE, Jean. (Org.) **A construção do saber: manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas**. Porto Alegre: Artmed, 1999. p. 43.

<sup>17</sup> ALBERTI, Verena. **Manual de história oral**. 3. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2013. p. 38.

<sup>18</sup> FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaina (Orgs.). **Usos e abusos da história oral**. 8. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006. p. xvi.

desta metodologia inovadora. O primeiro ponto diz respeito aos “seus objetos, pois dá atenção especial aos ‘dominados’, aos silenciados e aos “excluídos da história””; o segundo ponto se referem às abordagens que possibilita, que dão preferência a uma “história vista de baixo”, numa perspectiva decididamente includente dos sujeitos históricos comumente invisibilizados<sup>19</sup>.

Em virtude das colocações mencionadas, entendemos a importância deste método em nossa pesquisa. Os servidores técnico/administrativos da UFV, nos mais variados setores, não eram ouvidos ou descritos como parte integrante e importante da história da Instituição. Na história oficial, são enunciados, professores e reitores, autoridades vindas do exterior, que contribuíram com a instituição no ensino, pesquisa e extensão, porém muitos servidores técnico administrativos também participaram dos trabalhos e não são mencionados. Iniciativas na administração, gestão e pesquisa de servidores técnicos nunca foram divulgadas e sequer reconhecidas. Nosso trabalho se fundou neste propósito de fazer diferente e incorporar a voz destes agentes históricos à reflexão sobre a história da universidade e gestão do arquivo em questão, revelando a visão e experiências destes servidores no trabalho com o acervo acadêmico da UFV. Suas iniciativas, frustrações, e restrições em prestar seus trabalhos. Portanto estas histórias coletivas poderão trazer à luz o que acontece não somente no nosso setor, DRE, mas também em todos os setores da UFV e em outras universidades do país, uma vez que as histórias são muito similares.

As entrevistas entrarão como parte integrante no trabalho a ser realizado com escopo de dar voz à história, a muitos desconhecida, da trajetória do arquivo, seus percalços e vitórias, negações e concessões, conseqüentemente conhecer as histórias de todos aqueles servidores que tiveram uma ligação direta ou indireta com o acervo. Esta etapa só foi iniciada após a aprovação do Comitê do Conselho de Ética e Pesquisa com Seres Humanos – CEP/UFV, que foi observada a Carta Circular n. 01/2021, que dá orientações sobre procedimentos em pesquisa com qualquer etapa em ambiente virtual. Poderiam ser realizadas presencial ou virtual, a critério do/a entrevistado/a, desde que observado todos os protocolos de biossegurança recomendados pelo Ministério da Saúde, Anvisa e Universidade Federal de Viçosa, dentre outros órgãos e estando o entrevistado/a ciente de que há riscos de contaminação. As entrevistas foram presenciais, diante da situação um pouco mais amena em relação à COVID-19 e os participantes tiveram plena liberdade, em qualquer fase da entrevista, a recusar-se em responder as perguntas ou retirar seu consentimento. Isso estava claro e foi de pleno conhecimento do entrevistado pelo

---

<sup>19</sup> FRANÇOIS, Etienne. A fecundidade da história oral. In: AMADO, Janaina; FERREIRA, Marieta de Moraes (Orgs.). **Usos e abusos da história oral**. 8 ed. Rio de Janeiro: FDU. 2006. p. 4.

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido - TCLE e Termo de Autorização para Utilização de Imagem e Som de Voz, ambos em anexo (anexos 1 e 2).

Esta dissertação divide-se em quatro capítulos: na introdução e nos três primeiros capítulos, é feita uma reflexão a respeito da constituição histórica do acervo acadêmico da UFV. No capítulo final, há uma problematização a respeito das mudanças que o acervo vem sofrendo, com um detalhamento do produto final da dissertação.

Na Introdução, explicitamos como surgiu a ideia da pesquisa, sua importância, os métodos utilizados, os objetivos e a reflexão sobre o que foi feito e está sendo feito atualmente, que permitiu que o acervo chegasse à estrutura e organização que se encontra na atualidade.

O capítulo 1, com o título “Da formação histórica dos arquivos aos arquivos universitários do Brasil”, está dividido em duas partes. Em primeiro lugar, mostramos como surge a ideia de guardar informação e o que leva à preocupação de guarda e conservação das informações e criação dos arquivos. Além disso, promovemos uma análise da história das universidades federais brasileiras no período em foco, até chegarmos à necessária reflexão sobre os arquivos universitários no país e no Estado de Minas Gerais. Em segundo lugar, abordou-se a história da UFV e da DRE, observando aspectos referentes ao período de 1970 a 2013, momento em que o país viveu uma intensificação da repressão às universidades e, em seguida, passou por um processo de redemocratização que teve impactos decisivos nestas instituições e no país, de modo geral.

No capítulo 2, intitulado “Caminhos percorridos pela Diretoria de Registro Escolar na ESAV/UREMG/UFV”, mostramos a trajetória e mudanças ocorridas antes e após a federalização, considerando toda a situação que o país enfrentava com a ditadura e as interferências nas instituições de ensino neste período. Analisamos os estatutos desde a fundação até os anos 2000, documentos e fotos encontrados no ACH e as entrevistas com os servidores e ex-servidores do DRE, possibilitando criar uma trajetória do setor, entendendo melhor suas mudanças de acordo com cada período e as interferências políticas e legislativas da época.

Por sua vez, no capítulo 3, “A Constituição histórica do acervo acadêmico da Diretoria de Registro Escolar- UFV” entramos mais a fundo nas investigações do que foi feito em relação à formação, organização, conservação e acesso durante estes quase 100 anos da instituição. Como os servidores viam a organização; quando modificado qual era a motivação; como era o acesso aos documentos; e como tudo foi se adaptando e modificando independente da gestão superior.

Por fim, no capítulo 4, com o título “A gestão documental e o caminho para a digitalização do arquivo acadêmico”, é feita uma abordagem de análise sobre o patrimônio documental, o que foi feito e como está a legislação e formação na área de gestão documental nas universidades federais do Brasil. Para tanto, inicialmente, é promovida uma reflexão sobre os arquivos, a arquivística e os suportes para guarda e acesso à informação.

Em seguida, o capítulo é finalizado com a apresentação do produto, que é uma exigência do mestrado profissional, apresentando uma descrição detalhada da gestão e preparação dos documentos, bem como o processo para a contratação de uma empresa especializada para dar suporte e treinamento no serviço de digitalização do acervo acadêmico iniciado no ano de 2021. Planilhas, atas e fotos ajudam a entender todo o processo de intervenção que vem sendo realizado no acervo acadêmico e quais são os planos para os anos seguintes, já que as exigências legais e a necessidade de acesso demandam que todo o acervo - com mais de 108.000 envelopes com cerca de 10 a 15 documentos cada - seja digitalizado.

Além do trabalho de organização e digitalização do conjunto documental do acervo, as entrevistas dos servidores que atuaram e atuam na Diretoria de Registro Escolar da UFV serão organizadas com fichas técnicas e disponibilizadas aos consulentes do acervo do ACH. O objetivo da disponibilização das entrevistas para pesquisa é publicizar as memórias dos servidores envolvidos na manutenção do acervo acadêmico da UFV, bem como o de difundir e reconhecer o trabalho feito neste acervo, sempre com a preocupação de facilitar o acesso aos e a sua preservação, mesmo não sendo treinados e incentivados a isso. E valorizar o conjunto documental deste acervo para a história e memória de toda a comunidade acadêmica, inclusive entre estudantes egressos e trabalhadores aposentados, professores e pesquisadores.

Ao fim desta introdução, reitero a relevância dos acervos para a memória e história das instituições e da educação brasileira. Ademais, o melhor conhecimento da trajetória histórica do acervo é fundamental à eficiência no preparo de um plano de preservação e disponibilização documental. Neste sentido, este estudo buscou apreender o acervo do Registro Escolar em sua historicidade, tendo em vista as continuidades e transformações que ocorreram da federalização da instituição aos anos 2013 e, paralelamente à essa reflexão, como forma de facilitar o acesso às demandas, serão realizadas ações de gestão e organização do arquivo, com o propósito de prepará-lo para o processo de transformação digital. Contribuir para a facilitação e ampliação das pesquisas nos arquivos, pensando uma organização mais eficiente do arquivo acadêmico que facilite a futura disponibilização do acervo, somando esforços ao trabalho coletivo que vem sendo realizado na DRE-UFV há alguns anos. Pretende-se, assim, visualizar caminhos a seguir, diante das exigências legais atuais de proibição da produção de documentos físicos e a exigência

de digitalização dos documentos já existentes nos arquivos. Para tanto, é fundamental problematizar as modificações que o arquivo - e a Universidade a que pertence - sofreram ao longo dos anos e incorporar esse conhecimento sobre a sua trajetória histórica, bem como do valor histórico desse acervo, à política de gestão documental que vem sendo implementada atualmente.

# CAPÍTULO 1

## DA FORMAÇÃO HISTÓRICA DOS ARQUIVOS AOS ARQUIVOS UNIVERSITÁRIOS NO BRASIL

### 1.1. Por uma história da formação de arquivos: dos primeiros acervos aos arquivos públicos e universitários

Guardar informações, registrando-as para uso administrativo ou como forma de recordar o passado e deixar gravadas estas informações para as próximas gerações sempre foi uma preocupação do ser humano. Começando dos desenhos nas rochas (pinturas rupestres), passando para inscrições em argila, depois pergaminhos, papiros, papel e agora estamos em meio à mudança do papel para o digital.

À medida que são facilitados os registros, os números de seus suportes aumentam e, para que sejam armazenados e encontrados quando necessário, são demandas que começam a surgir. As primeiras bibliotecas, primeiros locais de armazenamento das informações de forma organizada, segundo historiadores, datam de 2.500 anos a.C. A mais antiga encontrada trata-se da biblioteca de Alba, na Mesopotâmia, porém a mais conhecida é a de Alexandria, no Egito. Detalhada pelo autor Luciano Canfora, contando a história do rei que queria reunir em Alexandria “os livros de todos os povos da terra”<sup>20</sup>.

As pessoas envolvidas com uma religião, da mesma forma, tinham uma grande preocupação em preservar e difundir suas leis e regras. Nos templos, ficavam armazenados os documentos que contavam a história dos povos antigos e as leis escritas, recebidas por inspiração divina pelos profetas. Essas eram lidas diariamente e proclamadas pelos sumos sacerdotes.

Durante muito tempo, os documentos eram guardados nas bibliotecas e museus, mas segundo Luciano Canfora, em seu livro *A biblioteca desaparecida*, os depósitos de documentos como arquivos começam a surgir na França no século XVI, que buscava reunir os documentos que tinham conteúdos sobre a história da França e estavam dispersos por várias partes do reino. Em seguida, surge a arquivologia pela necessidade de organização destes documentos para facilitar a guarda e o acesso.

---

<sup>20</sup> CANFORA, Luciano. **A biblioteca desaparecida**. Tradução Frederico Carotti. Companhia das Letras: São Paulo, 1986. p. 14.

A Revolução Francesa trouxe uma mudança intensa na sociedade ocidental que começa a mudar seus regimes coloniais em movimentos libertários na busca de autonomia política. Com o intuito de gerar sentido e identidade, começam a surgir os arquivos nacionais, que segundo Thiago Barros “começa uma busca de ferramentas para organizar os arquivos”. A partir do século XIX, além das mudanças já apontadas, esses métodos começam a servir de fonte para historiadores e de “celeiro” ao desenvolvimento das histórias nacionais<sup>21</sup>. Na Espanha, Itália e Portugal, o uso dos instrumentos pautados na paleografia e diplomacia, no tratamento do documento, seguem como na França. Já nos Estados Unidos, Austrália e Canadá, os Arquivos Nacionais datam do século XX.

No Brasil, há uma característica diferente da maioria dos outros países, marcada por buscas e interesses maiores pelo novo e pelo moderno. Talvez pelo longo histórico da eterna busca pelo “progresso” e crescimento e um lugar entre os países desenvolvidos e ditos “civilizados”, no Brasil, procurou-se se esquecer do passado e da memória e sua importância para o presente. Jardim expõe que:

[...] talvez as características assumidas pelo estado brasileiro dispensem, inclusive o exercício da sua memória – aí incluída a sua socialização – como referência à sua “identidade” e a sua “continuidade institucional”. Mocinho na promoção do desenvolvimento, recentemente vilanizado, o Estado brasileiro tem sido identificado como arauto do novo e da modernidade e, portanto, projeto do futuro.<sup>22</sup>

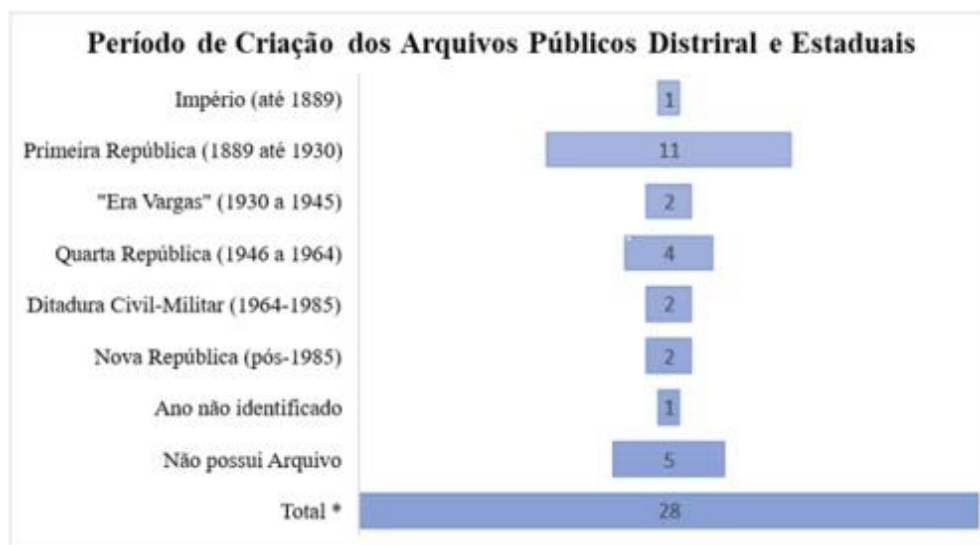
Diante desta relação complexa do Estado brasileiro marcada por um viés negativo diante do nosso passado e da valorização do olhar para o futuro, podemos dizer que a preocupação com a organização e gestão dos documentos foi tardia e chegou de forma lenta ao país. Teve início com a criação do Arquivo Nacional do Brasil em 1838, com a intenção de auxiliar na construção de uma história da nação. Já havia pelo mundo um movimento de valorização do patriotismo como forma de constituição de identidade, que no Brasil foi muito reforçado no período da ditadura militar. Um tempo depois, foram criados outros arquivos pelos estados, especialmente durante o período da Primeira República, como se pode observar na figura abaixo.

---

<sup>21</sup> BARROS, Thiago Henrique Bragato. **Uma trajetória arquivística a partir da análise do discurso**. 1. ed. São Paulo: Cultura acadêmica, 2015. p. 99. Disponível em: <https://static.scielo.org/scielobooks/r6q5k/pdf/barros-9788579836619.pdf>. Acesso em: fev. 2021.

<sup>22</sup> JARDIM, José Maria. A invenção da memória nos arquivos públicos. **Ciência da informação**, v. 25, n. 2, p. 1, 1995. Disponível em: [https://brapci.inf.br/repositorio/2010/03/pdf\\_cfb64eeaa1\\_0008801.pdf](https://brapci.inf.br/repositorio/2010/03/pdf_cfb64eeaa1_0008801.pdf). Acesso em: 18 nov. 2021.

Figura 1. Criação de Arquivos Públicos Distritais e Estaduais (1889 – pós-1985)



Fonte: Disponível em: <https://arquivopublicors.wordpress.com/2019/03/27/conhecendo-arquivos-publicos-estaduais-pelo-brasil-abertura/> Acesso em: Abr. 2023.

Fundado em 1991, o Conselho Nacional de Arquivos (CONARQ), vinculado ao Arquivo Nacional, é o órgão que determina as normas, diretrizes, procedimentos técnicos e instrumentos legais que diz respeito à gestão e preservação de documentos. Em 2005, o Arquivo Nacional definiu que “arquivo é o conjunto de documentos produzidos e acumulados por uma entidade coletiva, pública ou privada, pessoa ou família, no desempenho de suas atividades, independente da natureza dos suportes”<sup>23</sup>. Uma noção mais atualizada de documento arquivístico elaborada pelo CONARQ o define como “um documento produzido (elaborado ou recebido), no curso de uma atividade prática, como instrumento ou resultado de tal atividade, e retido para ação ou referência”<sup>24</sup>.

A expansão das instituições de ensino superior no Brasil foi bem lenta ao longo do século XX. Em 1920, foi criada a primeira instituição de ensino superior no Rio de Janeiro e, em 1927, foi fundada a Universidade de Minas Gerais, ambas formadas a partir da junção de faculdades já existentes. Segundo Renato Venâncio, foram criadas trinta e oito (38) universidades federais no Brasil até a promulgação da Lei de Arquivos, em 1991. Ele expõe dados muito interessantes sobre os períodos de implantação das instituições: até 1940, foram

<sup>23</sup> ARQUIVO NACIONAL (Brasil). **Dicionário brasileiro de terminologia arquivística**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005. p. 19. Disponível em: <https://simagestao.com.br/wp-content/uploads/2016/01/Dicionario-de-terminologia-arquivistica.pdf>. Acesso em: fev. 2021.

<sup>24</sup> CONSELHO Nacional de Arquivos (Brasil). **e-ARQ Brasil: Modelo de Requisitos para Sistemas Informatizados de Gestão Arquivística de Documentos**. [recurso eletrônico] / Câmara Técnica de Documentos Eletrônicos. 2. versão. – Dados eletrônicos (1 arquivo: 1 MB). – Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2022. Disponível em: <https://www.gov.br/conarq/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/EARQV205MAI2022.pdf> Acesso em: out. 2022.

criadas três universidades e duas delas com financiamento estadual; no período democrático de 1945 à 1964, considerando as instituições criadas e federalizadas nestes 20 anos, a média foi de uma por ano; já no período da ditadura (1964-1985), a “implementação das universidades federais caiu praticamente pela metade.”<sup>25</sup>

Quadro 1 – Data de criação de universidades federais no Brasil (1920-1991)

Estabelecimentos Federais de Ensino	Data da Criação
Universidade do Rio de Janeiro / Universidade do Brasil	1920/1937
Universidade de Minas Gerais	1927 (fed.1949)
Universidade do Rio Grande do Sul	1934 (fed. 1950)
Universidade Rural do Rio de Janeiro	1943
Universidade de Pernambuco	1946
Universidade da Bahia	1946
Universidade do Paraná	1946
Universidade Rural de Pernambuco	1947 (fed.1955)
Universidade Federal do Ceará	1954
Universidade da Paraíba	1956 (fed. 1960)
Universidade Federal do Pará	1957
Universidade do Rio Grande do Norte	1958 (fed. 1960)
Universidade Federal de Pelotas	1960
Universidade Federal de São Carlos	1960
Universidade Federal de Goiás	1960
Universidade Federal de Santa Maria	1960
Universidade Federal Fluminense	1960
Universidade Federal de Santa Catarina	1960
Universidade Federal de Juiz de Fora	1960
Universidade de Brasília	1961
Universidade Federal de Alagoas	1961
Universidade Federal do Espírito Santo	1961
Universidade Federal do Amazonas	1962
Universidade Federal do Maranhão	1966
Universidade Federal do Sergipe	1967
Universidade Federal do Piauí	1968
Universidade Federal de Viçosa	1969
Universidade Federal de Uberlândia	1969
Universidade do Rio Grande	1969
Universidade Federal de Ouro Preto	1969
Universidade Federal de Mato Grosso	1970
Universidade Federal do Acre	1974
Universidade Federal do Rio de Janeiro	1979
Universidade Federal do Mato Grosso do Sul	1979
Universidade Federal de Rondônia	1982
Universidade Federal de Roraima	1985
Universidade Federal do Amapá	1986
Universidade Federal de Alfenas	1988

Fonte: VENÂNCIO, Renato Pinto. **Universidades e arquivos: gestão, ensino e pesquisa / organização Renato Venâncio, Adalson Nascimento**. 3. ed. Belo Horizonte: Fino Traço, 2015. p. 35.

<sup>25</sup> VENÂNCIO, Renato Pinto. Arquivos universitários no Brasil: esboço de uma cronologia. In: VENÂNCIO, Renato Pinto; NASCIMENTO, Adalson. **Universidades e arquivos: gestão, ensino e pesquisa**. 3. ed. Belo Horizonte: Fino Traço, 2015. p. 36.

A partir da fundação das instituições, são criados seus arquivos para que suas atividades possam ser desempenhadas. Como nos diz Cynthia Roncaglio, são gerados documentos “para informar, resolver, estabelecer, provar, comprovar, atestar suas ações e reações,” porém a função dos arquivos não é somente de guarda. Possui funções mais amplas que exigem conhecimentos mais específicos na sua administração.<sup>26</sup> Outro ponto importante é que a produção de documentos se amplia à medida que os anos vão passando: novos cursos são criados, corpo docente e discente vai se ampliando, de modo que, como afirma Renato Venâncio, tais instituições foram “progressivamente tendo que enfrentar o grande problema arquivístico da época contemporânea: o da acumulação das grandes massas documentais.”<sup>27</sup>

O surgimento da demanda por mão de obra especializada para o trabalho com o arquivo impulsiona a busca pela criação de cursos que supram esta exiguidade. Angelica, Georgete e Christiane apresentam alguns cursos concebidos entre os anos de 1911 a 1930, Curso de Diplomática, Cursos Técnicos de Arquivo e, em 1930, a inclusão do curso de Arquivologia na Universidade do Rio de Janeiro. Renato Venâncio confirma que o profissional “arquivista” consiste em uma inovação e que os primeiros profissionais desta área foram registrados em colégios militares, bibliotecários e secretários que faziam a função de arquivistas. O autor diz também de uma outra função que supriria as funções do arquivista, na primeira década da república, com a função de “*amanuense* – ou seja, escriturário que manualmente registrava documentos ou os copiava.”<sup>28</sup> O caminho da profissão de arquivista se faz lentamente entre 1930 até 1944, quando chega ao AN “um historiador Norte Americano”, e acontecem as “primeiras participações de brasileiros em cargos e comitês de instituições internacionais” e constituem o “*Consell International des Archives (ICA)*”. As autoras ressaltam o fundamento das influências francesas e americanas na arquivologia brasileira, quando dizem que “na década de 1950 a cooperação internacional se intensificou com a vinda de professores e pesquisadores estrangeiros (norte americanos e franceses)” conjuntamente o “AN passa por mudanças em sua infraestrutura, nos moldes norte-americanos e inglês, e insiste na necessidade de oferta de cursos de formação de pessoal especializado”<sup>29</sup>. Ainda nesta década, Renato Venâncio mostra

---

<sup>26</sup> RONCAGLIO, Cynthia. O papel dos arquivos das instituições federais de ensino superior e a experiência do Arquivo Central da Universidade de Brasília. **RICI - Revista Ibero-Americana de Ciência da Informação**, v. 9, n. 1, jan.-jun., 2016. p. 183. Disponível em:

<https://scholar.google.com.br/citations?user=MM1FIX0AAAAJ&hl=pt-BR>. Acesso em: Fev. 2022.

<sup>27</sup> VENÂNCIO, Renato Pinto. **Op. Cit.**, 2015. p. 36.

<sup>28</sup> **Ibidem**, p. 37.

<sup>29</sup> MARQUES, Angélica Alves da Cunha; RODRIGUES, Georgete Medleg; NOUGARET, Christine. Arquivos e arquivologia na França e no Brasil. **Revista brasileira de história**, São Paulo, v. 38, n. 78, maio/ago., 2018. p. 28, (Dossiê História e Arquivo). Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/rbh/v38n78/1806-9347-rbh-1806-93472018v38n78-01.pdf>. Acesso em: fev. 2021.

que “funcionavam no Brasil seis cursos de biblioteconomia, além do tradicional ministrado pela Biblioteca Nacional” e que, “quatro anos mais tarde, foi realizado o 1º Congresso brasileiro de biblioteconomia e criado o Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação”. Neste sentido percebe-se o domínio das teorias da Biblioteconomia frente a Arquivologia.<sup>30</sup>

Na década de 60, enquanto o sistema universitário se expandia e, conseqüentemente, suas atividades e a geração de documentos aumentavam, a legislação federal relacionada à profissão de arquivista era inexistente. Este cenário talvez possa ter impulsionado, na década de 70, como explica Renato Venâncio, a criação da Associação dos Arquivistas Brasileiros AAB, em 1971.<sup>31</sup> O Curso Permanente de arquivos (CPA) passa a funcionar com mandato universitário, na hoje Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO), tornando-se Curso Superior em Arquivologia em 1972. Em 1977, a Universidade Federal de Santa Maria, no Rio Grande do Sul, propõe a criação do curso de arquivologia em nível superior e, um ano depois, a profissão de arquivista é regulamentada na Lei n. 6.546 de 04 de julho de 1978 e Decreto 82.590 de 06 de novembro de 1978.<sup>32</sup> Nos anos 80, apesar de uma movimentação mais morosa que nos anos 70, é apontado por Angelica Marques, Georgete Rodrigues e Christine Nougaret<sup>33</sup>, a criação do “Curso de Organização de Arquivos do Instituto de Estudos Brasileiros (IEB), e na Universidade de São Paulo (USP), congregando profissionais com diversas formações em torno da especialização em Arquivologia.”

Na década seguinte, temos um grande avanço na legislação com a *Lei de Arquivos* de 1991, quase um século após a criação da primeira instituição de ensino superior no país, dando indicações sobre a política nacional de arquivos públicos e privados. No seu art. 26, foi criado o Conselho Nacional de Arquivos (CONARQ) e o Sistema Nacional de Arquivos (SINAR).<sup>34</sup> Em consequência, começam a ser pensados os planos de classificação de documentos e tabela de temporalidade. Nesta mesma década, foram criados cursos de arquivologia em instituições estaduais e federais. Segundo Franciele Carpes e Daniel Flores,<sup>35</sup> os arquivos universitários “começaram a ser objetos de estudo na arquivística, e compreendidos como custodiadores da memória institucional” na década de 90. Muito provavelmente motivados pela lei de arquivos

---

<sup>30</sup> VENÂNCIO, Renato Pinto. **Op. Cit.**, 2015. p. 44.

<sup>31</sup> **Ibidem.** p. 45.

<sup>32</sup> Ver: <http://www.unirio.br/arquivologia/historico-do-curso-de-arquivologia-na-unirio> e <https://www.ufsm.br/cursos/graduacao/santa-maria/arquivologia/historico-do-curso/>

<sup>33</sup> MARQUES, A.A.C. RODRIGUES, G.M. NOUGARÉT, C. **Op. Cit.**, 2018. p. 31.

<sup>34</sup> BRASIL, **Lei n. 8.159, de 8 de janeiro de 1991**. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l8159.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8159.htm). Acesso em: fev. 2021.

<sup>35</sup> CARPES, Franciele Simon, FLORES, Daniel. O arquivo universitário e a memória da Universidade. **Informação e Sociedade**, João Pessoa, v. 23, n. 3, set./dez., 2013. p. 13. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/ies/article/view/12278/10202> Acesso em: jan. 2023.

promulgada sob o n. 8.159, de 18 de janeiro de 1991. Os documentos gerados nas atividades de ensino, pesquisa e extensão, formam a massa documental dos arquivos nas instituições de ensino superior, utilizada primeiramente com finalidade administrativa. Para além deste objetivo de criação do documento na instituição, estes documentos, segundo Carpes e Flores:

[...] são testemunho da memória da instituição, podendo ser fonte de pesquisa para alunos, professores, historiadores, pesquisadores, entre outros. Neste sentido, o arquivo universitário é um custodiador da memória institucional, pois preserva o patrimônio documental na universidade.<sup>36</sup>

Nos anos 2000, o governo criou o programa REUNI, com o objetivo de ampliar e reestruturar as universidades federais, instituído no Decreto n. 6.096, de 2007, ação já prevista no Plano de Desenvolvimento da Educação (PNE). Estas ações aumentaram as verbas para ampliação das universidades, permitindo que muitas delas passassem a ter arquivistas em seus quadros de servidores. A primeira arquivista da UFV foi admitida em 1995 e permaneceu na instituição até 2001. Algum tempo depois, em 2009, próximo ao período que as verbas foram liberadas pelo decreto de 2007, foram contratados 4 arquivistas para Viçosa e 1 para o *campus* Florestal. A criação dos cursos de licenciatura e bacharelado em História, em 2001, outrossim despertou em alguns agentes da instituição – especialmente entre colegiado, servidores e discentes bolsistas do Departamento de História - a preocupação com a situação dos acervos da universidade. Podemos citar como um exemplo desta preocupação a criação do Laboratório Multimídia de Pesquisa Histórica (LAMPEH) em 2004, com a finalidade de contribuir para as pesquisas de estudantes e professores do Curso de História da Universidade Federal de Viçosa que, com o apoio do Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, adquiriu cópias de microfilmes de jornais mineiros dos séculos XIX e XX, e, com o passar do tempo, expandiu suas funções realizando projetos de pesquisa e extensão, especializando-se na área de conservação preventiva, identificação e difusão de acervos documentais. Os primeiros trabalhos ali desenvolvidos nesta área foram a organização do acervo do curso de economia doméstica e do acervo da Câmara de Vereadores de Viçosa. Além disso, após a aprovação de financiamentos da FAPEMIG e PROEX, professores, servidores e diversos bolsistas do curso de História se envolveram ativamente na organização e/ou digitalização dos acervos do Fórum de Viçosa, Fórum de Piranga, Casa Setecentista de Mariana e Arquivo Central e Histórico da

---

<sup>36</sup> **Ibidem.** p. 13.

UFV. Entre 2004 e 2015, o LAMPEH funcionou na Biblioteca Central da UFV e em 2016, foi transferido para o Departamento de História.<sup>37</sup>

Os arquivos universitários; que a princípio eram reconhecidos como locais de guarda de documentos advindos de atividades administrativas, acadêmicas e institucionais; guardam em si uma complexidade maior, considerando sua base no tripé ensino, pesquisa e extensão. O que nos leva a concordar com Cynthia Roncaglio, quando destaca a importante função das universidades na produção de "conhecimentos e documentos que dizem respeito à cidade, ao estado, ao país em que estão inseridas e, por vezes, dependendo da escala da pesquisa, ao mundo."<sup>38</sup> Considerando esta importante constatação, os arquivos universitários devem ser pensados como lugar não só de apoio administrativo e gestão, mas também lugar de conhecimento e pesquisa.

Compreender o percurso dos arquivos pode ajudar no conhecimento do que funciona ou não na organização e facilitação do trabalho e acesso aos documentos nas universidades, mesmo as mais recentes. Thais Oliveira traz um panorama dos centros de memória nas universidades no Brasil de 1977 a 2017, por meio de levantamento realizado em sítios eletrônicos. É constatado que estes centros começam a surgir na década de 1970 e se intensificam com a ampliação do conceito de patrimônio, como também o "resgate da memória e constituição de espaços próprios para sua conservação e divulgação."<sup>39</sup> Estes centros são mais comuns nas áreas de ciências humanas e sociais, letras e artes e começam a se expandir nas áreas de saúde e ciências exatas. Os maiores entraves a tais iniciativas são a falta de verbas e de recursos especializados para a organização e preservação de acervos. As consequências são a destruição em massa de documentos, sem a adequada avaliação ou a criação de locais que se tornam depósitos de documentos, não só das universidades, mas também da região onde está inserida, como forma de subsidiar pesquisas, porém, inacessíveis ao pesquisador.

Atualmente, o Estado de Minas Gerais possui onze universidades federais e destas, cinco foram criadas antes da *Lei de Arquivos*: a UFMG, UFJF, UFV, UFU e UFLA. Em Minas Gerais, os estudos feitos sobre os arquivos acadêmicos são bem recentes, considerando o tempo da fundação das instituições e consequentemente seus arquivos. Os mais antigos estudos encontrados datam de 2013 e uma grande maioria a partir de 2017. Só muito recentemente, os

---

<sup>37</sup> Laboratório Multimídia de Pesquisa Histórica - LAMPEH. Disponível em: <https://www.lampeh.ufv.br/> . Acesso em: jan. 2023.

<sup>38</sup> RONCAGLIO, Cynthia. **Op. Cit.**, 2016. p. 188.

<sup>39</sup> OLIVEIRA, Thaís Nodare. Gestão de documentos e centros de memória na Universidade Federal de Minas Gerais. In: VENÂNCIO, Renato Pinto (Org.). **Gestão de documentos em Minas Gerais: experiências e perspectivas**. Belo Horizonte: Fino Traço, 2020. p. 266.

arquivos da UFV se tornaram fonte de pesquisa (a partir de 2020), quando o Departamento de História abriu um edital com vagas para servidores no Programa de Pós-graduação em Patrimônio Cultural, Paisagens e Cidadania. O primeiro trabalho com esta temática foi defendido em 2022, falando dos arquivos do setor de diplomas do DRE.<sup>40</sup>

## **1.2. O Patrimônio documental e as memórias dos sujeitos envolvidos na produção e gestão de documentos da DRE: servidores e gestores que atuaram nos anos 1970 e 1980**

Para que seja possível conhecer as múltiplas trajetórias e memórias individuais e coletivas de milhares de alunos que fizeram história na instituição, é preciso tornar acessível esta documentação. Neste sentido, é fundamental conhecer e dar reconhecimento à história deste acervo e as memórias dos servidores envolvidos tanto na produção destes documentos, quanto em sua gestão, para que se possa intervir adequadamente no acesso eficaz à informação e registro da memória institucional. Dado isso, nasce a preocupação com uma investigação histórica a respeito desta temática que tem o intuito de fomentar transformações na prática do acervo acadêmico da DRE. Quem o construiu desde o seu início, quais foram os participantes que, de alguma forma, fizeram interferências neste acervo ao longo dos anos. De acordo com as mudanças na instituição e nas políticas públicas, as mudanças tecnológicas, a própria forma de gestão de cada direção da universidade e do próprio setor que influenciou na transformação e na forma de organizar, gerir, acessar e proteger o arquivo Acadêmico da DRE-UFV.

Patrimônio é um conceito que traz em si muitas definições. A palavra vem do latim *pater*, ideia de herança, bens que passam de pai para filho. Com o passar do tempo, muitas outras definições foram se constituindo. Certeau<sup>41</sup> diz que patrimônio “são coisas antigas que se tornaram importantes”. Para Lowenthal<sup>42</sup>, patrimônio é a “consciência do passado como um âmbito que coexiste com o presente ao mesmo tempo que se distingue dele” e “relembrar o passado é crucial para o nosso sentido de identidade: saber o que fomos, confirma o que somos.” Choay<sup>43</sup> aborda este conceito como “um bem deixado ao usufruto da comunidade (...) constituído pela acumulação contínua de uma diversidade de objetos que se congregam por seu

---

<sup>40</sup> Não tivemos acesso à dissertação, que foi recentemente defendida e ainda se encontra indisponível no site.

<sup>41</sup> CERTEAU, Michael, GIARD, Luce, MAYOL, Pierre. **A invenção do cotidiano: morar, cozinhar**. Tradução Ephrahim F. Alves e Lúcia Endlich Orth. Petrópolis: Vozes, 1996. p. 190.

<sup>42</sup> LOWENTHAL, David. **Op. Cit.**, 1998. p. 65; p. 83.

<sup>43</sup> CHOAY, Françoise. **A alegoria do patrimônio**. São Paulo: Estação Liberdade/Editora UNESP, 2001. p. 11.

passado comum”. Por sua vez, Brayner<sup>44</sup>, com base em Fonseca, diz que patrimônio pode ser “tudo que criamos, valorizamos e queremos preservar”. Clarifica que o surgimento da ideia de patrimônio “começou a adquirir sentido de propriedade coletiva com a Revolução Francesa no século XVIII”, quando surge o medo de perder as referências que permitem rememorar a história do passado, a memória de pertença a um grupo social, a uma nação. Há também uma variação considerável de patrimônios como o de patrimônio histórico que surge vinculada à noção de cidadania, outrossim, temos patrimônio artístico, natural, documental e um pouco mais recente, o biológico.

Olhando as definições dos autores, podemos dizer que todos concordam com a definição de patrimônio como algum objeto do presente que nos remete a uma memória do passado. O que os inquieta é o uso do patrimônio. Lowenthal defende que o patrimônio propicia a ligação entre várias gerações, quando este bem vai passando de uma geração a outra e cria vínculos entre os cidadãos, quando representa uma coletividade.

Já a respeito do patrimônio documental, em 1992, a UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura -, deu um passo importante para a valorização deste patrimônio documental e sobre o que ele representa. A UNESCO estabeleceu então o Programa Memória do Mundo (MOW), com a afirmativa de que “o patrimônio documental mundial pertence a todos, e deve ser completamente preservado e protegido por todos.”<sup>45</sup> Rosa Maria Zamorra <sup>46</sup>, Assessora do Comitê Regional MoWLAC, fala da importância do Programa Memória do Mundo como forma de levar conhecimento e uma nova visão sobre o patrimônio documental. A assessora afirma que:

El patrimonio bibliográfico y documental de los países ibero-americanos que se resguarda en bibliotecas, archivos, fototecas, cinetecas y otros repositorios, tiene un gran valor como testimonio de nuestra historia y nuestra cultura por lo cual es necesario difundirlo para que sea debidamente apreciado por nuestra sociedad.<sup>47</sup>

Perpassando pelas definições e visões de alguns autores, podemos dizer que o patrimônio documental é parte do patrimônio histórico/cultural, com função de registro da

<sup>44</sup> BRAYNER, Natália Guerra. **Patrimônio cultural imaterial: para saber mais**. 3. ed., Brasília: IPHAN, 2012. p. 12. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/cartilha1parasabermaisweb.pdf>. Acesso em: nov. 2022.

<sup>45</sup> Informações tiradas do site da Biblioteca Nacional. Disponível em: <https://www.bn.gov.br/explore/memoria-mundo>. Acesso em: nov. 2022.

<sup>46</sup> ZAMORA, Rosa Maria F. El Patrimonio Documental Iberoamericano y El Programa Memoria Del Mondo de Unesco, Una Mirada Histórica. **Acervo**, Rio de Janeiro, v. 26, n. 2, p. 117-122, jul./dez., 2013. Disponível em: <http://revista.arquivonacional.gov.br/index.php/revistaacervo/article/view/518>. Acesso em: fev., 2021.

<sup>47</sup> **Idem**. p. 118.

história e memória da humanidade. Mesmo que nestes novos tempos, tenhamos uma variação maior dos interesses em preservar nossos patrimônios, há a prevalência de alguns objetivos que motivaram a preservação no passado, como o controle, poder, bases econômicas, rememoração e busca de sentido de pertencimento a um grupo.

Em busca de compreender o patrimônio documental da UFV, especificamente o acervo acadêmico da instituição, optamos pelo método da história oral, para apreender as memórias dos servidores responsáveis pela gestão do acervo acadêmico da DRE nas décadas de 1970 e 1980. Relembrar, fazer memória, contar histórias é uma atividade comum de fazermos e que na maioria das vezes nos agrada. Leva-nos a outros tempos e lugares e que, conseqüentemente, nos traz sentimentos que vivenciamos naqueles momentos. Rememorar, muitas vezes, reforça nossa coragem de continuar, de fazer planos para o futuro e até mesmo evitar os erros do passado. Buscando em um dicionário online,<sup>48</sup> foi encontrada a seguinte definição para memória: “Faculdade de reter ideias, sensações, impressões, adquiridas anteriormente. Efeito da faculdade de lembrar; lembrança: não tenho memória disso! Recordação que a posteridade guarda: memórias do passado.”

Michel-Rolf Trouillot<sup>49</sup>, antropólogo haitiano, conta que cresceu em uma família “que se sentava com a história à mesa de jantar” e que tempos depois, quando estava no curso de história geral em que seu pai lecionava, diz que “suas aulas, por melhores que fossem, jamais superaram o que eu aprendia em casa aos domingos”.

Podemos falar que a memória incorpora o passado no presente instigando assim uma busca maior de conhecimento deste passado. Importante pensar que uma lembrança fragmentada não afirma muito, mas se juntamos vários fragmentos de memórias, podemos constituir uma história mais ampla que Halbwachs<sup>50</sup> classifica como memória coletiva e afirma que “certamente, se nossa impressão pode apoiar-se, não somente em nossas lembranças, mas também sobre a dos outros, nossa confiança na exatidão de nossa evocação será maior”.

Levando em conta todos os pormenores de uma memória que é comum a um grupo, temos pontos positivos quando instrumento de poder de um grupo e pode trazer sentimento de pertencimento, mas no sentido negativo pode também ser instrumento de segregação e controle. O uso da memória no empoderamento de grupos que não tiveram reconhecimento no passado tornou-se uma opção entre muitos outros instrumentos que foram utilizados ao longo do tempo, como monumentos e documentos, para reforçar a história e tirar do estado de silêncio

---

<sup>48</sup> Disponível em: <https://www.dicio.com.br/pesquisa.php?q=memoria>. Acesso em: fev. 2021.

<sup>49</sup> TROUILLOT, Michel-Rolf. **Op. Cit.**, 2016. p.15.

<sup>50</sup> HALBWACHS, Maurice. **Op. Cit.**, 1990. p. 25.

personagens importantes de um período do passado. Pollak expõe de forma clara o uso da memória como instrumento de conflito e disputa quando conta dos momentos de "desestalinização" na União Soviética em que as memórias; que ele chama de “proibida”, “clandestina”; ocupam todo o cenário cultural:

[...] o setor editorial, os meios de comunicação. O cinema e a pintura, comprovando caso seja necessário, o fosso que separa de fato a sociedade civil e ideológica oficial de um partido e de um estado. Mostrando assim aos dirigentes a necessidade de mudanças profundas na política e uma revisão crítica do passado<sup>51</sup>.

No Brasil, também tiveram alguns exemplos de que a memória coletiva exigiu mudanças. A perspectiva da decolonialidade, que surge na década de 1970 e vem ganhando força no meio acadêmico, fez surgir grupos sociais que atualmente questionam quando suas memórias são instigadas por monumentos espalhados por várias cidades do Brasil, exaltando personagens que foram responsáveis pela escravização de afrodescendentes e povos indígenas. Exige-se, portanto, mudanças políticas e projetos que possam mudar este cenário. A historiadora Suzane Jardim<sup>52</sup> em uma reportagem no jornal online *Brasil de Fato*, quando questionada sobre a derrubada e pichação de monumentos, como a estátua do Bandeirante Manoel Borba Gato, que foi pichada em São Paulo, homem que fez fortuna no século XVIII, caçando indígenas para escravizar, afirma que “quando a memória negra foi varrida no Brasil ninguém questionou” e a estátua do bandeirante tem agora grades e segurança. A página na internet *Guia negro.com.br*<sup>53</sup> divulgou uma lista de 8 monumentos em São Paulo que podem ser derrubados. Pollak<sup>54</sup> mostra outrossim que tirar a memória do silêncio traz sofrimento, quando a vítima escolhe não querer lembrar, evitando impor culpas ou poupar familiares das lembranças de feridas em seus entes queridos. E nestes casos, estas memórias são tiradas do esquecimento quando as testemunhas decidem que o tempo delas está acabando e querem deixar suas lembranças escritas ou as gerações seguintes querem escrever a história de suas origens. O autor dá exemplos de casos de pessoas vítimas do nazismo e de um recrutamento voluntário na Alemanha no início da segunda guerra mundial.

Por sua vez, Prost afirma que

O trabalho do historiador consiste em levar as coisas silenciosas a se tornarem expressivas”. A história, para o autor, precisa de fontes e documentos para construir

<sup>51</sup> POLLAK, Michael. *Op. Cit.*, 1989, p. 4.

<sup>52</sup> JARDIM, Suzane. Brasil on-line. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2020/06/15/o-que-significa-retirar-estatuas-de-escravocratas-do-espaco-publico>. Acesso em: jun. 2022.

<sup>53</sup> Disponível em: <https://guianegro.com.br/oito-monumentos-racistas-em-sao-paulo/>. Acesso em: Jun. 2022.

<sup>54</sup> POLLAK, Michael. *Op. Cit.*, 1989. p. 4.

os fatos e prová-los. Elucida outrossim que “o historiador constitui novos aspectos da realidade presentemente acessível em fontes e vestígios, ou seja, em documentos. Os historiadores do século XIX privilegiavam os vestígios escritos, enquanto que no século XX tem sido questionada as escavações arqueológicas para responder às questões sobre a vida matéria”. Assim como “A investigação oral fez testemunhar os sobreviventes silenciosos da história”<sup>55</sup>.

Portanto estamos vendo que não só documentos, mas monumentos, vestígios arqueológicos e história oral são usadas como fontes para a escrita da história. Porém, a história nunca está fechada, outros questionamentos e descobertas podem aparecer fazendo com que a história precise ser continuamente reescrita. Um exemplo, que podemos usar para elucidar, é uma descoberta recente, no Egito, de uma nova pirâmide, com muitos artefatos e mais de 300 sarcófagos. Os pesquisadores disseram que o monumento foi erguido em homenagem a uma rainha, até então desconhecida, chamada Neith, que viveu no período do Império Novo. Estas descobertas trazem novas histórias a serem contadas e provavelmente modificarão outras contadas há tempos<sup>56</sup>.

A pesquisa histórica, normalmente, tem como fundamento preencher uma lacuna, responder a um questionamento que é possível fundamentar, de alguma forma, com provas. Ao longo do tempo, muitos conflitos entre historiadores aconteceram por conta dos critérios de aceitação e apreciação de uma história. Indagava-se como isso poderia ser usado como fonte de compreensão de uma sociedade na sua funcionalidade social, cultural e religiosa. Estar inserido no contexto do seu objeto de estudo seria legítimo ou seria necessário um distanciamento? E a pertinência científica pode corroborar com a pertinência social?

Tanto a memória quanto a história utilizam-se de um tempo que já se passou. A diferença, como define Prost, “reside no distanciamento, na objetivação, o tempo da memória, o da lembrança, nunca pode ser inteiramente objetivado, colocado à distância, e esse aspecto fornece-lhe sua força; ele revive com uma inevitável carga afetiva”. O mesmo autor diz que o “tempo da história constrói-se contra o da memória (...) a história não é uma memória”<sup>57</sup>. Mas a memória pode ser utilizada para fazer história? Sobre esta questão, Nora diz que história e memória são distintas, que:

[...] a história é a reconstrução sempre problemática e incompleta do que não existe mais. A memória é um fenômeno sempre atual, um elo vivido sempre no eterno presente; a história uma representação do passado.

<sup>55</sup> PROST, Antoine. **Doze lições sobre a história**. Tradução Guilherme João de Freitas Teixeira. Coleção Histórias e Historiografias. Editora: Autentica, São Paulo. 2009. p. 77.

<sup>56</sup> Disponível em: <https://history.uol.com.br/historia-geral/descoberta-uma-nova-piramide-no-egito-dedicada-uma-rainha-desconhecida>. Acesso em: jun. 2022.

<sup>57</sup> PROST, Antoine. **Op. Cit.**, 2009. p. 106.

E complementa que os lugares de memória não precisariam existir “se vivêssemos verdadeiramente as lembranças que eles envolvem [...] e se, em compensação, história não se apoderasse deles para deformá-los, transformá-los, sová-los e petrificá-los eles não se tornaram lugares de memória”<sup>58</sup>. Ele coloca que a memória é tomada pela história e transformada e se torna quase o contrário do que realmente é; e que “a memória verdadeira” é “hoje abrigada no gesto, no hábito, nos ofícios onde se transmitem os saberes do silêncio, nos saberes do corpo, as memórias de impregnação e os saberes reflexos”. Considerando suas colocações quando a memória é usada no fazer histórico, em lugares de memória, ela é modificada, esfacelada e perde sua verdade e essência. Defendendo então a memória que é passada e vivida.

Temos então um autor que defende o uso da memória na escrita da história e outro que diz que a memória usada para escrever a história perde sua essência. Porém, a história oral vem para corroborar com um e discordar com o outro, tendo sua base nas memórias, e ela veio, de acordo com Ferreira, com o compromisso inicial de dar voz às massas excluídas e marginalizadas e surge em meio aos anos 50 na Europa Ocidental e nos Estados Unidos, onde começam a acontecer os primeiros encontros internacionais<sup>59</sup>. No Brasil, ela aparece um pouco mais tarde, a partir de 1975. Quando, como nos conta Ferreira, começam a ser oferecidos cursos patrocinados pela Fundação Ford, ministrados por especialistas norte-americanos e mexicanos na Fundação Getúlio Vargas, direcionados a professores de história e ciências sociais. Porém, a história oral começa ter melhores programas e mais pesquisas após a queda da ditadura, depois dos anos 80.<sup>60</sup> Ferreira e Amado expõem que “embora sua introdução no Brasil date dos anos 70, somente no início dos anos 90 a história oral experimentou aqui uma expansão mais significativa”. Em 1994, foi criada a Associação Brasileira de História Oral e começam a surgir seminários que aquiescem novos contatos com programas e pesquisadores estrangeiros, melhorando o debate e intercâmbio de experiências. Uma colocação das autoras bastante interessante, quando apresentam um texto que está no livro “Usos e abusos da história oral”, dizendo que um aspecto da história oral exposto no texto são de que as “narrativas orais referem-se tanto ao passado quanto ao presente, organizando-os e unificando-os, e ao mesmo tempo apontam para o futuro.”<sup>61</sup>

---

<sup>58</sup> NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. Tradução: Yara Aun Khouri. **Projeto História**, São Paulo, v. 10, jul./dez., 1993. p. 7-28. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/12101>. Acesso em: Mar. 2021.

<sup>59</sup> FERREIRA, Marieta Moraes. Desafios e Dilemas da História Oral nos anos 90: o caso do Brasil, **Revista Brasileira de história oral**, v. 1, 1998, p. 21.

<sup>60</sup> **Ibidem**, p. 21.

<sup>61</sup> FERREIRA, Marieta Moraes, AMADO, Janaína. **Op. Cit.**, 2006. p. ix-xxi.

Parte interessante desta pesquisa se deu quando, fazendo as entrevistas com os servidores, era nítido a alegria que sentiam em lembrar, lembrar-se do trabalho feito, dos colegas de trabalho e de se sentirem orgulhosos de fazerem parte deste estudo que culmina hoje em um arquivo melhor cuidado, com acondicionamento que permite preservar e ter acesso de uma maneira muito melhor do que era no período que ali trabalhavam. Podemos entender melhor quando se fala de memória afetiva no que nos diz Vicente de Paula Lelis “a mudança que nós tivemos ao longo do tempo, ela foi muito rica (...) o que contribuiu muito para o aperfeiçoamento do pessoal (...) com o tempo, a gente foi conhecendo a equipe e foi vendo o potencial de cada um.” Quando perguntados sobre as coisas boas que se lembravam, a maioria afirmou que era a forma como trabalhavam juntos. A entrevistada Marli Aparecida Costa Leão lembra que:

[...] quantas vezes nós saímos de madrugada, a gente ia pro ginásio para fazer matrícula, não tinha hora pra gente. Quantas vezes mandavam fazer uma pizza ou outra coisa para nós. Nenhum de nós abandonou nossas chefias. Onde já se viu quatro horas da manhã o funcionário está trabalhando. E tinha pegado no dia anterior, então eu falo, havia essa dedicação, esse amor.

(...)

[...] era muito gostoso essa boa vontade sabe? É uma coisa que a gente já não vê tanto mais, me emociona quando eu lembro, até hoje eu fico emocionada, nós nos reuníamos mais, sempre a gente estava no final de semana na casa de um ou outro. Sei lá, a gente era muito feliz, a gente estava sempre se encontrando e era desse jeito.<sup>62</sup>

Corroborando com os entrevistados, Olga Maria Guimarães dos Reis colocou sobre os colegas da DRE que:

a equipe era muito unida, tinha muita união. Todos nós éramos muito boas pessoas, assim, muito queridas. A gente era considerado família, porque todos preocupavam uns com os outros. Todo mundo tinha aquele carinho e não tinha aquele egoísmo. O que eu sabia passava para o outro, todo mundo dava ajuda para o outro numa dificuldade, fazia parte.<sup>63</sup>

Diante do que foi exposto, podemos dizer que a busca pelo entendimento da história da DRE e de seu acervo, que pode ser visto como um patrimônio documental, vem ao encontro do que afirma Pollak, citando Halbwachs,<sup>64</sup> quando diz que o patrimônio é um objeto que nos remete a uma memória coletiva. Assim, longe de ver nessa memória coletiva uma imposição, Halbwachs vê uma forma específica de dominação ou violência simbólica, acentua as funções positivas desempenhadas pela memória comum, a saber, de reforçar a coesão social, não pela

<sup>62</sup> Trecho da entrevista concedida a esta autora em 23-11-2022.

<sup>63</sup> Trecho da entrevista concedida a esta autora em 08-02-2023.

<sup>64</sup> POLLAK, Michael. **Op. Cit.**, 1989. p. 3-15.

coerção, mas pela adesão afetiva ao grupo, donde o termo que utiliza, de "comunidade afetiva". Na tradição europeia do século XIX, em Halbwachs, inclusive, a nação é a forma mais acabada de um grupo, e a memória nacional, a forma mais completa de uma memória coletiva.

Além disso, o autor afirma que:

[...] a memória, essa operação coletiva dos acontecimentos e das interpretações do passado que se quer salvaguardar, se integra, como vimos, em tentativas mais ou menos conscientes de definir e de reforçar sentimentos de pertencimento e fronteiras sociais entre coletividades.<sup>65</sup>

A respeito dessa afirmação, concorda Le Goff<sup>66</sup>, ao defender a memória “como propriedade de conservar certas informações, remete-nos em primeiro lugar a um conjunto de funções psíquicas, graças às quais o homem pode atualizar impressões ou informações passadas, ou que ele representa como passadas”. Já José Maria Jardim<sup>67</sup> alerta abordando a questão do uso, “com muita frequência, à temática da memória”, dizendo que vários termos podem ser associados a ela como “resgate, preservação, conservação, registro, seleção” e alerta que “neste sentido a memória parece visualizada sobretudo como dado a ser arqueologizado e raramente como processo e construção social.

No entanto, memoriar, recordar ou fazer lembrança podem ser formas de reforçar nosso pertencimento a um grupo, mas também de deixar marcas de uma história que não existe mais. Um não deveria estar dissociado do outro, se complementando. Todos os autores citados defendem a importância da memória na constituição das identidades, tanto pessoal quanto coletiva e também como instrumento de reforço às lutas políticas e ideológicas. Destarte, José Maria alerta da simplificação do sentido da memória como objeto e não como um processo importante na construção de uma sociedade.

Entendendo a magnitude das lembranças na constituição das identidades e sociedades, podemos compreender a importância e a necessidade da preservação do patrimônio documental, um dos desdobramentos de patrimônio, como um dos instrumentos nesta construção.

Janete L. Tanno<sup>68</sup>, tomando como base Le Goff, diz que a memória é o “registro de acontecimentos passados inscritos em diferentes tipos de suporte” e que estes registros são a

---

<sup>65</sup> **Ibidem**, p. 9.

<sup>66</sup> LE GOFF, Jacques. **Op. Cit.**, 1990.

<sup>67</sup> JARDIM, José Maria. **Op. Cit.**, 1995, p. 1.

<sup>68</sup> TANNO, Janete Leiko. Centros de documentação e patrimônio documental: direito à informação, à memória e à cidadania. **Acervo**, Rio de Janeiro, v. 31, n. 3, set./dez., 2018. p. 89-90. Disponível em: <http://revista.arquivonacional.gov.br/index.php/revistaacervo/article/view/903> . Acesso em: fev. 2022.

“representação de algo glorioso que aconteceu, ou que não existe mais, mas que é perpetuado para a posteridade”.

Diante disso, podemos dizer que a cultura, as experiências e atividades registradas tornam-se um patrimônio a partir do momento que elas são testemunho de algo que aconteceu há muito tempo, que ainda existe ou que não exista mais, isto posto, são instrumentos importantes para a construção das identidades e fortalecimento nas disputas políticas e ideológicas.

O Arquivo Nacional Brasileiro<sup>69</sup> define o patrimônio documental arquivístico como um “conjunto de arquivos de valor permanente, público ou privado, existentes no âmbito de uma nação, de um estado ou município”. Muitas vezes, não temos a menor ideia do que realmente pode ser encontrado em um patrimônio documental arquivístico. Para Maria Otília Lage:

O conceito de Patrimônio documental liga-se intrinsecamente ao conceito de documento no seu duplo sentido – de recurso, logo funcional, e de significado, logo cultural – sendo, no entanto, mais complexo que os conceitos já de si complexos de Documento (unidade de formação), Informação (dados do conhecimento registrado).<sup>70</sup>

Dirlene Barros e Dulce Amélia definem:

[...] documento arquivístico “como um bem cultural patrimonial, emanado do saber e da memória da humanidade” e completam que “figura, desse modo, como um fenômeno de produtividade de informação, o qual, por sua vez, opera em tensão constante com o novo, o diferente.”<sup>71</sup>

Podemos exemplificar um pouco do que as autoras falam, principalmente quando Lage expõe o duplo sentido dos documentos: recurso e significado. Nessa pesquisa, foi possível notar os dois sentidos dos usos dos documentos no acervo acadêmico. Muitas consultas de acessos ao acervo, visavam à obtenção de cópias de documentos pessoais perdidos, ou para fazer alguma declaração com informações acadêmicas, cópias de diplomas e certificados. Mas há histórias interessantes de buscas neste acervo que também mostram o lado do significado.

Em 1999, o professor José Marcondes Borges, o servidor Gustavo Soares Sabioni e Gilson Faria Potsch Magalhães começaram uma pesquisa no arquivo acadêmico com o intuito

<sup>69</sup> Op.cit.

<sup>70</sup> LAGE, Maria Otília Pereira. **Abordar o patrimônio documental: territórios, práticas e desafios**. Azurém: Universidade do Minho, 2002. p. 15. (Caderno Neps 4). Disponível em: <https://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/792/1/caderno04.pdf> Acesso em: fev. 2021.

<sup>71</sup> BARROS, D. S., AMÉLIA, D. Arquivo e memória: uma relação indissociável. **Transformação**, Campinas, v. 21, n. 1, 55-61, jan./abr., 2009. p. 60. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/tinf/v21n1/04.pdf> Acesso em: fev. 2021.

de registrar parte da história da UFV e principalmente dos ex-alunos. Foi mais de um ano buscando informações na DRE. Em 2000, publicaram um livro intitulado “A Universidade Federal de Viçosa no século XX”<sup>72</sup>. O conteúdo do livro é bastante extenso, com 666 páginas. Tem um pouco de história da UFV, bastante elitizada e com pouca criticidade, como normalmente são os livros de história lançados nas próprias instituições, mas de um valor muito grande de pesquisa ao trazer informações sobre professores, ex-professores e uma lista com todos os alunos da graduação e da pós-graduação, formados a partir de 1927 até 1999, com nome, ano e mês que se formaram. Uma fonte de pesquisa muito importante que não tínhamos na época, e até hoje ainda é bem difícil de ser feita, mesmo com toda tecnologia que temos atualmente. Os servidores entrevistados contaram estas histórias e outras também, sobre as buscas no acervo. O entrevistado Edson Martinho Ramos fala sobre esta pesquisa, dizendo lembrar que:

[...] a pessoa que trabalhou muito lá (no arquivo) foi o professor Marcondes e o Gustavo Sabioni, com isso teve até um livro (...) foi o maior trabalho feito no Registro Escolar foi deles, que hoje inclusive, quando nós começamos essa digitação (dos documentos mais antigos para o sistema Sapiens), o Benício fez várias consistências pra gente, comparando o do professor Marcondes com o nosso, então isso ajudou muito nesse trabalho.<sup>73</sup>

Como se vê, um livro publicado com base em informações extraídas deste acervo acabou sendo útil à gestão do acervo acadêmico da DRE nos anos seguintes, visto que inexistia um conhecimento dos arquivos por parte do próprio órgão produtor. No próximo capítulo, será apresentada uma constituição histórica do arquivo acadêmico da Diretoria de Registro Escolar, utilizando documentos encontrados no Arquivo Central e Histórico da UFV, atas e estatutos e história oral através de entrevistas feitas com servidores e ex-servidores da DRE.

---

<sup>72</sup> Este livro que foi bastante utilizado como fonte de pesquisa no meu trabalho: BORGES, José M.; SABIONI, Gustavo S.; MAGALHÃES, Gilson F. Potsch. **Op. Cit.**, 2006.

<sup>73</sup> Trecho da entrevista concedida a esta autora em 18-11-2022.

## CAPÍTULO 2

### CAMINHOS PERCORRIDOS PELA DIRETORIA DE REGISTRO ESCOLAR NA ESAV/UREMG/UFV

#### 2.1. A constituição histórica da DRE em dois tempos: ESAV/UREMG

A Universidade Federal de Viçosa teve seu começo como Escola Superior de Agricultura e Veterinária do Estado de Minas Gerais (ESAV) no ano de 1926, quando o viçosense Arthur da Silva Bernardes estava no governo do estado de Minas Gerais e em campanha para a presidência da república. De acordo com Baeta, a criação da ESAV foi uma proposta política estratégica diante da necessidade de diversificação e aumento na produção agrícola mineira, devido à queda de preço do café no comércio internacional.<sup>74</sup> O modelo estadunidense dos *Land Grant Colleges*<sup>75</sup> pretendia suprir a necessidade técnico-científica com o estreitamento das relações comerciais e políticas com os Estados Unidos. Portanto, desde a criação da ESAV, como destaca Izabel Pompermayer, a influência dos professores estadunidenses foi evidente e o melhor exemplo disso foi a contratação do diretor da Agricultural College da University of Florida, Peter Henry Rolfs, para “fundar, organizar e dirigir a Escola”<sup>76</sup> e também destacou que:

É notório entre os pesquisadores sobre o tema que essa característica diferenciou a criação da Esav da maioria das instituições brasileiras vinculadas às práticas agrícolas da época – que seguiam as tendências europeias.<sup>77</sup>

Desde a aprovação do seu regulamento, em 1926, a Escola Superior de Agricultura e Veterinária do Estado de Minas Gerais (ESAV) começa a formar seu arquivo acadêmico. O primeiro aluno matriculado na instituição em 1926, no curso Técnico em Agronomia, tem em

---

<sup>74</sup> BAÊTA, Odemir Vieira. **Estratégias como práticas sócio discursivas em uma universidade pública**: uma abordagem crítica. Tese (Doutorado em Administração) - Universidade Federal de Lavras. Lavras, MG, 2016. p. 164.

<sup>75</sup> Escolas superiores agrícolas criadas no oeste e no meio-oeste estadunidense a partir de meados do século XIX. Ver: RIBEIRO, Maria das Graças M. Caubóis e Caipiras. Os *land grant colleges* e a Escola Superior de Agricultura de Viçosa. **História da educação**, UFPel, Pelotas, n. 19, p. 105-120, abr. 2006. Disponível em: <http://fae.ufpel.edu.br/asphe>. Acesso em: 18 nov. 2021.

<sup>76</sup> POMPERMAYER, Izabel Moraes. **Continuidades e descontinuidades da memória**: um estudo sobre a Escola Superior de Agricultura e Veterinária de Viçosa. Dissertação (Mestrado em Patrimônio Cultural, Paisagens e Cidadania) - Universidade Federal de Viçosa. Viçosa, MG, 2018. p. 16.

<sup>77</sup> **Ibidem**, p. 15.

sua pasta, ainda nos dias de hoje, os documentos pessoais e os acadêmicos ainda em formato físico<sup>78</sup>. Desde então, são quase 100 anos de documentos, com mais de 108.000 alunos inscritos em seus variados cursos de graduação, pós-graduação *stricto-sensu* e especialização.

Em 25 de agosto de 1926, pelo Decreto n. 7.323, foi criado o primeiro regulamento da ESAV, que diz da criação da Secretaria Geral, com as competências do secretário, que no seu artigo n. 116, letra d, trata destas competências como “organizar o arquivo da escola e zelar por sua conservação”, e letra h “assignar diplomas, atestados, certificados, etc.” Tais funções são atualmente desempenhadas pela Diretoria de Registro Escolar. Portanto, podemos dizer que este setor nasceu em 1926 como Secretaria Geral, dando início ao funcionamento do arquivo acadêmico da instituição. Segundo José Marcondes Borges, Gustavo Sabioni e Edson Potsch,<sup>79</sup> entre os anos de 1928 e 1933, a Secretaria era o nome anterior da atual Diretoria de Registro Escolar e seu primeiro secretário foi o professor Donato Eugênio da Silva. De acordo com fotos encontradas nos registros do arquivo histórico da UFV, a Secretaria começou a funcionar no Prédio Arthur Bernardes.

Figura 2. Secretaria Geral da ESAV – Setor de atendimento



Fonte: Arquivo Central e Histórico da UFV.

<sup>78</sup> Documentos pessoais ainda não autorizados para divulgação.

<sup>79</sup>BORGES, José M.; SABIONI, Gustavo S.; MAGALHÃES, Gilson F. Potsch. **Op. Cit.**, 2006. p. 33.

A ESAV se torna administrativamente e financeiramente autônoma, sendo feito um novo regulamento firmado pelo Decreto n.º 10.154, de 15 de dezembro de 1931. Nesse novo regulamento, está disposto como devem ser preenchidos os cargos do pessoal administrativo:

Art.111. O pessoal administrativo da Escola Superior de Agricultura e Veterinária do Estado de Minas Gerais será o seguinte:

- 1) Diretor
- 2) Secretário
- 3) Contador
- 4) Porteiro
- 5) Apontador
- 6) Almojarife
- 7) Praticantes
- 8) Contínuos.

§ 1º O número de praticantes e contínuos será fixado, anualmente, em orçamento, de acordo com as necessidades do serviço.

§ 2º Fica estabelecido o Regime de tempo integral para o pessoal da Escola, que obedecerá aos horários estabelecidos pela Diretoria.

Art.112. Os cargos específicos no artigo precedente serão preenchidos por indicação e por nomeação da Junta Administrativa, pelo prazo máximo de quatro anos, podendo ser reformados.

§ 1º A nomeação do Diretor da Escola deverá recair em profissionais de reconhecida competência.

§ 2º A nomeação do Diretor e Secretário deverão (sic) ser aprovadas pelo Presidente do Estado.

§ 3º A nomeação do secretário deverá recair em professor com exercício efetivo, de no mínimo, três anos em estabelecimento de ensino oficial.

§ 4º Os demais funcionários do art. 111 serão indicados à junta pelo Diretor da Escola, que ficará responsável por sua idoneidade.<sup>80</sup>

O §3 do artigo precedente trata dos critérios para a nomeação do secretário da ESAV. Ainda nesse documento, o secretário continua com a responsabilidade de organizar e cuidar da conservação do arquivo, mas não assina mais os documentos da instituição e sim o Diretor, que neste momento era João Carlos Bello Lisboa. Olhando a lista de Secretários e depois Diretores da DRE, mesmo após novas reformulações e estatutos e depois de tantos anos de mudanças, de forma inconsciente ou não, essa exigência de ser “professor com exercício efetivo, de no mínimo, três anos” só foi alterada em 2011 quando foi escolhido um servidor técnico-administrativo para a direção. Este permanece atualmente no cargo em seu terceiro mandato.

No governo Getúlio Vargas, a ESAV começou a enfrentar muitos problemas, com a mudança política nacional contrárias à Bernardes. Segundo Baeta, “Era o fim da República Velha. Não é nem mineiro nem paulista que assume o poder com a promessa de promover a reforma da Constituição: é o gaúcho Getúlio Vargas, que não cumpre a promessa.”<sup>81</sup> Neste

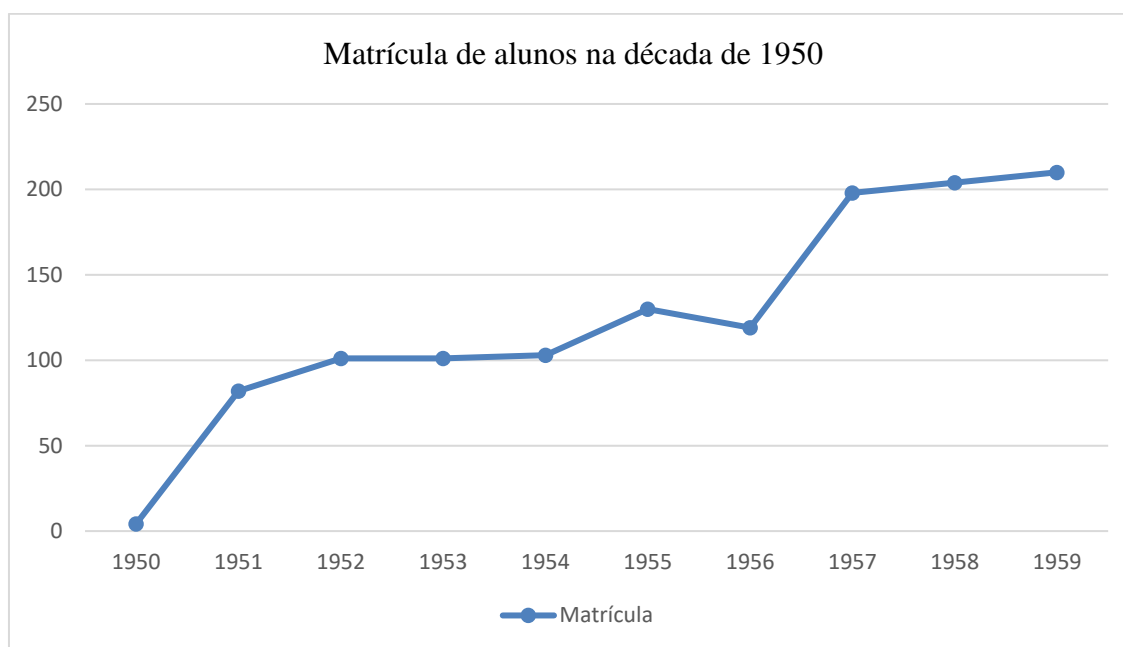
<sup>80</sup> BORGES, José Marcondes; SABIONI, Gustavo Soares. **1922-2009. Legislação de importância histórica:** Escola Superior de Agricultura e Veterinária - ESAV - 1926-1948, Universidade Rural do Estado de Minas Gerais - UREMG - 1948-1969, Universidade Federal de Viçosa - UFV. Viçosa: Ed. UFV, 2010. p. 107.

<sup>81</sup> BAÊTA, **Op. Cit.**, 2016, p. 171.

sentido, a instituição passou por dificuldades que resultaram na transferência da Escola de Veterinária para a capital Belo Horizonte em janeiro de 1942 e a redução drástica de recursos orçamentários para a instituição. Em novembro de 1948, o governador Milton Soares Campos e seus Secretários de Agricultura, Américo René Giannetti, e de Finanças, José de Magalhães Pinto, assinaram a Lei n. 272, criando a Universidade Rural do Estado de Minas Gerais (UREMG).<sup>82</sup>

Após a fundação da UREMG, a influência dos Estados Unidos no modelo de ensino da instituição se intensificou com os convênios firmados à época, como o projeto de colaboração entre a UREMG e a Universidade de Purdue, que, segundo Odemir Baeta, “marcou o desenvolvimento acadêmico e científico em Viçosa”. De acordo com o pesquisador, a chegada de professores e especialistas consultores qualificados e, posteriormente, o treinamento de docentes de Viçosa nos Estados Unidos resultaram no significativo aperfeiçoamento da experimentação e da pesquisa, o que possibilitou o nascimento dos primeiros programas de pós-graduação em ciências agrárias do Brasil, em 1961. Portanto, na década de 1950, registrou-se um significativo aumento de cursos oferecidos pela UREMG.

Gráfico 2 – Crescimento de matrícula na década de 1950



Fonte: Dados extraídos do banco de dados da DRE-UFV.

Aprovado em 1950, o artigo 4º do estatuto da UREMG reestrutura o organograma da instituição recém-estadualizada, como se pode observar abaixo:

<sup>82</sup> *Ibidem*, p. 180.

Art. 4º. A UREMG é constituída, inicialmente, dos seguintes estabelecimentos e órgãos:

- 1 - Escola de Agricultura;
- 2 - Escola de Veterinária;
- 3 - Escola de Ciências Domésticas;
- 4 - Escola de Especialização;
- 5 - Serviço de Experimentação e Pesquisas;
- 6 - Serviço de Extensão.<sup>83</sup>

Ainda neste estatuto, a seguir, o artigo 7º regulamenta o setor e o funcionamento do que seria atualmente a Diretoria de Registro Escolar naquele período:

Art. 7º. A UREMG terá uma Secretaria Geral, onde se fará o serviço de registro e controle de todo movimento escolar da Instituição.

Parágrafo único - A organização da Secretaria Geral será estabelecida pelo regimento interno da UREMG.<sup>84</sup>

Portanto, cada Escola teria um Diretor e este, dentre outras atribuições, seria responsável por assinar os diplomas expedidos pela UREMG, junto com o Reitor e o Secretário Geral.<sup>85</sup>

Neste período, com a ampliação dos cursos e das demandas burocráticas, a Secretaria Geral se desmembrou em vários outros setores, sendo um deles com as funções da atual DRE.

Conforme destacou Borges, Sabioni e Postch Magalhães, houve uma tentativa de federalização da UREMG, dois anos após sua criação, com a Lei 1.254, de 4 de dezembro, que dispunha sobre o sistema federal de ensino superior. A federalização poderia ter acontecido em 1950, quando o senador Fernando de Mello Vianna incluiu várias universidades estaduais em seu projeto de lei e prevendo o estabelecimento de um Sistema Federal de Ensino Superior. No entanto, essa tentativa foi feita sem consulta à comunidade acadêmica da UREMG, que foi surpreendida com a proposta. O professor Potsch Magalhães, o reitor e diretor da ESA (Escola de Agricultura) discutiram o assunto e decidiram aguardar. Depois de um tempo, de acordo com o Anexo – E, formaram uma comissão e se reuniram em janeiro de 1952 e conforme a Ata nº 9-1952 de 31.03.1952)<sup>86</sup>, foi exposta a situação aos membros e após discussão, deliberaram pela não aceitação da federalização. As razões expostas foram aceitas e a UREMG não é federalizada.<sup>87</sup> Nos anos 1950, após sua tentativa frustrada de federalização da UREMG, o

<sup>83</sup> *Ibidem*, p. 142.

<sup>84</sup> *Ibidem*, p. 143.

<sup>85</sup> *Ibidem*, p. 148.

<sup>86</sup> Ata disponível em <https://www.soc.ufv.br/wp-content/uploads/Ata-09-1952-de-31.03.1952.pdf>. Acesso em: nov. 2022.

<sup>87</sup> BORGES, José Marcondes.; SABIONI, Gustavo S.; MAGALHÃES, Gilson Faria Potsch. **Op. Cit.**, 2006. p. 105-106.

senador Fernando Mello Vianna a incluiu no programa para o recebimento de subvenções federais. Três anos depois, foi transferida à UREMG, com todo seu patrimônio a Escola Média de Agricultura de Florestal (atual *campus* Florestal da UFRV) e aprovado o Regulamento em 1956<sup>88</sup>.

## 2.2. A DRE em tempos de federalização: novos e velhos desafios

Ainda nos tempos de UREMG, houve uma mudança drástica no país, com o golpe militar de 1964 e a instituição teve suas atividades bastante impactadas. E só neste ano de 1964, é que o regimento da UREMG foi aprovado. O capítulo I deste Regimento apresenta muitas atribuições, que hoje são da DRE, como responsabilidade das diretorias das escolas, como o calendário escolar, matrículas e transferências. Não fica claro no Regimento se os diplomas e demais documentos também eram feitos em cada uma das Escolas. Em várias partes deste documento, fala-se das atribuições da “Secretaria”, mas não como Secretaria Geral. Ou seja, existia a secretaria de cada escola e existia a Secretaria Geral.

Em 1965, pelo Decreto n. 8.143 de 1º fevereiro de 1965, o governador de Minas Gerais, de acordo com a Lei n. 3.214,<sup>89</sup> definiu a organização setorial da UREMG. Dentro desta nova estrutura, surgiu a Diretoria Geral de Ensino, que seria o equivalente à atual Pró-reitoria de Ensino, cuja Secretaria Geral é subordinada. As atribuições desta secretaria ficaram assim definidas:

Art. 19º. À Secretaria Geral compete:

I - Registrar e Controlar o movimento escolar da Universidade;

II - Coordenar a elaboração dos horários de provas e aulas;

III - Orientar a escrituração escolar das unidades;

IV - Elaborar normas de trabalho das Secretarias escolares e controlar-lhes a execução.<sup>90</sup>

Tais atribuições, em sua maioria, são algumas das atuais funções da DRE. Essa mesma Lei dava um prazo de 60 dias para a instituição submeter ao governador do Estado, o então José

<sup>88</sup> BORGES, José Marcondes; SABIONI, Gustavo Soares. **Op. Cit.**, 2010. p. 168-171.

<sup>89</sup> ASSEMBLEIA Legislativa de Minas Gerais. **Lei mineira nº 3214, de 16 de outubro de 1964**. dispõe sobre a reestruturação dos cargos do serviço público civil do poder executivo, estabelece níveis de vencimentos e dá outras providências. Disponível em: [https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:minas.gerais:estadual:lei:1964-10-16:3214#:~:text=Lei%20n%C2%BA%203214%2C%20de%2016,\(Estadual%20%2D%20Minas%20Gerai\)%20%3A%3A&text=DISP%C3%95E%20SOBRE%20A%20REESTRUTURA%C3%87%C3%83O%20DOS,VENCIMENTOS%20E%20D%C3%81%20OUTRAS%20PROVID%C3%8ANCIAAS](https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:minas.gerais:estadual:lei:1964-10-16:3214#:~:text=Lei%20n%C2%BA%203214%2C%20de%2016,(Estadual%20%2D%20Minas%20Gerai)%20%3A%3A&text=DISP%C3%95E%20SOBRE%20A%20REESTRUTURA%C3%87%C3%83O%20DOS,VENCIMENTOS%20E%20D%C3%81%20OUTRAS%20PROVID%C3%8ANCIAAS). Acesso em: fev. 2021.

<sup>90</sup> BORGES, José Marcondes; SABIONI, Gustavo Soares. **Op. Cit.**, 2010. p. 207.

de Magalhães Pinto, o estatuto atualizado, e determinava os assuntos que precisavam constar neste novo estatuto. Em 14 de julho de 1965, ficou pronto o estatuto, que após modificado pelo governador foi aprovado pelo Decreto n. 8.781, de 30 de setembro de 1965. Esse governador participou ativamente da conspiração que precedeu o golpe militar<sup>91</sup> e poucos anos depois, as instituições educacionais começaram a sofrer intervenções.

Para além das dificuldades relacionadas à repressão nas instituições públicas de ensino superior, a ditadura militar impunha muitas limitações no tocante à valorização e proteção do patrimônio público e da história e memória institucional. Com o discurso de proteção e preservação do patrimônio, foi instituída a Lei 4.845, de 19 de novembro de 1965<sup>92</sup>, proibindo a saída, para o exterior, de obras de arte e ofícios produzidos no país até o fim do período monárquico, e a Lei 5.471, de 9 de julho de 1968<sup>93</sup>, que dispõe sobre a exportação de livros antigos e conjuntos bibliográficos brasileiros. Eliane Bezerra Lima, no trabalho de conclusão de sua especialização, diz que as leis criadas no período militar tem “características do resguardo patrimonial desde o período imperial, do Estado Novo e de governos anteriores” mas manifesta que “durante o governo militar o Estado não está preocupado em facilitar o acesso aos arquivos aos cidadãos, ao contrário, ele opta pelo total sigilo em alguns casos, já que o acesso significaria oferecer ao indivíduo, provas de crimes cometidos por um governo autoritário contra a sociedade a que serve”<sup>94</sup>.

Olhando este panorama, podemos entender a colocação de alguns servidores que entraram na instituição nesta época ou algum tempo depois, a respeito do sentimento que predominava nos setores da instituição, durante este período. Hélio Armando Vidigal Guimarães ingressou na instituição em 1966 e expôs do seguinte modo, a sua percepção a respeito das chefias superiores do período: “eles são muito rígidos, qualquer coisa que acontecia, assim, com algum funcionário mandava embora”. Por sua vez, Leão foi admitida em 1974 e também fala da impressão que tinha na época em que entrou: “nós éramos muito

---

<sup>91</sup> SILVA, Daniel Neves. Golpe Militar de 1964 e o início da ditadura no Brasil; **Brasil Escola**. Disponível em: <https://brasilescola.uol.com.br/historiab/golpe-militar.htm>. Acesso em: 11 jan. 2023.

<sup>92</sup> Presidência da República – Casa Civil. Disponível em:

[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/14845.htm#:~:text=LEI%20N%C2%BA%204.845%2C%20DE%2019,%20fim%20do%20per%C3%ADodo%20mon%C3%A1rquico](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/14845.htm#:~:text=LEI%20N%C2%BA%204.845%2C%20DE%2019,%20fim%20do%20per%C3%ADodo%20mon%C3%A1rquico). Acesso em fev. 2023.

<sup>93</sup> Presidência da República – Casa Civil. Disponível em:

[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/15471.htm#:~:text=LEI%20N%C2%BA%205.471%2C%20DE%20%20DE%20JULHO%20DE%201968.&text=Disp%C3%B5e%20s%C3%B4bre%20a%20exporta%C3%A7%C3%A3o%20de%20livros%20antigos%20e%20conjuntos%20bibliogr%C3%A1ficos%20brasileiros](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/15471.htm#:~:text=LEI%20N%C2%BA%205.471%2C%20DE%20%20DE%20JULHO%20DE%201968.&text=Disp%C3%B5e%20s%C3%B4bre%20a%20exporta%C3%A7%C3%A3o%20de%20livros%20antigos%20e%20conjuntos%20bibliogr%C3%A1ficos%20brasileiros). Acesso em: 27 fev. 2023.

<sup>94</sup> LIMA, Eliane Bezerra, **Construção social e política do Arquivo...** [S.I.] Repositório UFMG, 2013. Disponível em: <https://repositorio.ufmg.br/handle/1843/BUBD-9FSG5Z>. Acesso em: 27 fev. 2023.

vigiados, existia gente do antigo SNI<sup>95</sup> aqui dentro. A gente não podia supor muito não, a gente era contido... você passou a ter medo de conversar com as pessoas que a gente não sabia até que ponto você podia se abrir com fulano”. O entrevistado/a disse também que “foi a época que, na surdina, lutamos e criamos a primeira associação de servidores que foi a ASAV, criada em 1984”. Já Reis falou da época da ditadura e a transição para a democracia, expondo:

[...] uma das coisas assim que eu passei, que eu vivenciei, foi essa mudança realmente da ditadura para um período mais tranquilo, porque a gente era muito cobrado, não era permitido erro... então a gente tinha sim uma carga de responsabilidade muito grande, e as pessoas confiavam muito no trabalho da gente porque tudo que a gente fazia era feito com muita segurança.<sup>96</sup>

Com um quadro político todo alterado devido ao golpe militar, começaram a ser organizados os movimentos estudantis como forma de resistência, as Universidades se tornaram territórios fecundos. De acordo com Eunice Durham<sup>97</sup> os estudantes começaram a enfrentar o governo e o governo reagiu com a primeira intervenção nas universidades públicas e afastamento de docentes “considerados marxistas e aliados dos estudantes”. A autora ressaltou que as universidades estavam sob intensa vigilância e se refere, ademais, ao Decreto-lei n. 228, de 18 de fevereiro 1967, do então presidente Castelo Branco, que proibiu os movimentos estudantis de qualquer manifestação, propaganda ou apoio a ausências coletivas de trabalhadores da educação:

Art.11. É vedado aos órgãos de representação estudantil, qualquer ação, manifestação ou propaganda de caráter político-partidário, racial ou religioso, bem como incitar, promover ou apoiar ausências coletivas aos trabalhos escolares.  
Parágrafo único. A inobservância deste artigo acarretará a suspensão ou a dissolução do D.A. ou D.C.E.<sup>98</sup>

O ex-diretor da DRE, que nos anos 70 era aluno na instituição conta que:

[...] antes, quando eu ainda não estava na Universidade, eu me lembro de manifestações de estudantes, da marcha Nico Lopes, que tinham manifestações, assim, muito pesadas, na cidade a polícia reprimia. Agora dentro da Universidade, sobre esse período da ditadura, antes de 76, me lembro das manifestações que tinha

<sup>95</sup> O Serviço Nacional de Informações foi criado pela Lei nº 4.341 em 13 de junho de 1964 com o objetivo de supervisionar e coordenar as atividades de informações e contrainformações no Brasil e exterior.

<sup>96</sup> Trecho da entrevista concedida a esta autora em 08-02-20233.

<sup>97</sup> DURHAM, Eunice Ribeiro. Educação superior, pública e privada. In: SCHWARTZMAN, Simon (Org.). **Os desafios da educação no Brasil**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2005. p. 191-233. Disponível em: <http://www.schwartzman.org.br/simon/desafios/7superior.pdf>. Acesso em: 20 jan. 2023.

<sup>98</sup> Revogado pela Lei nº 6.680 somente em 1979. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/del0228.htm#:~:text=Reformula%20a%20organiza%C3%A7%C3%A3o%20da%20representa%C3%A7%C3%A3o%20estudantil%20e%20d%C3%A1%20outras%20provid%C3%A2ncias](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del0228.htm#:~:text=Reformula%20a%20organiza%C3%A7%C3%A3o%20da%20representa%C3%A7%C3%A3o%20estudantil%20e%20d%C3%A1%20outras%20provid%C3%A2ncias). Acesso em: 19 jan. 2023.

de estudantes, marcha Nico Lopes, lembro de bombas de gás jogada em cima deles, então me lembro um pouco disso. Agora quando eu entro na Universidade (em 1976) parece que estava um período mais de calma ou de acomodação. Tivemos greves, inclusive quando eu entrei como professor na Universidade (em 1980), estavam em greve, foi um período longo de greve. Enquanto estudante, nós tivemos greve, inclusive o refeitório fechou e eu me lembro até que eu e mais dois colegas fomos à reitoria. Uma intervenção das que eu fiz para tentar falar com o reitor, e quem recebeu a gente, na época, era um coronel que ficava lá na reitoria. Não sei se era por imposição externa ou se era escolha do reitor, mas era um coronel, ele que nos recebeu e nem falamos com o reitor. mas nos colocamos para ele a nossa posição, da situação do refeitório, os estudantes estavam em situação difícil. Muitos viam de fora, eles faziam comida lá no DCE, improvisavam lá e estavam fazendo panelões de comida lá.<sup>99</sup>

Neste contexto de repressão à livre manifestação política no interior das instituições, a instituição ainda era vinculada ao Estado de Minas Gerais e enfrentava grandes desafios. O quadro político era desfavorável e por isso a universidade “sofria, de maneira penosa, o constante atraso na liberação de recursos”. Diante desse problema financeiro, em livro publicado sobre a história da instituição José Marcondes Borges, Gustavo Sabioni e Edson Potsch Magalhães, os autores relataram que a gestão local buscou se informar sobre o que estava acontecendo na esfera federal e se deparou com uma situação favorável com “surpreendente melhoria nas relações com as universidades, escolas e estudantes”. Vale destacar aqui que um dos autores deste livro era o próprio reitor da UREMG neste período e foi responsável por encabeçar a ideia da federalização da instituição. Isto posto, “em face do novo clima na órbita federal”, conforme palavras dos autores, e das “proclamadas dificuldades na esfera estadual”, o reitor Edson Potsch procurou o governador Israel Pinheiro e disse-lhe que a UREMG estava pronta para, com ele, promover sua efetiva federalização”<sup>100</sup>. De fato, o problema financeiro pode ser confirmado nos relatos orais de vários servidores, que explicitaram os problemas enfrentados por eles, quando a instituição ainda era estadual: salários atrasados e dificuldade de compra de insumos para o trabalho. Foi o caso do relato de H.A.V.G. servidor da UFV, admitido em 1966, que declarou:

[...] os primeiros anos que eu trabalhei tinha problema para receber, a gente ficava de 7 a 8 meses sem receber. Mas eu era solteiro e morava com meus pais. Quer dizer, lá em casa tinha de tudo... como estava trabalhando para ajudar meus pais, em casa éramos 12. Onde é a Funarbe tinha uma cooperativa e tínhamos uma cota do salário para comprar. A gente não recebia, mas tinha direito de pegar o que tinha lá. Aí melhorou tudo depois que federalizou”.<sup>101</sup>

<sup>99</sup> Trecho da entrevista concedida a esta autora em 06-12-2022.

<sup>100</sup> BORGES, José M.; SABIONI, Gustavo S.; MAGALHÃES, Gilson F. Potsch. **Op. Cit.**, 2006. p. 109-110.

<sup>101</sup> Trecho da entrevista concedida a esta autora em 10-02-2023.

Como se nota do excerto acima, as condições de trabalho do período eram muito precárias, chegando ao ponto de o servidor trabalhar sem receber e ainda se vê na condição de receber uma espécie de cota de alimentação, sem ter o direito de receber seus proventos e vivendo em situação crítica de insegurança alimentar. Por sua vez, Leão vivenciou a situação que os colegas expunham: “eles achavam que foi vantajoso, nossa e a segurança do pagamento, que até então era muito complicado, atrasava, não tinha muita certeza daquilo e essa federalização veio resolver essa parte e animar mais o pessoal”<sup>102</sup>. Já Reis apresentou o que percebeu e ouviu dos servidores, que já estavam na UFV quando entrou em 1977, relatando:

[...] na época que eu ingressei, já era época da UFV, mas os que trabalhavam anteriormente, eles tinham muitos problemas... os salários atrasavam muito, costumava às vezes atrasar mais de seis meses para receber e lá na UFV tinha uma cooperativa de alimentos, essa cooperativa vendia para os funcionários... em condições de você fazer o pagamento posteriormente. A universidade não era asfaltada na época em que era estadual, ela era toda de terra batida e era assim muito precário o material com que os funcionários trabalhavam.<sup>103</sup>

A comunidade acadêmica resistiu por vários anos à federalização. Porém, como se nota nos relatos, a precariedade das condições de trabalho levou os trabalhadores e a gestão da instituição à aceitação de que a federalização era o único caminho possível para a melhoria da situação. Foi neste contexto que, em 1969, o governo do Estado articulou uma nova proposta de federalização, alegando não possuir condições de manter os recursos que a instituição em desenvolvimento precisava. Em 15 de julho de 1969, foi fundada a Universidade Federal de Viçosa, em pleno regime militar.<sup>104</sup>

A nível nacional, a federalização ou criação de universidades federais como a UFV no contexto ditatorial, atendeu ao discurso governamental de investimento em ciência e tecnologia. Contudo, o historiador Renato Pinto Venâncio revelou que a média de implantação de universidades federais caiu pela metade no período entre 1964 e 1985 em relação ao período democrático anterior (1945-1964), apesar da propalada narrativa oficial de avanço nos investimentos em pesquisa nos anos 1960. Após 1964, foram criadas as Universidades Federais de Maranhão (1966), Sergipe (1967) e Piauí (1968). E no mesmo ano em que a UFV foi fundada, também foram criadas as Federais de Uberlândia, Ouro Preto e Rio Grande. Portanto,

---

<sup>102</sup> Trecho da entrevista concedida a esta autora em 23-11-2022.

<sup>103</sup> Trecho da entrevista concedida a esta autora em 08-02-2023.

<sup>104</sup> **Ibidem**, p.183-188.

três universidades federais foram criadas em Minas Gerais em 1969, numa clara demonstração de alinhamento das elites políticas mineiras com a ditadura militar.<sup>105</sup>

É importante refletir sobre a complexidade e heterogeneidade do desenvolvimento do ensino superior no Brasil, especialmente neste período, para compreender como a federalização da UREMG se inseriu neste contexto. De acordo com Durham, a trajetória do ensino superior no Brasil foi marcada pelo seu caráter tardio e o desenvolvimento precoce de um poderoso sistema de ensino privado paralelo ao público. Em 1964, se instalou um novo período autoritário no Brasil, durante o qual o modelo de universidade foi reformado e o sistema privado se desenvolveu aceleradamente.

Na mesma época, aconteceram reformas importantes direcionadas ao ensino superior, algumas delas reivindicadas pelos movimentos estudantis e outras atendendo às metas dos militares de modernizar o país para o desenvolvimento econômico e militar, o que beneficiou diretamente a classe média e aumentou a demanda pelo ensino superior. Segundo Schwartzman,<sup>106</sup> o ensino superior foi transformado no final dos anos 1960 com a introdução de inovações ao estilo estadunidense, como “o sistema de créditos, os departamentos acadêmicos e os programas de pós-graduação”. Destarte, foram adotados novos regimes de trabalho nas universidades federais, com o emprego da “dedicação exclusiva” e do “tempo integral” que remunerava o tempo que deveria ser dedicado à pesquisa.”<sup>107</sup> Tais mudanças são utilizadas até os dias atuais na maioria das instituições públicas de ensino superior. Porém, Schwartzman asseverou que a reforma não flexibilizou os currículos, que continuaram a ser rigidamente definidos pelo Ministério da Educação, através do Conselho Federal de Educação e “a lógica da nova estrutura, que se inspirava no modelo norte-americano, foi truncada na medida em que as carreiras continuaram estanques e o diploma continuou valorizado na medida em que se constituía condição necessária e suficiente para o exercício profissional”.<sup>108</sup>

No caso do ensino superior público, em 1965, este setor era responsável por 182.696 matrículas. Em 1970, esse número foi para 210.613, 492.232 em 1980, 578.625 em 1990, 887.026 em 2000 e 939.225 em 2001. A mudança no ensino superior foi diversa e atingiu os setores públicos e privados. “O setor privado passou a ser governado pelo mercado (...) ao lado de um setor público que se orientou no sentido de atender a uma demanda mais qualificada”,

---

<sup>105</sup> VENÂNCIO, Renato Pinto. Arquivos Universitários no Brasil: esboço de uma cronologia. In: **Universidades e arquivos: gestão, ensino e pesquisa**. Belo Horizonte: Fino Traço, 2015. p. 33-48.

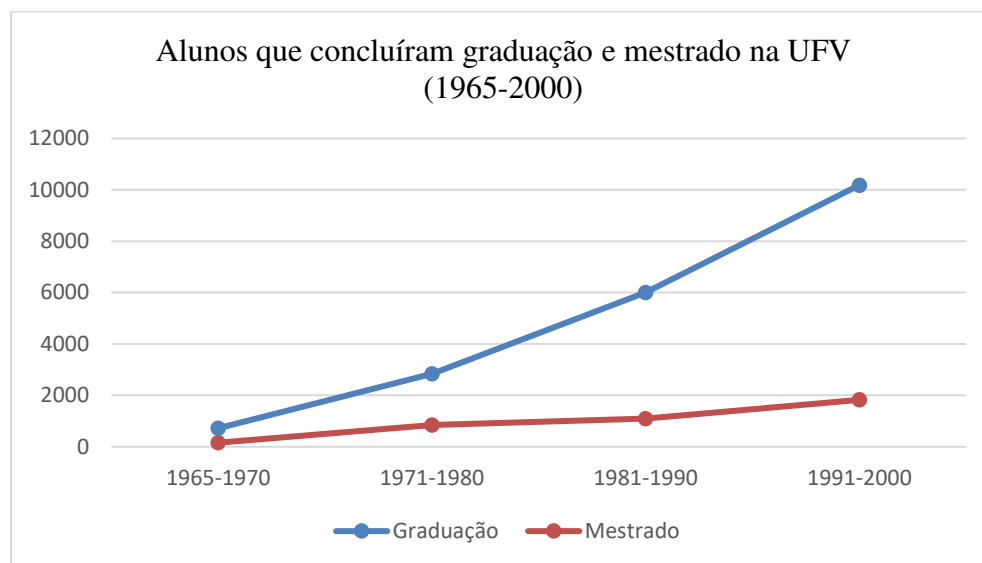
<sup>106</sup> SCHWARTZMAN, Simon. Os desafios da Educação no Brasil. In: SCHWARTZMAN, Simon. (Org.). **Os desafios da educação no Brasil**. São Paulo: Editora Nova Fronteira, 2005. p. 26. Disponível em: <http://www.schwartzman.org.br/simon/desafios/Sumario.html>. fev. 2021.

<sup>107</sup> DURHAM, Eunice. **Op. Cit.**, 2005. p. 207.

<sup>108</sup> **Idem**, p. 206.

nos diz Durham citando Geiger.<sup>109</sup> Confirmando essa estatística, na UFV, de 1965 a 1970, 721 alunos concluíram a graduação e 158 o mestrado. De 1971 a 1980, 2.839 concluíram a graduação e 848 o mestrado, de 1981 a 1990, 6.001 concluíram a graduação e 1.102 o mestrado e de 1991 a 2000, 10.134 concluíram a graduação e 1.825 o mestrado.

Gráfico 3 – Aumento de alunos da UFV de 1965 a 2000



Fonte: BORGES, José Marcondes. SABIONI, Gustavo Soares. MAGALHÃES, Gilson Faria Potsch. **Op. Cit.**, 2006. p. 379.

Este crescimento foi percebido pelos servidores com o aumento de trabalho e número reduzido de servidores. Quase nenhuma contratação para o setor muitos servidores para aposentar. O/a entrevistado José de Arimatéia Máximo, quando questionado sobre os desafios na DRE e no arquivo após federalização da instituição e os anos seguintes, declarou que:

[...] o volume de documento aumentou, com certeza, aumentou muito. E acrescentou que: aumentou o número de matrícula, eu fazia matrícula, atendia na mão ali, atendia muita gente, uma fila muito grande. Várias salas do PVA cheio de gente, aquela fila, uma fila grande, era tudo feito na mão, com o carimbo redondo e a caneta. Tinha o acerto de matrícula que era no Centro de Vivência e a matrícula era feita no PVA. Como saía com vários erros, às vezes o aluno estava formando e estava recebendo disciplinas do terceiro período ainda, que ele já terminou lá atrás, ele tinha que ir lá fazer o acréscimo, tinha que fazer uma mudança (...) ele saía lá do prédio e ia para o Centro de Vivência para fazer a mudança. Isso dava uma trabalhadeira danada, uma canseira boa.<sup>110</sup>

A servidora Reis, contou que nos anos 70 percebeu:

<sup>109</sup> DURHAM, Eunice Ribeiro. **Op. Cit.**, 2005. p. 204. Disponível em: <http://www.schwartzman.org.br/simon/desafios/Sumario.html>. Acesso em: dez. 2022.

<sup>110</sup> Trecho da entrevista concedida a esta autora em 13-01-2023.

[...] um aumento significativo no trabalho, que o maior desafio foi realmente a demanda de mão de obra. Porque foi aumentando o número de alunos, foi aumentando o número de cursos e o número de funcionários não aumentava. Vamos, por exemplo: Se vissem que eu fazia serviço para cinco, seis pessoas? Não tinha condições, mas a gente fazia, nos virávamos e dava conta. Porque não tinha esta tecnologia toda que tem hoje. Então a gente tinha que desdobrar para dar conta do serviço.<sup>111</sup>

Em meio a essas reformas, em 08 de maio de 1969 pelo Decreto n. 570, é instituída sob forma de fundação a Universidade Federal de Viçosa e incorporada à UREMIG. Sua constituição foi aprovada pelo Decreto 64.825 de 15 de julho de 1969. Sua direção e administração seria feita por um Conselho Diretor com seis membros e suplentes, sendo este conselho presidido pelo Reitor. De acordo com o que consta no art. 6º, já se percebe a centralização de poder no governo federal, ao então presidente Ernesto Geisel. No artigo lê-se:

Art. 6º. O conselho Diretor é constituído de 6 (seis) membros e respectivos suplentes, escolhidos entre pessoas de ilibada reputação e notória competência, com mandato de 6 (seis) anos, sendo:

I - Três membros de livre escolha do Presidente da República;

II - Um membro indicado pelo Ministério da Educação e Cultura;

III - Um membro indicado pelo Governo do Estado de Minas Gerais;

IV - Um membro indicado pela Associação de Ex-Alunos da Universidade;

§ 1º Todos os membros serão designados pelo Presidente da República.

§ 2º Os membros e Suplentes do primeiro Conselho Diretor serão designados: 2 (dois) para período de 6 (seis) anos; 2 (dois) para período de 4 (quatro) anos; e 2 (dois) para período de 2 anos.

§ 3º O Reitor nomeado pelo Presidente da República, presidirá o Conselho Diretor, com voto de qualidade, e representará a Universidade em juízo ou fora dele.

§ 4º Os suplentes substituirão os membros efetivos em caso de impedimento e os sucederão em caso de vacância.

§ 5º O ministro do Estado da Educação e do Desporto é membro nato do Conselho, presidindo as respectivas sessões a que comparecer, com direito a voto de qualidade\*<sup>112</sup>.

§ 6º A função de Conselheiro é considerada de natureza relevante.

§ 7º O Conselheiro perceberá jetão de presença e, se residente fora da sede da universidade, fará jus a transporte e diárias, sendo o jetão e as diárias fixados pelo Ministro de Estado da Educação e Cultura.<sup>113</sup>

E em seu Art.14, fica determinado que os órgãos suplementares seriam vinculados à Reitoria. Nesta mudança, onde antes era Secretaria Geral, passou a ser denominado “Serviço de Registro Escolar”

Art. 14º. Vinculados à Reitoria, haverá os seguintes órgãos suplementares:

I – Centro de Planejamento e Desenvolvimento.

<sup>111</sup> Trecho da entrevista concedida a esta autora em 08-02-2023.

<sup>112</sup> Também conhecido como voto "duplo", o mecanismo estabelece que, em caso de empate em um julgamento, o desempate será feito por um conselheiro que represente a Fazenda Nacional.

<sup>113</sup> BORGES, José Marcondes; SABIONI, Gustavo Soares. **Op. Cit.**, 2010. p. 282.

- II- Serviço de Registro Escolar.
- III – Biblioteca Central.
- IV – Imprensa Universitária.
- V – Centro de Experimentação, Pesquisa e Extensão de Capinópolis.<sup>114</sup>

Em 1969, como consta na Ata n. 2 do CONSU<sup>115</sup>, foi colocado em discussão do anteprojeto do novo estatuto da UFV que ficou pronto em 1970. Consta em seu artigo terceiro, o Serviço de Registro Escolar com as seguintes competências:

Art.31 - Ao serviço de Registro Escolar compete:

- I – Centralizar o serviço de registro da vida escolar dos alunos, compreendendo inscrição, admissão, matrícula, créditos, opções, transferências, promoções, graduações e preparação dos respectivos diplomas dentro das normas estabelecidas, em regimento, pelos Conselhos Técnicos de Graduação e Pós-Graduação;
- II - Coordenar a elaboração e publicação dos horários de aulas e exames;
- III - Elaborar o projeto de calendário escolar, para aprovação da Coordenação de Ensino, Pesquisa e Extensão;
- IV - Proceder ao registro de diplomas e certificados, nos termos da legislação vigente;
- V - Encarregar-se da distribuição de material informativo e da prestação de informações referentes à oportunidade de ensino e aspectos correlatos, oferecidos pela universidade.

Parágrafo único - O Serviço de Registro escolar será dirigido por um Secretário Geral, designado pelo Reitor.<sup>116</sup>

Figura 3 - Registro Escolar em 1978 – Setor de Atendimento



Fonte: ACH – UFV.

<sup>114</sup> **Ibidem** p. 283.

<sup>115</sup> Disponível em: <https://www.soc.ufv.br/wp-content/uploads/ATA-02-1969-de-08.09.69.pdf> . Acesso em: jan. 2023.

<sup>116</sup> BORGES, José Marcondes, SABIONI, Gustavo Soares. **Op. Cit.**, 2010. p. 302.

A Instituição passou a ser regida pelas normas administrativas e acadêmicas federais, o que modificou, e muito, sua forma de gerir-se e conseqüentemente sua forma de documentar-se. Em pesquisa no Arquivo Central e Histórico da UFV (ACH-UFV), foram encontrados alguns relatórios anuais que mostram exigências da gestão da UFV para que cada setor enviasse anualmente um relatório de atividades (Anexo 6). A partir destes relatórios, mais precisamente o de 1977 (Anexo 7), foi possível descobrir como era organicamente a DRE naquela época. No estatuto de 1970, foi alterado alguns pontos da sua estrutura orgânica. O que era chamado de órgãos suplementares passou a ser chamado de Suplementares; O Centro de Planejamento e Orçamento foi retirado e o Serviço de Registro Escolar passou a ser “Registro Escolar” no artigo 4º. Outra mudança importante diz respeito à direção do Registro Escolar. No estatuto redigido pela UFV, art. 31., constava que este seria dirigido por um secretário geral, mas o estatuto aprovado em 1978, art. 29., diz “Parágrafo único - O Registro Escolar será dirigido por um Diretor designado pelo Reitor”<sup>117</sup>. Como podemos ver nas tabelas abaixo, a partir de 1978, a DRE passou a ser gerida por Diretor e não mais por um Secretário.

Tabela 2- Secretários da ESAV e UREMG – 1928-1968

Secretário Geral	Período
Donato Eugênio da Silva	1928 a 1983
José Sant’Anna	1934 a 1951
Pe. Antônio Mendes	1952 a 1953
Hilda Val de Castro	1954 a 1960
Milgar Camargos Loureiro	1961 a 1962
José Mario Braga	1963
Mário de Castro Pinheiro	1964
Tarcísio Gomide	1965 a 1968

Fonte: Elaboração própria a partir de dados fornecidos pela PGP.

Tabela 3 – Diretores e Diretores assistentes da DRE – 1978-2023

Diretores	Diretores Assistentes	Período
Carlos Aberto Ramos		16/03/1978 à 20/06/1979
Adolfo Edigip Reis		20/06/1979 à 31/03/1982
Geraldo Eustáquio Reis		01/04/1982 à 28/07/1982
Miguel Ribon		29/07/1982 à 01/09/1984
Luiz Aurélio Raggi		01/09/1984 à 18/09/1986
José Mansur Nacif	Leopold Josephus Huibers	19/09/1986 à 26/09/1988
Geraldo Galdino de P. Junior	Leopold Josephus Huibers	26/09/1988 à 13/10/1992
Ronaldo Luiz Neves Pinheiro	Leopold Josephus Huibers*	29/11/1993 à 09/10/1996
Vicente de Paula Lelis	Maria das Graças S.V.	10/10/1996 à 01/11/2000
Efraim Lázaro Reis		02/11/2000 à 28/02/2002
Vicente de Paula Lelis	Edson Martinho Ramos	28/02/2022 à 01/02/2010

<sup>117</sup> *Ibidem*, p. 328.

Tarcísio de Assunção Pizziolo	Benício José Almeida Ramalho	01/02/2010 à 14/06/2011
Giovana Figueiredo Rossi	Edson Martinho Ramos	15/06/2011 à 09/02/2015
Edson Martinho Ramos	Gilberto Fialho de Freitas	09/02/2015 à 28/05/2019
Edson Martinho Ramos	Margareth Machado Duarte	30/05/2019 e continua
*saiu em 29/04/1994, substituído por Wathney Hermsdorff até 01/04/1997		

Fonte: Elaboração própria a partir de dados fornecidos pela PGP.

De 1978 a 1996, o Estatuto da UFV não foi alterado. Portanto, a DRE continuou por muitos anos com a mesma estrutura organizacional dos anos 1970. Na década de 1980, vale lembrar que ocorreu a transição gradual da redemocratização do país, com a eleição de um presidente civil em 1985, a promulgação da Constituição Cidadã de 1988 e a aprovação da Lei n. 9394 de 20 de dezembro de 1996, conhecida como Lei de Diretrizes e Bases da Educação, que trouxeram profundas transformações políticas, econômicas e educacionais. Paralelamente a estas mudanças, o país vivia um contexto de grave crise econômica e uma fase de estagnação no crescimento do sistema de educação superior tanto público como privado. Neste momento, depois de toda a repressão sofrida no regime militar, surgiu um novo ator social, “o movimento docente”<sup>118</sup> formado por lideranças acadêmicas marginalizadas anteriormente, que agora lutavam com os estudantes, para participarem da gestão universitária.

Neste ínterim, enquanto ainda fazia parte dos órgãos Suplementares da UFV, mas já no período pós-ditadura, em 1995, foi elaborado um regimento na DRE que não chegou a ser aprovado, provavelmente em virtude das mudanças legais em curso, com a estrutura orgânica da DRE fundada no estatuto de 1978<sup>119</sup>. Este documento foi encontrado nos arquivos administrativos da atual Diretoria de Registro Escolar (Anexo 4) e seria o primeiro regimento, com detalhamento das atribuições de cada setor do órgão, mas não foi à comissão para aprovação. As atribuições descreviam detalhadamente o que deveria ser feito em cada setor da Diretoria. Por conseguinte, do arquivo acadêmico conta as seguintes atribuições:

<sup>118</sup> DURHAM, Eunice Ribeiro. **Op. Cit.**, 2005. p. 218. Disponível em:

<http://www.schwartzman.org.br/simon/desafios/Sumario.html>. Acesso em: dez. 2022.

<sup>119</sup> Cópia do documento em anexo, que foi encontrado entre documentos antigos da DRE.

Figura 4 – Atribuições da Seção de Arquivo - Regimento da DRE de 1994

## 7 - SEÇÃO DE ARQUIVO E DOCUMENTAÇÃO

- a) Coordenar e supervisionar o arquivo de documentos relacionados com a vida escolar de cada estudante;
- b) Manter atualizado o cadastro dos alunos regularmente matriculados;
- c) Providenciar a microfilmagem, após análise, dos documentos mais significativos dos ex-alunos da Instituição;
- d) Controlar e atualizar os cadastros de ex-alunos já microfilmados;
- e) Planejar, controlar e executar a matrícula dos aprovados no Vestibular;
- f) Planejar, controlar e emitir a listagem de alunos matriculados, formados e respectivos endereços.

Fonte: Parte do documento descrito no ANEXO – D.

A federalização transformou a universidade que crescia em número de curso e de alunos. Conforme Marcondes, Sabioni e Potsch, a federalização “inquestionavelmente, foi um passo decisivo em seu crescimento, passando a englobar, além da área de Ciências Agrárias, as áreas das Ciências Biológicas e da Saúde, Exatas e Tecnológicas e Humanas, Letras e Artes”, o que consequentemente acarretou o crescimento de cursos e número de alunos. Até o ano 2000, segundo estes autores, a UFV possuía 34 cursos de graduação, em seus quatro Centros de Ciências, contendo 28 departamentos.<sup>120</sup>

Quadro 2 – Cursos autorizados na UFV nos anos 70, 80, 90, 2000 e 2010

<b>Cursos</b>	<b>Ano de Autorização</b>
Licenciatura em Física	25/06/71
Matemática	25/06/71
Pedagogia	25/06/71
Química	25/06/71
Ciências Biológicas	14/10/71
Química	14/10/71
Zootecnia.	25/11/71
Bacharelado em Física	05/09/74
Bacharelado em Educação Física	24/10/74
Ciência e Tecnologia de Laticínios	24/10/74
Licenciatura Educação Física	24/10/74
Engenharia Agrícola e Ambiental	24/10/74
Engenharia de Alimentos	25/11/74
Administração	25/08/75

<sup>120</sup> BORGES, José M.; SABIONI, Gustavo S.; MAGALHÃES, Gilson F. Potsch. **Op. Cit.**, 2006. p.144-145.

Ciências Econômicas	25/08/75
Ciências Econômicas – Ênfase em Agronegócio	25/08/75
Engenharia de Agrimensura e Cartográfica	25/08/75
Licenciatura em Letras	25/08/75
Engenharia Civil	12/07/76
Medicina Veterinária	12/07/76
Nutrição	12/07/76
Ciências Biológicas/Física/Química/Matemática	14/10/82
Ciência da Computação	10/06/85
Bacharelado em Letras	08/02/90
Secretariado Executivo Trilíngue, Português, Francês, Inglês	08/02/90
Arquitetura e Urbanismo	10/10/91
Direito	10/10/91
Cooperativismo	05/10/95
Agronegócio	27/07/99
Ciências Contábeis	27/07/99
Engenharia Ambiental	27/07/99
Engenharia de Produção	27/07/99
Bioquímica	12/07/00
Comunicação Social	12/07/00
Dança	12/07/00
Engenharia Elétrica	12/07/00
Geografia	12/07/00
História	12/07/00
Educação Infantil	30/10/03
Engenharia Física	14/07/05
Engenharia Mecânica	12/07/06
Engenharia Química	12/07/06
Enfermagem	06/09/07
Medicina	06/09/07
Ciências Sociais	17/06/07

Fonte: Banco de dados da PRE.

A Resolução do CONSU nº14 de 1996 e Portaria Ministerial n. 243 de 27/02/1997 alteraram o estatuto, acrescentando mais órgãos suplementares na Universidade e modificaram outros dispositivos subordinados à administração Superior da Instituição. Não houve mudanças para o Registro Escolar, no entanto um novo estatuto foi aprovado em dezembro de 1998, publicado no diário oficial em 1999. Neste estatuto, já não constava mais o Registro Escolar nos órgãos Suplementares e em nenhum outro artigo do documento, tão pouco suas competências, pois ele passou a ser vinculado à Pró-reitoria de Ensino, conforme

organograma<sup>121</sup> e regimento aprovados em 2000.<sup>122</sup> No entanto, o primeiro regimento da PRE, aprovado pelo CONSU na resolução 17/2000 em 05 de dezembro de 2000, declara no seu n. 4º:

Art. 4º: Compõem a Pró-Reitoria de Ensino, como órgão vinculados:

I. O Colégio Universitário – COLUNI;

II. O Registro Escolar;

III. A Comissão de Seleção e Acesso - COESA;

IV. A Unidade de Apoio Educacional – UAE;

V. A comissão Permanente de Avaliação de Disciplinas – COPAD.

Parágrafo único: **Os órgãos vinculados terão seus regimentos próprios** (grifo nosso), fixando suas constituições, competências e seus funcionamentos.<sup>123</sup>

Portanto, essa resolução de 2000 passou a outorgar à DRE, maior autonomia para delinear e gerir sua constituição, competências e funcionamento. Apenas em 2015, é que houve novo esforço de organizar melhor a DRE, com a solicitação do então Diretor, para que cada setor fizesse detalhadamente a descrição de suas atribuições. Como relatou Cássia Aparecida Iria Rodrigues:

[...] fiz parte deste novo organograma, onde as seções foram separadas, passando essas, chamadas de serviço... Aí que a gente começou a estruturar o Registro, e tentar que comprassem essa ideia. Éramos Ramos, Heloisa Chaves Rios e eu. Meio que a gente começou a criar essa estrutura de serviços dentro da diretoria, então começamos a mudar o organograma do Registro Escolar.<sup>124</sup>

Figura 5 - Registro Escolar em 1985 – Setor de Atendimento



Fonte: ACH-UFV.

<sup>121</sup> Organograma em anexo, tirado do processo 10207/1997, p. 14.

<sup>122</sup> Regimento consta no processo SEI número 916145/2021. p. 16.

<sup>123</sup> **Ibidem**, p. 23.

<sup>124</sup> Trecho da entrevista concedida a esta autora em 17-11-2022.

Portanto, em um contexto mais recente, o setor passou a ter mais autonomia na organização de suas atribuições internas. Passaram-se seis anos e em 2021, foi aberto um processo, que de acordo com a pesquisa feita, se tornou o primeiro regimento interno aprovado da DRE desde sua vinculação à Pró-reitoria de Ensino. Este Regimento foi aprovado pelo CONSU, Resolução n. 14, em 20 de dezembro de 2021, passando o Registro Escolar a ser denominado oficialmente como Diretoria de Registro Escolar, como é chamado atualmente.

Como se nota, a trajetória da Diretoria de Registro Escolar acompanhou a própria história da instituição e os desafios enfrentados ao longo dos anos. Todas essas mudanças refletiram não apenas na produção de documentos, como também na organização do acervo acadêmico institucional. Os problemas que foram surgindo eram mediados pelos servidores e não existia nenhum tipo de orientação ou capacitação, neste sentido, que pudessem dar suporte ao trabalho feito no acervo. No próximo capítulo, abordaremos mais detidamente a respeito do acervo acadêmico da Diretoria de Registro Escolar.

### CAPÍTULO 3

## A CONSTITUIÇÃO HISTÓRICA DO ACERVO ACADÊMICO DA DIRETORIA DE REGISTRO ESCOLAR DA UFV

### **3.1. A formação do acervo acadêmico**

Para além da própria história da trajetória da DRE e das condições de trabalho – suas permanências e continuidades - ao longo do contexto em foco nesta pesquisa, os documentos que compõem o acervo acadêmico do registro escolar – mais especificamente aqueles que abrangem o período de 1969 a 1990, foco desta pesquisa – são de suma importância para o conhecimento da história das universidades num período marcado pela ditadura militar e transição democrática, sendo capazes de retratar perfis e trajetórias dos alunos que aqui ingressaram, descortinando aspectos ainda desconhecidos da história da instituição.

Por meio das fontes ali salvaguardadas, é possível descortinar o conhecimento histórico sobre os grupos que compunham o universo acadêmico no período. Entretanto, há uma dificuldade dos pesquisadores em acessar este acervo, tendo em vista a desorganização das fontes, a inexistência de instrumentos de pesquisa que atendam às necessidades do pesquisador e da presença de espaço físico para consulta ao acervo. Esta realidade se reflete na ausência de pesquisas referentes a determinadas temáticas vinculadas à história da educação, história da UFV e do Brasil de modo geral, que poderiam ter este acervo como fonte primária. Com base na minha experiência como servidora na DRE desde 2009, posso afirmar que existe uma grande demanda regular por acesso aos documentos ali arquivados. Esta demanda apresenta-se desde ex-alunos à procura de documentos que ajudem em processos de aposentadoria ou em busca de contato dos amigos, a famílias que buscam documentos de ex-alunos, após seu falecimento. Além deste público, pesquisadores de vários campos científicos como história, geografia, ciências sociais, administração, educação, dentre outros, buscam informações contidas no acervo a respeito de alunos egressos ou sobre um conjunto documental referente a determinado período e anseiam por acessar a história da instituição a partir deste acervo.

Por outro lado, emerge a necessidade de conhecer melhor a história do acervo, suas permanências e continuidades que contribuíram para o seu estado atual, de modo a refletir sobre a importância da gestão documental e seus desafios atuais. Um dos aspectos que chama atenção na história do acervo acadêmico diz respeito às dificuldades no armazenamento dos documentos

e os constantes desafios encontrados por seus gestores, à medida que se ampliava o volume da massa documental.

Em sua tese de doutorado, o atual arquivista da UFV Eduardo Luiz dos Santos analisou os PDIs (Plano de Desenvolvimento Institucional) e a gestão de documentos de algumas instituições federais públicas da zona da mata mineira, sendo elas a UFMG, UFJF e UFV, CEFET-MG e afirmou que o “PDI passou a ser legalmente prescrito para as Universidades Federais, bem como para todas as instituições consideradas como IES, por meio da alínea “b” do inciso II do Artigo 15, do Decreto n. 5.773, de 9 de maio de 2006, como item avaliativo<sup>125</sup>.” Mesmo assim, em sua busca, descobriu que apesar da prescrição datar de 2006, “sua implementação deu início entre os anos 2010 e 2011. Mas a informação mais inquietante é que, das IES consultadas na zona da mata mineira, apenas o PDI da UFJF trata da gestão de documentos.”<sup>126</sup> Corroborando com esse dado, nas entrevistas com os servidores, em unanimidade, é recorrente a fala de sempre que “nunca tiveram nenhum treinamento para gestão documental”, de modo que tudo que era feito na organização, proteção e preservação do acervo partia de ações isoladas dos próprios servidores.

Grande parte das informações coletadas sobre o percurso do acervo vem das lembranças dos servidores que trabalhavam no local há muitos anos e das histórias que ouviram dos que trabalhavam lá antes deles. Ouvindo as narrativas dos servidores mais antigos, foi possível perceber um contexto de muita falta de informação, de profissional qualificado e investimento no que diz respeito ao armazenamento e organização, principalmente dos documentos mais antigos.

Ao longo destes quase cem anos, o acervo passou por várias intervenções, como podemos ver no quadro a seguir e nas declarações obtidas nas entrevistas:

Quadro 3 – Trajetória das intervenções no acervo da DRE

<b>Intervenções feitas no acervo acadêmico ao longo de sua formação</b>	
<b>Primeira intervenção – década de 1970</b>	Organização dos documentos em pastas suspensas, separando alunos ativos de inativos e o armazenamento de alguns documentos antigos da Secretaria Geral no subsolo do Centro de Vivência.
<b>Segunda intervenção – década de 1980</b>	Microfilmagem dos documentos dos anos 1926 a 1980 (inativos) e armazenamento no ACH, concomitantemente com uma reorganização das pastas com ordem de matrículas atualizadas <sup>127</sup> .
<b>Terceira intervenção – década de 1990</b>	Mudança do arquivo para uma sala mais ampla, ainda em pastas suspensas, no mesmo prédio “Arthur Bernardes”.

<sup>125</sup> SANTOS, Eduardo Luiz dos. **Op. Cit.**, p. 63.

<sup>126</sup> **Idem.** p. 66.

<sup>127</sup> Ação mais detalhada ainda neste capítulo.

<b>Quarta intervenção década de 2000</b>	–	Retornam-na para a DRE os documentos que estavam no ACH, estavam em péssimo estado de conservação. Foi feita uma primeira limpeza e organização em envelopes e caixas plástica organizadoras, em uma sala no subsolo do prédio.
<b>Quinta intervenção década de 2000</b>	–	Digitação dos dados dos documentos que retornaram para a DRE, na base de dados Conac. Base criada pelo setor de TI da UFV.
<b>Sexta intervenção década de 2010</b>	–	Mudança da DRE para um novo prédio. O acervo é reorganizado em uma sala mais ampla, os documentos dos alunos ativos são reorganizados como os documentos inativos, saem das pastas suspensas e vão para envelopes, dentro das caixas organizadoras. Todos os documentos ficam em um mesmo lugar e em ordem crescente de matrícula.
<b>Sétima intervenção desde de 2021 e ainda em andamento</b>	–	Preparação da documentação para a digitalização. <sup>128</sup>

Fontes: elaboração própria, baseada nas informações coletadas nas entrevistas.

Nas palavras de Guimarães, servidor que ingressou na instituição em 1966, o que era feito de organização e gestão dos documentos do arquivo “era feito tudo na prática mesmo”. Por sua vez, Leão, servidora que ingressou na instituição em 1974, disse que:

[...] não existiu treinamento... nunca foi oferecido para nós um treinamento nessa preocupação, nesse sentido, vamos treinar o pessoal aqui, vamos ver o que é melhor aqui. Olhar nas outras universidades, não teve. Só anos mais tarde, eu já não era do Registro Escolar que eu fui na UFMG fazer um treinamento, mas eu já estava em outro setor. Fomos para conhecer os arquivos e ver como eles faziam, mas nos usos dos sistemas... Eu estava no arquivo central nesta época.<sup>129</sup>

Reis ingressou na instituição em 1977 e expõe que os servidores que trabalhavam direto com o arquivo “nunca tiveram formação... foi tudo mesmo pensando em como que seria melhor para funcionar, qual seria o melhor jeito de fazer as coisas funcionarem”<sup>130</sup>. Heloisa começou a trabalhar na UFV em 1989 e foi direto para o DRE. Quando questionada sobre a existência de capacitação dos funcionários do setor de arquivo, disse: “eu acho que não. Eu penso, que eu me recorde, não tinha. Principalmente naquela época, a gente tinha alguns cursos, eram oferecidas algumas capacitações, mas específico para este tipo de serviço, não”<sup>131</sup>.

Ramos, diretor da DRE desde 2015, relatou que quando começou, em 1982, foi alocado já no setor de arquivo e mostrou, na sua entrevista, que todas as ações feitas no acervo até hoje foram iniciativas dos servidores, pois nunca houve uma política de gestão documental partindo da gestão da instituição e os servidores não tinham conhecimento deste assunto. Conforme relato deste diretor, a estrutura era de prateleiras com pastas suspensas e a ordem das pastas era sequenciada por número de matrícula, porém existia a separação entre as seguintes categorias:

<sup>128</sup> Intervenção que será detalhada no quarto capítulo como produto da pesquisa.

<sup>129</sup> Trecho da entrevista concedida a esta autora em 23-11-2022.

<sup>130</sup> Trecho da entrevista concedida a esta autora em 08-02-2023.

<sup>131</sup> Trecho da entrevista concedida a esta autora em 07-02-2023.

alunos ativos, que estavam estudando; inativos que haviam abandonado ou concluído o curso; e os que estavam em afastamento ou trancamento. Também havia a separação entre os que cursavam graduação e aqueles matriculados em cursos de pós-graduação, mas todos alocados no mesmo lugar, em pastas suspensas, com as separações por fileiras e prateleiras. As ações feitas no acervo foram sempre pensadas para melhorar o acesso, de acordo com as necessidades que surgiam na busca de informações. Assim que ingressou, na década de 80, relata Ramos que seu trabalho diário no arquivo era colocar nas pastas dos alunos os documentos gerados no percurso acadêmico e estes documentos eram:

[...] requerimento de matrícula, as alterações de matrícula como cancelamento e acréscimo de disciplinas. Tudo era arquivado na pasta do aluno. Se o aluno trancou o período, o papel era arquivado na pasta e a pasta ia para a fileira dos trancados ou afastados.<sup>132</sup>

Este conjunto documental referente ao andamento acadêmico do estudante fazia muito volume nas pastas e, de acordo com o entrevistado, por esse motivo e por que o acervo tinha pouco espaço, eles eram eliminados: “quando o aluno formava todos estes registros estavam no histórico dele então... era feita a limpeza das pastas, pegava todos os requerimentos e os eliminava. Ficavam apenas os documentos pessoais e o histórico e o diploma”<sup>133</sup>. Paralelamente ao trabalho de arquivar os documentos que eram gerados pelas atividades dos estudantes, os servidores começaram um trabalho de organizar o acervo numa sequência única de matrícula. É descrito por ele que os documentos dos estudantes da época da ESAV e UREMG tinham uma numeração de matrícula diferente da que era usada nos documentos dos estudantes da UFV. Ou seja, aos alunos da ESAV e UREMG, existia um índice com o número da matrícula que era, por exemplo: estudantes de 1926, 1-26,2-26... estudantes de 1927, 1-27, 2-27... e o nome dos alunos. E este índice era usado para encontrar a pasta do aluno no acervo. Já nos documentos dos alunos da UFV, a numeração era completamente diferente, o que impossibilitava o acesso a estes documentos como um conjunto documental único. Segundo Edson, que atualmente é diretor da DRE, os servidores realizaram um longo trabalho de criação de um novo índice com os nomes dos alunos em ordem alfabética. Além deste novo índice, passaram para cartões/fichas em papel, informações como nome, número de matrícula, curso, ano. Estes cartões (Figura 6) foram colocados em ordem alfabética em um arquivo de fichas e gerado um índice (Figura 7). Em seguida, trocaram-se os números das pastas para matrículas novas, de maneira a facilitar a

---

<sup>132</sup> Trecho da entrevista concedida a esta autora em 18-11-2022.

<sup>133</sup> **Ibidem**

busca no arquivo. Na mesma época, os documentos gerados até 1980 estavam sendo microfilmados (Figura 8), o que gerava mais um número de identificação que era colocado no envelope onde os documentos ficavam. Durante este tempo, aconteceu a transição do arquivo inativo para a microficha (Figura 9), e esse processo se desenrolou entre a década de oitenta e noventa.<sup>134</sup>

---

<sup>134</sup> **Ibidem.**

Figura 6 – Cartão/Ficha do Estudante

MOD. A-27

Escola Superior de Agricultura do Estado de Minas Gerais

N. 73

Nome Carlos Pereira Lima, nascido a 29 de Dezembro de 1920

Filho de D.º Silio Pereira Lima.

Natural de Hadalgisa Honima Pereira Lima Estado de D. Federal.

Estado civil solteiro cor branca cabelos pretos olhos verdes.

Curso primário em Colégio Industrial de Minas - D. Federal

Curso secundário em Instituto La Fayette - D. Federal

Curso Superior em Escola Nacional de Educação Física e Esportes da U. de Brasil

Diploma de Professor de Ed. Física

Qual a sua especialidade? Tenente em Ed. Física

Quais outros títulos que possui?

---

E' reservista? Sim E eleitor? Sim

Quais os cargos que já exerceu? \_\_\_\_\_

Quais as matérias que já lecionou? Educação Física  
no Instituto La Fayette

Quais as obras que já publicou? \_\_\_\_\_

Quais as matérias que leciona na ESAV? Ed. Física


E' professor Sim do Dept. de Ed. Física.

(No julgamento de candidato ao corpo docente, deverá ser tida como de primordial importância a sua conduta moral-social. § 6º do art. 123 do Regulamento).


Viçosa, 15 de Abril de 1943

DIRETOR

Silio Pereira Lima  
PROFESSOR

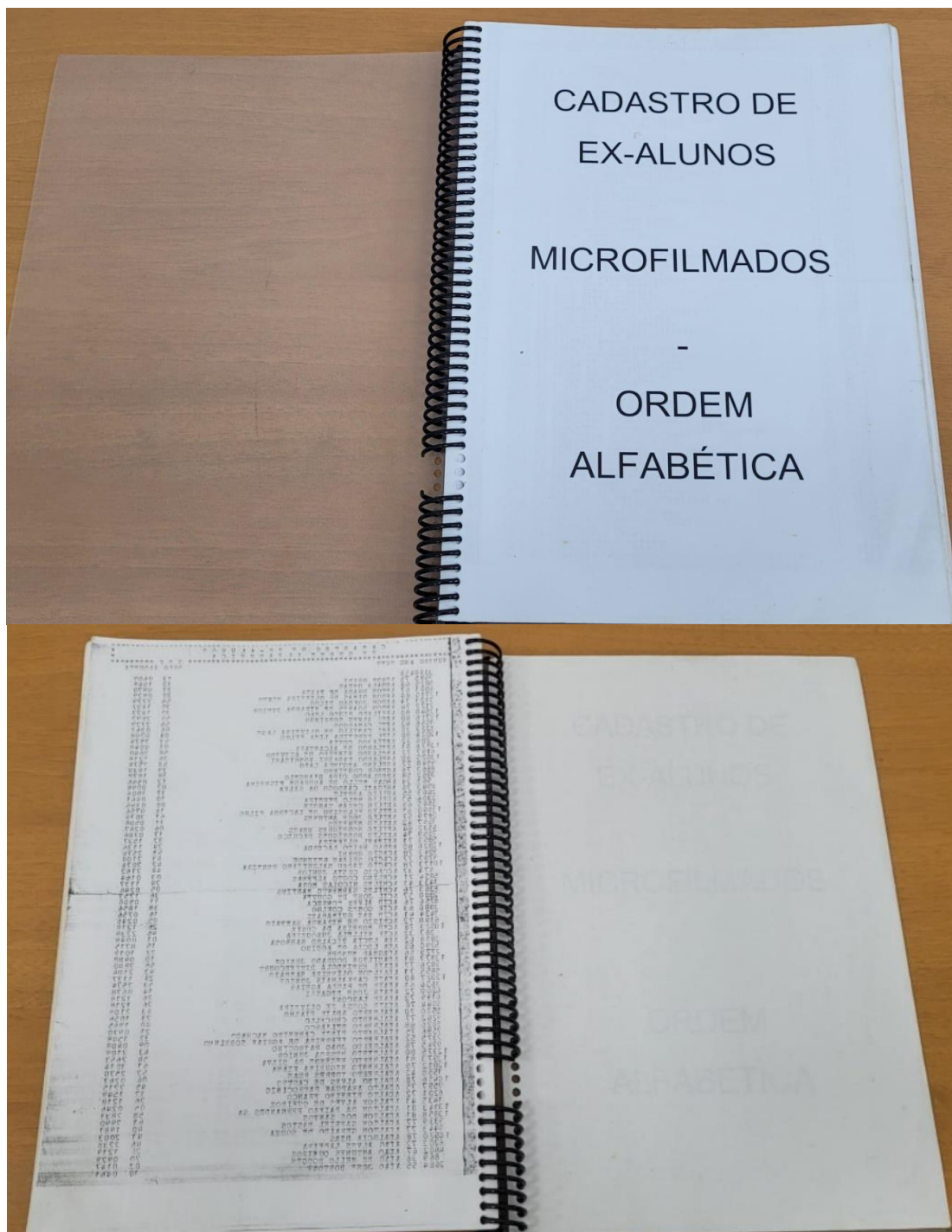


POLEGAR DIREITO



Fonte: De autoria própria, nos arquivos da DRE

Figura 7 – Índice das microfimagens



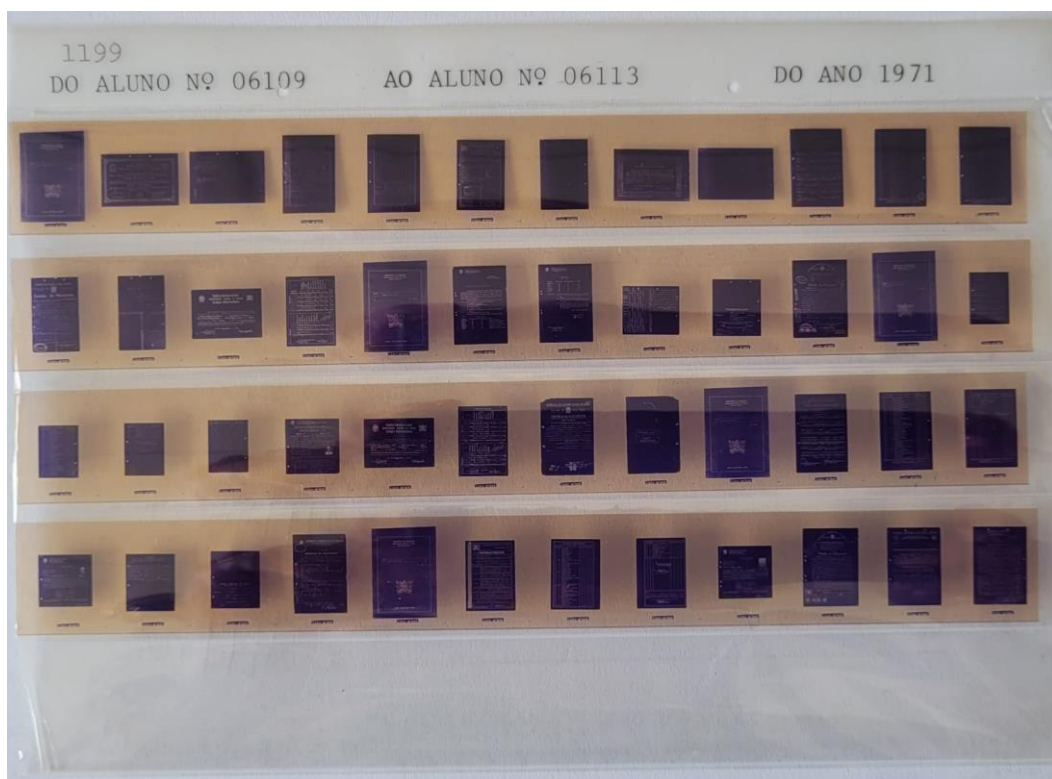
Fonte: De autoria própria, nos arquivos da DRE.

Figura 8 – Leitora de microficha



Fonte: autoria própria, nos arquivos da DRE.

Figura 9 – Microficha do Aluno



Fonte: autoria própria, nos arquivos do DRE.

O servidor responsável por este processo foi o chefe do setor de arquivo na época. Como relatou o ex-diretor do DRE Vicente de Paula Lelis em publicação memorialística oficial da UFV de 2000<sup>135</sup>, os documentos que foram microfilmados eram “documentos dos alunos que ingressaram antes de 1980”. Ele explica que estes documentos foram para “O Arquivo Central e Histórico da UFV, localizado na Vila Giannetti; ficaram cópias destes documentos, em microfilmagens”. Segundo Vicente Lelis, esses documentos foram guardados em envelopes em armários de gaveta.

O uso das microfilmagens dos arquivos públicos foi autorizado pela Lei n. 5.433 de 08 de maio de 1968, que regula a microfilmagem de documentos oficiais e dá outras providências, diz no seu artigo primeiro:

Art. 1º É autorizada, em todo o território nacional, a microfilmagem de documentos particulares e oficiais arquivados, êstes de órgãos federais, estaduais e municipais.  
§ 1º Os microfilmes de que trata esta Lei, assim como as certidões, os traslados e as cópias fotográficas obtidas diretamente dos filmes produzirão os mesmos efeitos legais dos documentos originais em juízo ou fora dêle.

<sup>135</sup> LELIS, Vicente de Paula. **Op. Cit.**, 2006.

§ 2º Os documentos microfilmados poderão, a critério da autoridade competente, ser eliminados por incineração, destruição mecânica ou por outro processo adequado que assegure a sua desintegração.

§ 3º A incineração dos documentos microfilmados ou sua transferência para outro local far-se-á mediante lavratura de termo, por autoridade competente, em livro próprio.

§ 4º Os filmes negativos resultantes de microfilmagem ficarão arquivados na repartição detentora do arquivo, vedada sua saída sob qualquer pretexto.

§ 5º A eliminação ou transferência para outro local dos documentos microfilmados far-se-á mediante lavratura de termo em livro próprio pela autoridade competente.

§ 6º Os originais dos documentos ainda em trânsito, microfilmados não poderão ser eliminados antes de seu arquivamento.

§ 7º Quando houver conveniência, ou por medida de segurança, poderão excepcionalmente ser microfilmados documentos ainda não arquivados, desde que autorizados por autoridade competente.<sup>136</sup>

No § 2 deste artigo, permitia que os documentos públicos fossem microfilmados, e dava autorização para que após a microfilmagem, os documentos pudessem ser eliminados, caso não tivessem valor histórico. A DRE viveu esta experiência nos anos 70 e 80, tendo parte do seu acervo microfilmado. Porém, o Diretor juntamente com os servidores, acharam que os documentos deveriam continuar guardados, mesmo após a microfilmagem. Máximo conta que:

[...] o acervo dos alunos inativos foi “todo microfilmado”, mandaram o servidor que era chefe do setor de arquivo, para São Paulo, para fazer esse curso lá, mexer com microfilmagem. A empresa que microfilmou, mandou o maquinário todinho com o servidor para poder continuar microfilmando. Ele continuou fazendo essa microfilmagem, eu trabalhei com isso durante um bom tempo, com essas microfichas, e foi uma mudança excelente pra gente. Só que ela não vingou muito, por causa da informática, porque ela chegou, e foi a gota d’água. Encostaram a máquina de microfilmagem e encostaram as microfichas<sup>137</sup>

Posteriormente, os documentos retornaram à DRE. Envolvidos neste trabalho estavam: Sergio (setor de Arquivo), Maria Goretti (Setor de Pós-graduação), Luciano (Setor de Atendimento), Edson (setor de Graduação). Segundo o atual diretor, o transporte foi feito “em nosso próprio carro”. A organização e limpeza foi feita com ajuda de vários servidores, colocando os documentos em caixas organizadoras de plástico amarelas e com as matrículas escritas nas caixas. O formato de organização é o mesmo que hoje é feito em todo o arquivo. Mas nenhum do pessoal que trabalhou à época se lembra exatamente quando os documentos voltaram e relatam que foi entre 2004 e 2006. Essas mudanças e uma organização com melhor acesso aos documentos, só foram realmente ajustadas com a entrada da informática.

---

<sup>136</sup> Presidência da República – Casa Civil. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/15433.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/15433.htm) Acesso em: 27 fev. 2023.

<sup>137</sup> Trecho da entrevista concedida a esta autora em 13-01-2023.

### 3.2. O acervo acadêmico em novos tempos e novas tecnologias

O entrevistado Lelis, aposentado atualmente, foi Diretor da DRE por doze anos, em dois momentos distintos: de 1996 a 2000 e de 2002 a 2010. A primeira impressão que teve da DRE foi de que “o espaço físico era muito ruim”. Assim que assumiu como diretor em 1996, Lelis contou que “fez uma mudança geral, inverteu o Registro Escolar” do seguinte modo: o atendimento que era no final do corredor do Edifício Arthur Bernardes, passou a ser no começo - próximo à porta de entrada do prédio - e conseguiu uma reforma que melhorou bastante a estrutura, ganhando maior espaço nos fundos: “Quando conseguiram a sala dos fundos, foi construída uma estrutura de metal de 2 pisos, ganhando assim espaço para organizar os documentos dos alunos que entraram a partir dos anos 80 e os mais novos.” Portanto, o arquivo foi transferido para este espaço novo e foi resolvido o problema de parte dos documentos acadêmicos dos alunos mais antigos que, à época, ficavam no Arquivo Histórico, localizado na vila Giannetti, à uma distância considerável da DRE. Algum tempo depois, a Reitoria cedeu à DRE um espaço do Edifício no andar de baixo do prédio, conhecido como subsolo. Com isso, os documentos que estavam no Arquivo central foram reincorporados à DRE, com a montagem de um arquivo com o acervo produzido até 1980. O arquivo com os documentos mais atuais foi armazenado em pastas suspensas, em ordem de matrícula, nas prateleiras no andar da DRE. Já o arquivo do subsolo foi organizado em envelopes em ordem de matrícula, no interior de caixas plásticas organizadoras. É notável que houve grandes melhorias e avanços a partir de 1996, na gestão desse direto e, em seguida, em sua gestão à frente da Pró-reitoria de Ensino, órgão a qual a DRE estava e continua vinculada. Lelis descreve a situação que encontrou no arquivo logo que começou a trabalhar ali em 1996. Segundo ele, a primeira impressão ao ter contato com o arquivo foi a de que:

[...] era muito bagunçado... tinha caixas amontoadas lá de processos e não tinha espaço... era assim, um espaço extremamente pequeno do arquivo. A organização dos documentos dos alunos era feita em pastas suspensas em ordem de matrícula, mas o problema era que os documentos dos alunos novos já não cabiam e por isso estavam em caixas aguardando espaço para abrir novas pastas.<sup>138</sup>

Conclui-se, de seus relatos, portanto, que uma política de gestão documental inexistia até então: “a gente foi aprendendo, como dizia, foi fazendo e aprendendo, porque a gente não tinha muito realmente a quem recorrer e então a experiência do pessoal que foi fazendo”. Sendo assim, Lelis relatou o quanto era difícil recorrer a algum documento nas microfichas do acervo

---

<sup>138</sup> Trecho da entrevista concedida a esta autora em 06-12-2022.

anterior a 1980: “Lembro que tínhamos microfichas do arquivo mais antigo, precisava de um documento recorria a microficha. Pegar a microficha e ler era um sofrimento para quem tinha que fazer aquela leitura”.

Ainda sobre o acervo, o entrevistado Sergio Ferreira de Souza, admitido na UFV em 1982, que atualmente trabalha direto com o acervo acadêmico e está neste setor há mais de 15 anos apresentou relatos que se aproximam daqueles apontados pelo diretor da época em que ingressou, a respeito da sua primeira impressão e das condições de trabalho no arquivo. Disse:

[...] tinha os alunos ativos e os inativos. O pessoal que estava ativo todo semestre ele tirava. Concluiu? Ele passava para os inativos. O arquivo funcionava desse jeito, bem organizado também. Quando passou lá para dentro (sala maior no final do corredor do prédio Artur Bernardes), já começou criar, só um tipo, as pastas todas numa sequência<sup>139</sup>.

Em suma, os relatos orais de servidores e gestores da DRE revelam que os documentos do arquivo acadêmico foram sendo negligenciados ao longo do tempo, principalmente aqueles que não eram mais usados na estrutura administrativa e acadêmica, como os documentos de alunos que haviam concluído seus cursos e não continuaram na vida acadêmica. Além da dificuldade encontrada na confusão dos guias de consulta ao acervo, alguns servidores que trabalharam com estes documentos e no arquivo tiveram sérios problemas de saúde e acidentes de trabalho neste percurso. A entrevistada Maria Goretti Fontes Pereira, admitida na UFV em 1991, relatou, por exemplo, que teve alergia à sujidade da documentação mais antiga:

Eu tive alergia na pele, por mexer com aquela papelada velha, eu tive que ficar afastada, tive ferida na cabeça e no pescoço, muita coceira na pele, porque era assim, tinha cheiro de xixi de rato mesmo, tinha os papéis tudo colado um no outro e você tinha que mexer.<sup>140</sup>

Nas entrevistas, vários servidores fizeram observações sobre essas questões e contaram que os documentos dos alunos mais antigos, da época da ESAV e UREMG foram levados para um cômodo fechado na casa onde se situa o Arquivo Central e Histórico da UFV para acessar este conjunto documental. Sempre que havia uma solicitação desses documentos, um servidor do arquivo acadêmico tinha que se deslocar da DRE até lá para pegá-lo e que as condições de armazenamento eram muito ruins. Vicente expõe que essa era a situação mais difícil enfrentada em relação ao trabalho no arquivo: quando eram feitas solicitações de documentos do arquivo antigo, que ficava fora do Registro escolar. Ainda sobre as dificuldades enfrentadas, o

---

<sup>139</sup> Trecho da entrevista concedida a esta autora em 27-10-2022.

<sup>140</sup> Trecho da entrevista concedida a esta autora em 09-11-2022.

entrevistado lembrou-se de um evento que ocorreu em uma obra do andar superior do Prédio Arthur Bernardes, onde a DRE funcionava, no início dos anos 2010. Relata que trabalhadores estavam trocando o telhado do prédio e o arquivo dos documentos mais antigos já estavam no porão e ocorreu um temporal:

[...] foi terrível, inundou lá... ainda bem que meu instinto de preservação me chamou e eu comprei muita lona. Quando começou a fazer lá deixamos lona cobrindo os arquivos, o que eu não contava é que o porão ia inundar. (...) Sorte a nossa que a água não chegou até as caixas e chegamos lá a tempo. Estragou computador, impressora..., mas arquivo mesmo a gente conseguiu salvar ... a água veio lá do último andar e veio descendo até o porão.<sup>141</sup>

Ramos, que está à frente da Diretoria desde 2015, discorre que os documentos microfilmados (produzidos até 1980), que foram transferidos para o ACH-UFV foram guardados em envelopes em armários de gaveta, mas em situação bem precária. A respeito do armazenamento da documentação que ficou no ACH-UFV, o entrevistado apontou que: “lá era tão apertado que para abrir as gavetas tinha que arrastar os armários, ficavam todos encostados uns nos outros ... lá era um mau cheiro de papel velho ... sem arejar”<sup>142</sup>

Pereira relata o que viu e experienciou em sua primeira passagem pelo arquivo:

[...] fiquei uma semana no arquivo, e assim, era um monte de pastas, eu assustava, era um monte de pastas todas coladinhas umas nas outras. Vi um monte de papel e era um lugar muito fechado, era um lugar assim muito abafado. Tinha uns ventiladores e até uns aparelhinhos para tirar ácaro que ficava no chão espalhado. Tinha carpete, tudo ajudava para juntar poeira. Pouco depois que entrei fizeram uma mudança e levaram o pessoal para os fundos. (...) Foi uma melhoria boa porque arejou a sala e tudo mais.<sup>143</sup>

A entrevistada se lembra também do período em que parte da documentação foi transferida ao ACH-UFV e descreveu as condições precárias em que a documentação estava, quando retornou de lá:

E vieram as pastas que estavam no arquivo morto, que ficavam no Arquivo Central; estas pastas que nós tivemos problemas com elas porque elas pegaram chuva, o cômodo que elas ficaram estava cheio de ratos. Estragou muita coisa, mofou, nossa, foi muito complicado de mexer com isso porque o cheiro era absurdo. Quando o Vicente [diretor] decidiu que iria pegar isso tudo e trazer de volta, eu fui ajudar no trabalho com Serginho.<sup>144</sup>

<sup>141</sup> Trecho da entrevista concedida a esta autora em 06-12-2022.

<sup>142</sup> Trecho da entrevista concedida a esta autora em 18-11-2022.

<sup>143</sup> Trecho da entrevista concedida a esta autora em 09-11-2022.

<sup>144</sup> **Ibidem.**

Além disso, a entrevistada relata que alguns papéis de alunos se perderam no ACH, porém, antes de irem para o ACH, foram feitas microfichas:

[...] muita coisa a gente conseguiu na microficha, entendeu assim. Papel até que manchava, ficava assim meio amarelado, mas dava para ver. Mas a gente deu muita sorte porque estava na microficha. (...) Agora a máquina estragou e não conseguimos mais ver. Mas a maioria, a gente recuperou.<sup>145</sup>

Para Souza, a situação mais difícil de acesso ao acervo que encontrou refere-se ao acesso aos documentos no Arquivo Central e Histórico, quando enuncia:

[...] se tornava mais difícil é que você tinha que sair daqui para ir lá no acervo, a sala era minúscula, cheia de armários e você tinha que arredar... se você fosse sozinho, você demorava muito tempo. Você arredava aqueles armários todos, se o armário fosse o lá do canto, você tinha que arredar os de cá todos. Ficavam um impressado no outro. Lugar sujo, apertado, tudo fechado porque não abria a janela...não tinha ventilação nenhuma. A ordem dos envelopes era por ordem de microficha. Tinha a matrícula, mas para acharmos era pelo número de microficha. Você conferia o nome e trazia a pasta.<sup>146</sup>

O entrevistado tem uma lembrança traumática do seu começo de trabalho no arquivo. E descreve um acidente:

[...] quando eu fui mesmo para o arquivo o João [responsável pelo arquivo] estava dando problema, tinha três rumas de papel, quando eu queimei as vistas no acidente de trabalho, tinha três rumas de papel desta altura [levantou a mão sobre a mesa indicando a altura de mais ou menos 50cm] para arquivar e eu sozinho... e eu arqueei aquele trem tudo. Eu peguei aquele trem e arqueei aquela quantidade de papel tudo. Quando eu acabei..., tinha dois vidros de ácido dentro destes armários de ferro, eu chamei Edson. Na hora que eu chamei Edson e abri a porta para mostrar que tinha acabado tudo, os dois vidros caíram e estourou e espirrou ácido. Aquilo ficou igual torresmo, a pele, a boca, caiu no olho, fiquei cego de uma vista, não enxergava, ficava amarelinhozinho, não enxergava nada.<sup>147</sup>

Souza relata também a sua opinião a respeito da mudança e sobre como o acervo se encontra atualmente:

[...] essa mudança do arquivo das pastas para as caixas, foi muito bom, porque as pastas, infelizmente, as pastas eram muita poeira, hoje se vocês fossem fazer o serviço que vocês iam fazer ali, com as pastas, a gente ia sofrer muito mais porque, como o arquivo era aberto e segundo piso, tudo que venta vai para as pastas, hoje está tudo nas caixas, está bem mais fácil.<sup>148</sup>

---

<sup>145</sup> Trecho da entrevista concedida a esta autora em 09-11-2022

<sup>146</sup> Trecho da entrevista concedida a esta autora em 27-10-2022

<sup>147</sup> **Ibidem.**

<sup>148</sup> **Ibidem.**

Os documentos antigos da ESAV e UREMG ficaram um tempo no Arquivo Central e Histórico, como vimos nas entrevistas anteriores, mas Souza era quem normalmente buscava documentos quando solicitado e conta as experiências:

Quando precisavam de um documento, Sr. Sergio estou precisando desta pasta aqui... não ia de uma vez, só alguma coisa com urgência, esperava mais e a gente tinha a chave de lá, tinha uma sala lá que era cheia daqueles armários de aço, e ficavam dentro de envelopes e os envelopes com o nome... Depois resolveram trazer de volta.<sup>149</sup>

Um outro período que os documentos também saíram do registro e foi armazenado em um galpão, foi antes da mudança do DRE para o novo prédio, entre 2017 e 2018. Os documentos inativos e ativos começaram a ser colocados em caixas e levados para um galpão próximo ao prédio novo, enquanto terminava a obra. O entrevistado diz deste período que:

[...] o galpão foi quando estavam resolvendo o negócio do prédio... trouxemos para arrumar tudo, estávamos encaixotando, era Gilberto. Estávamos encaixotando todos...a ideia é que fossem só os inativos, mas depois Gilberto disse: “vamos criar só um, vamos fazer uma sequência só, não tem nada de inativo não”. Fomos fazendo do um até o final. Colocamos na parte de cima (do galpão), aquelas caixas todas. Estávamos desativando as pastas e já colocando nas caixas amarelas. fomos intercalando os inativos com os ativos fazendo uma ordem de sequência.<sup>150</sup>

Mesmo após muitas mudanças na estrutura organizacional da UFV ao longo do tempo, a Diretoria de Registro Escolar funcionou no mesmo local até o ano de 2018. Neste ano, ela foi transferida para um novo prédio com estrutura mais adequada para absorver as necessidades de funcionamento administrativo e de armazenamento dos documentos acadêmicos de quase cem anos de trajetória da instituição. Atualmente, o prédio da Diretoria de Registro Escolar (figura 10) tem uma estrutura que foi adequadamente reformada para as necessidades atuais de atendimento mais amplo e espaços mais funcionais. As salas possuem ar condicionado e venezianas nas janelas, para que o ambiente seja agradável ao trabalho. Banheiros feminino e masculino e banheiros adaptados às necessidades especiais. As Cozinhas são bem estruturadas com geladeira, microondas, bancadas com bancos, mesa e cadeiras.

---

<sup>149</sup> Trecho da entrevista concedida a esta autora em 27-10-2022.

<sup>150</sup> **Ibidem.**

Figura 10 - Atual prédio da Diretoria do Registro Escolar, inaugurado em 2018



Fonte: De autoria própria.

A estrutura do prédio compreende três andares, divididos nos seguintes setores:

1º Andar -Térreo:

Sala de recepção e atendimento ao Público

Sala de Expediente

Sala da Diretoria

Sala da Divisão de Apoio Administrativo

Sala de Digitalização

Sala do Arquivo Acadêmico

Cozinha

Banheiros

2º Andar:

Sala do Serviço de Pós-graduação

Sala do Serviço de Graduação

Sala do Arquivo e Digitalização (Administrativo)

Sala do arquivo da Pós-graduação e Atividades Administrativas

Sala de Reunião

Sala do Arquivo do Serviço de Diplomas e Certificados

Sala do Serviço de Diplomas e Certificados

Sala da Diretoria assistente

Cozinha

Banheiros

3º Andar Depósito

A seção de atendimento (Figura 11) ganhou um espaço mais amplo, com móveis novos, estrutura de segurança com acrílico onde são feitos os atendimentos. Foram providenciados equipamentos que atendem à necessidade da seção, como computadores, impressoras e *scanners*. Atualmente, há oito servidores no atendimento que trabalham em regime de seis horas corridas.

Figura 11 - Diretoria de Registro Escolar em 2021 – Setor de Atendimento



Fonte: autoria própria.

A sala do Arquivo conta hoje (Figura 12) com aproximadamente 177 m<sup>2</sup> e um conjunto de 80 estantes com 8 prateleiras cada. Os documentos são armazenados em envelopes com os nomes e matrículas dos alunos, guardados em caixas organizadoras amarelas, identificadas com o número das matrículas dos alunos (Figura 13). O acervo da DRE vem acumulando documentos de mais de 100.000 alunos. São 511 metros lineares de documentos.

Figura 12 - Arquivo atual da DRE-UFV



Fonte: autoria própria.

Figura 13 – Pasta de arquivo e envelope com documentos do aluno



Fonte: autoria própria.

A partir do regimento de 2021, a seção de arquivo e documentação passou a ser nomeada como seção de arquivo e digitalização, vinculada à Divisão de Apoio Acadêmico<sup>151</sup> e suas atribuições atuais são:

§ 1º À Seção de Arquivo e Digitalização compete:

- I - coordenar e supervisionar a guarda de documentos dos estudantes em pastas específicas;
- II - manter organizado o cadastro de ex-estudantes;
- III - manter organizados os arquivos de documentos acadêmicos dos ex-alunos;
- IV - organizar arquivos, fichários, pastas e armários da Seção;
- V - controlar a entrada e saída, da Seção, de processos e pastas dos estudantes;
- VI - atender aos diversos setores do RES e da UFV em suas solicitações de processos e documentos acadêmicos arquivados;
- VII - expedir cópias de programas analíticos das disciplinas da graduação e da pós-graduação;
- VIII - prestar informação sobre os documentos arquivados;
- IX - participar da matrícula e da confirmação de matrícula dos calouros da graduação;
- e X - executar outras atividades determinadas pela Diretoria.<sup>152</sup>

<sup>151</sup> Atual organograma da DRE, em anexo.

<sup>152</sup> Regimento da DRE aprovado pelo processo SEI 916145/2021.

Atualmente, a DRE está situada em um prédio novo, com instalações mais amplas e adequadas à guarda de um acervo. Todos os documentos estão armazenados em um só lugar, com condições bem melhores do que as encontradas nos últimos noventa anos. Diante do que vimos neste capítulo, podemos concluir que todas as intervenções que o arquivo sofreu ao longo dos anos foram definidas pelos servidores do próprio DRE, de acordo com as necessidades que surgiram no decorrer deste tempo, sem obedecer a critérios específicos e previamente definidos. Portanto, as ações aconteciam sem um planejamento descrito ou uma gestão de documentos, não obstante todo o trabalho foi bastante expressivo no que se refere à preocupação com a preservação e acesso. Atualmente, surgem novas necessidades e exigências. Como veremos, é necessário que o trabalho continue para que o arquivo cumpra, da melhor maneira possível, o seu papel de valiosa fonte de memória, história, informação e pesquisa, pois há muitos desafios a serem enfrentados, como o da gestão documental ainda incipiente, bem como as recentes ações referentes à construção e manutenção de um arquivo digital, tema a ser mais detidamente tratado no próximo capítulo.

## CAPÍTULO 4

### A GESTÃO DOCUMENTAL E O CAMINHO PARA A DIGITALIZAÇÃO DO ARQUIVO ACADÊMICO DA UFV

#### 4.1. Patrimônio documental, gestão de documentos e universidades federais no Brasil

No Brasil, certa preocupação com a preservação de acervos documentais se iniciou durante o Império e restritamente relacionado à afirmação do país enquanto nação independente. Isto se deu em 1838, com a fundação do Arquivo Público do Império. Celia Costa expõe que:

Criado como um dos instrumentos viabilizadores do projeto político nacional, o Arquivo brasileiro visava, ao mesmo tempo, fortalecer as estruturas do Estado recém-fundado e consolidar a própria ideia do regime monárquico em um continente totalmente republicano. Para alcançar tais objetivos seria necessário recolher, não só a documentação produzida pela administração pública, a fim de realizar sua função instrumental em relação ao novo Estado, como também os documentos referentes ao passado colonial que se encontravam dispersos nas províncias e deveriam subsidiar a escrita da história da nação, a exemplo dos arquivos europeus.<sup>153</sup>

Segundo Natália Brayner, a ideia de patrimônio cultural, histórico e artístico começou a ser pensada com o Movimento Modernista do início dos anos 1920, que reuniu um grupo de intelectuais e artistas “que passou a buscar e a valorizar as diferentes raízes da cultura brasileira.”<sup>154</sup>. Pertencia a este grupo, o poeta Mário de Andrade, autor do anteprojeto que criou o Serviço do Patrimônio Histórico Artístico Nacional (SPHAN):

O Serviço do Patrimônio histórico e Artístico Nacional – SPHAN, criado pela Lei nº 378, de 1937, tornou-se Diretoria em 1946 (DPHAN); em 1970, assume a denominação de Instituto (IPHAN) e, em 1979, de Secretaria (novamente SPHAN). Em 1981, passa a Subsecretária, mantendo a sigla SPHAN. Finalmente em 1994, readquire a designação de Instituto e recebe a nomenclatura de IPHAN.<sup>155</sup>

<sup>153</sup> COSTA, Celia. O Arquivo Público do Império: o legado absolutista na construção da nacionalidade. **Estudos históricos**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 26, p. 217-231, 2000. Disponível em: <http://www.uel.br/pessoal/jneto/gradua/arquivologia/reccida/arquivopublicodoimperio.pdf>. Acesso em: fev. 2021.

<sup>154</sup> BRAYNER, Natália. **Op. Cit.**, 2012. p. 10.

<sup>155</sup> FLORENCIO, Sônia Regina Rampim et al. (Org.). **Educação patrimonial: história, conceitos e processos**. Brasília: IPHAN, 2014. p. 5-6. Disponível em: [http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/EduPat\\_EducacaoPatrimonial\\_m.pdf](http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/EduPat_EducacaoPatrimonial_m.pdf). Acesso em: fev. 2021.

Sônia Rampim Florêncio caracterizou o período de 1937 a 1967 como uma “fase heroica” (grifo do autor) que vai de 1937 a 1967, momento em que Rodrigo Melo Franco de Andrade era presidente do SPHAN. Suas iniciativas “se concentraram na criação de museus e no incentivo de exposições, no tombamento de coleções e acervos artísticos e documentais, de exemplares da arquitetura religiosa, civil e militar”. Como forma de sensibilizar o público, incentivou “publicações técnicas” e veiculação nos jornais com o objetivo de valorizar os acervos.

Nos anos 70, foi criado o Centro Nacional de Referência Cultural, com a iniciativa de Aloísio Magalhães, que veio a ser nomeado diretor do IPHAN em 1979. O CNRC começa suas atividades em 1975, com a proposta que, como sugere Sônia Florêncio<sup>156</sup>:

[...] se orientava para a atualização da discussão sobre os sentidos da preservação e convergia para a ampliação da concepção de patrimônio para abranger questões como a necessidade de promover modelos de desenvolvimento econômico autônomos, a valorização da diversidade regional e os riscos da homogeneidade e perda da identidade cultural da nação.

Até então, não se encontrava na legislação a colocação do documento como patrimônio, mas já se pensava na importância de acervos documentais para a preservação da memória e história do país. Aurélio Bastos e Rosalina Araújo evidenciaram que:

Tradicionalmente, as constituições brasileiras tratavam a questão documental como simples referência de organização do estado. Modernamente, todavia, a questão a arquivística tem sido tratada nos documentos legislativos não apenas como organização institucional para viabilizar o acesso do cidadão aos instrumentos de garantia dos seus direitos, mas também como forma de administração e gestão, para viabilizar a implementação das decisões políticas.<sup>157</sup>

É possível observar esta colocação no inciso III do art. 10 da Constituição Federal de 1934, que trata da proteção patrimonial, mas não é citado nada sobre documentos:

Art. 10 - Compete concorrentemente à União e aos Estados:  
 I - velar na guarda da Constituição e das leis;  
 II - cuidar da saúde e assistência públicas;  
**III - proteger as belezas naturais e os monumentos de valor histórico ou artístico, podendo impedir a evasão de obras de arte;** (grifo nosso)  
 IV - promover a colonização;  
 V - fiscalizar a aplicação das leis sociais;  
 VI - difundir a instrução pública em todos os seus graus;

<sup>156</sup> **Ibidem**, p. 7.

<sup>157</sup> BASTOS, Aurelio Wander. Chaves., ARAUJO, Rosalina Correa de. A legislação e a política de arquivos no Brasil. **Acervo**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 2, p. 19-33, jul./dez., 1989. p. 20.

VII - criar outros impostos, além dos que lhes são atribuídos privativamente.<sup>158</sup>

Mais adiante, Enderson Medeiros expôs que, em 1937, “com a ideia de uma escrita de história para o país”, foi promulgado o “Decreto-lei número 25, de 30 de novembro de 1937, que organiza a proteção do patrimônio histórico, mesmo não citando a palavra arquivo, engloba e coloca em evidência, a ligação de Bens que sejam relevantes para a história do Brasil”. Em 1938, foi criado o IHGB (Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro) com o intuito de dar “os primeiros passos para se identificar e dar importância aos documentos que seriam fontes para escrever a história da nação”<sup>159</sup>.

Algumas décadas depois, após o fim da ditadura, em 1988, é promulgada a Constituição do Brasil, que detalha a definição do documento como patrimônio:

Art. 216. Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem:

I - as formas de expressão;

II - os modos de criar, fazer e viver;

III - as criações científicas, artísticas e tecnológicas;

IV - as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais;

V - os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico.<sup>160</sup>

A partir da definição constitucional de documento como patrimônio cultural é que começou a se delinear novas políticas governamentais de proteção a acervos. Esta concepção ganhou força com a Lei n. 8.159 de janeiro de 1991, mais conhecida como *Lei de Arquivos*. Para Eduardo Luiz dos Santos, “A Lei de Arquivos trata da política nacional de arquivos públicos e privados e estabelece como obrigação do Poder Público a gestão documental e o compromisso de promover a proteção especial a documentos de arquivos”.<sup>161</sup> José Maria Jardim considerou que a construção deste patrimônio se dá quando “o Estado se organiza mediante a criação de um patrimônio comum e uma identidade própria.”<sup>162</sup>

O *Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística* do Arquivo Nacional define documento como a “unidade de registro de informações, qualquer que seja o suporte ou

<sup>158</sup> BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Presidência da República, 1988. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao34.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao34.htm). Acesso em: fev. 2021.

<sup>159</sup> MEDEIROS, Enderson. A patrimonialização e o arquivo enquanto patrimônio: um olhar antropológico.

**Biblos**: Revista do instituto de ciências humanas e da informação. v. 25, n. 1, jan./jun., pp. 35-45, 2011.

Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/download/56741>. Acesso em: fev. 2021.

<sup>160</sup> BRASIL. **Op. Cit.**, 1988.

<sup>161</sup> SANTOS, Eduardo Luiz dos. **Op. Cit.**, 2017. p. 14.

<sup>162</sup> JARDIM, José Maria. **Op. Cit.**, p. 3.

formato” e arquivo como o “conjunto de documentos produzidos e acumulados por uma entidade coletiva, pública ou privada, pessoa ou família, no desempenho de suas atividades, independentemente da natureza do suporte”<sup>163</sup>. Maria Otília Lage diz:

O conceito de Patrimônio documental liga-se intrinsecamente ao conceito de documento no seu duplo sentido – de recurso, logo funcional, e de significado, logo cultural – sendo, no entanto, mais complexo que os conceitos já de si complexos de Documento (unidade de formação), Informação (dados do conhecimento registrado).<sup>164</sup>

Em 1992, a UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura deu um passo importante rumo à valorização do patrimônio documental e o que ele representa, estabelecendo o Programa Memória do Mundo (MOW), com a afirmativa de que “O patrimônio documental mundial pertence a todos, e deve ser completamente preservado e protegido por todos”.<sup>165</sup> No Brasil, temos uma diversidade de cultura, origens e história riquíssima. Todavia, muitos acervos se perderam ao longo do tempo e o que restou de registros da época da colonização, por exemplo, é muito fragmentado. Segundo Aurélio Bastos e Rosalina Araújo, isto se deu devido à ausência de consciência arquivística:

[...] os resultados práticos foram profundamente danosos à formação do nosso patrimônio documental, e permitiram, não apenas a deterioração de significativa massa documental organizadas em organismos públicos eclesiásticos, mas, principalmente, viabilizaram os atos referentes a eliminação.<sup>166</sup>

O documento arquivístico é definido pelo Arquivo Nacional Brasileiro como um “conjunto de arquivos de valor permanente, público ou privado, existentes no âmbito de uma nação, de um estado ou município,”<sup>167</sup> considerando suas mais variadas tipologias: cartas pessoais e governamentais, diários, relatos de viagens, livros literários, processos de justiça, jornais etc. Dirlene Barros e Dulce Amélia definem “como um bem cultural patrimonial, emanado do saber e da memória da humanidade” e completam que “figura, desse modo, como um fenômeno de produtividade de informação, o qual, por sua vez, opera em tensão constante

<sup>163</sup> ARQUIVO Nacional (Brasil). Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005. Disponível em [http://www.arquivonacional.gov.br/images/pdf/Dicion\\_Term\\_Arquiv.pdf](http://www.arquivonacional.gov.br/images/pdf/Dicion_Term_Arquiv.pdf). Acesso em: nov. 2021.

<sup>164</sup> LAGE, Maria Otília Pereira. **Op. Cit.**, 2002. p.15.

<sup>165</sup> Dados extraídos do site da Biblioteca Nacional: <https://www.bn.gov.br/explore/memoria-mundo>.

<sup>166</sup> BASTOS, Aurelio Wander. Chaves., ARAUJO, Rosalina Correa. **Op. Cit.**, 1989. p. 22.

<sup>167</sup> ARQUIVO Nacional (Brasil). **Op. Cit.**, 2005. p. 130.

com o novo, o diferente.”<sup>168</sup> Para Flávia Rossato, “o documento arquivístico é o documento produzido por uma pessoa física ou jurídica no cumprimento de suas atividades, em qualquer suporte, contendo forma física e conteúdo estável” e estabelece a especificidade do documento arquivístico, por suas “quatro características essenciais que o diferem dos demais tipos de documento... São elas: autenticidade, naturalidade, unicidade e organicidade”.<sup>169</sup> Estas características conferem confiabilidade e sentido às suas informações.

Apesar de serem em tempos diferentes, os arquivos e a arquivologia no mundo surgem com similaridades nos “porquês”. Com a intenção de proteger os bens documentais e sem conhecimento prévio dos problemas que enfrentariam, surgem os depósitos de documentos. A intenção era boa, mas não resolveu o problema da proteção dos bens e acesso à informação contida nos mesmos, posto que, o acúmulo desordenado de documentos não permitia a conservação correta e muito menos o acesso aos seus conteúdos. Podemos dizer, portanto, que a arquivística surge da necessidade de refletir sobre os critérios de preservação documental para organizar dado acervo e facilitar a busca de informações contidas nestes suportes. Para entendermos o caminho percorrido até o conhecimento sobre arquivística e a formação de profissionais desta área, precisamos conhecer o percurso da educação superior no país.

#### 4.2 - Arquivos, arquivística e os suportes para a guarda de informações

No Brasil, a partir do final do século XIX e início do século XX, nota-se a preocupação com a preservação do Patrimônio Histórico e Cultural. Começa quando é fundado no Brasil o Arquivo Público do Império, em 1838, época em que o país estava se afirmando como uma nação independente. Celia Costa expõe que a função de criar o arquivo era o fortalecimento das estruturas do estado reforçando o regime monárquico. com este objetivo era necessário recolher os documentos produzidos pela administração pública e os referentes ao passado colonial como fonte para a escrita da história da nação.<sup>170</sup>

---

<sup>168</sup> BARROS, Dirlene Santos, AMÉLIA, Dulce. Arquivo e memória: uma relação indissociável.

**Transformação**, Campinas, v. 21, n. 1, 55-61, jan./abr., 2009. p. 60. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/tinf/v21n1/04.pdf> Acesso em: fev. 2021.

<sup>169</sup>ROSSATO, Flávia Helena Conrado; FLORES, Daniel. O documento arquivístico: reflexões acerca do patrimônio cultural. **ScientiaTEC: revista de educação, ciência e tecnologia do IFRS**, Porto Alegre, v. 2, n. 3, jun.-dez., 2015. p. 40. Disponível em: <https://periodicos.ifrs.edu.br/index.php/ScientiaTec/article/view/1443>. Acesso em: Fev. 2022.

<sup>170</sup> COSTA, Celia. **Op. Cit.**, 2000, p. 217-231.

Com a criação dos arquivos públicos, surge a demanda por uma política de organização dos acervos, quando começa a se falar de arquivologia e arquivística. A trajetória da arquivologia (como ciência que estuda os métodos) e arquivística (como os métodos), no Brasil, tem uma forte influência da França e dos Estados Unidos e começa quando o Arquivo Público do Império criado em 1838 que passa a ser o Arquivo Nacional pelo Decreto n. 10 de 21 de novembro de 1889<sup>171</sup>. Surge, portanto, como vimos em outros países, a necessidade de funcionários com conhecimentos específicos para os trabalhos com os acervos contidos nos arquivos.

Apesar destas mudanças ocorrerem em tempos e espaços diferentes, os arquivos e a arquivologia no mundo, surgem com similaridades nos “porquês”. Com a urgência em proteger os bens documentais e sem conhecimento prévio dos problemas que enfrentariam, os depósitos de documentos surgiram. Se a intencionalidade era boa, não resolveu o problema que era a proteção dos bens e acesso à informação que neles continham, posto que o acúmulo desordenado dos documentos não permitia a conservação correta e muito menos o acesso aos conteúdos constantes nos documentos. Podemos dizer, portanto, que os arquivos surgiram da necessidade de um armazenamento adequado para uso e conservação dos documentos que queriam preservar, e a arquivística, da necessidade de acessibilidade na busca de informações contidas nestes suportes.

Os contrastes vieram da forma como tudo foi feito desde o início, se pensado como objeto de direito, constituição social e identitária ou com objetivos autoritários e de controle. Considerando, outrossim, as peculiaridades de cada país quanto às influências advindas de suas fundações e colonizações, bem assim suas formações culturais e étnicas.

A inexistência de uma consciência quanto à importância da proteção de documentos para a formação social, cultural e identitária da nação ocasionou muitas perdas impossíveis de mensurar. O Brasil tem uma diversidade de cultura, origens e história que foi perdida, o que restou de registros da época da nossa colonização é muito fragmentado. Aurélio Bastos expõe que, por conta da “ausência de consciência arquivística” (...) os “resultados práticos foram profundamente danosos à formação do nosso patrimônio documental, e permitiram, não apenas a deterioração de significativa massa documental organizadas em organismos públicos eclesiásticos, mas, principalmente, viabilizaram os atos referentes a eliminação”<sup>172</sup>.

---

<sup>171</sup> Arquivo Nacional. Disponível em: <https://www.gov.br/arquivonacional/pt-br/acesso-a-informacao/institucional>. Acesso em: fev. 2021.

<sup>172</sup> BASTOS, Aurelio Wander. Chaves., ARAUJO, Rosalina Correa. **Op. Cit.**, 1989. p. 22.

Portanto, o início da arquivologia no Brasil se dá com a mesma intencionalidade que no resto do mundo, a de organizar uma massa documental acumulada, com uma organicidade que permita a busca de informações e um plano de adequação para a conservação. A criação do Arquivo Público do Império em 1838 surgiu com a intenção dos governantes da época de “levar o país ao progresso e à civilização” e “seu objetivo principal era guardar e preservar a documentação legislativa, administrativa e histórica do Estado brasileiro”<sup>173</sup>. Em 1911, o nome da instituição é alterado para Arquivo Público Nacional.

O surgimento da demanda por mão de obra especializada para o trabalho com o arquivo, portanto, impulsiona a busca pela criação de cursos que supram esta exiguidade. Angélica, Georgete e Christiane apresentam alguns cursos concebidos entre os anos de 1911 a 1930, Curso de Diplomática, Cursos Técnicos de Arquivo e em 1930 a inclusão do curso de Arquivologia na universidade do Rio de Janeiro. E mostram que o caminho da profissão de arquivista caminha lentamente entre 1930 até 1944, quando chega ao AN “um historiador Norte Americano” e acontecem as “primeiras participações de brasileiros em cargos e comitês de instituições internacionais” e destaca o “Consell International des Archives (ICA)”.

As autoras destacam o fundamento das influências francesas e americanas na arquivologia brasileira, quando diz que “na década de 1950 a cooperação internacional se intensifica, com a vinda de professores e pesquisadores estrangeiros (norte americanos e franceses)” (...) conjuntamente o “AN passa por mudanças em sua infraestrutura, nos moldes norte-americanos e inglês, e insiste na necessidade de oferta de cursos de formação de pessoal especializado”<sup>174</sup>. Em 1960 é criado o Curso permanente de Arquivos (CPA), no AN com a cooperação do professor francês Henry Boullier de Branche.

O Brasil continua seu caminho na Arquivologia quando o CPA passa a funcionar com mandato universitário, na hoje Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO), tornando-se Curso Superior em Arquivologia em 1972. Em 1977, a Universidade Federal de Santa Maria, no Rio Grande do Sul, propõe também, a criação do curso de arquivologia em nível superior e, um ano depois, a profissão de arquivista é regulamentada na Lei n. 6.546 de 04 de julho de 1978 e do Decreto 82.590 de 06 de novembro de 1978.<sup>175</sup>

Nos anos 80, apesar de uma movimentação mais morosa que nos anos 70, é apontado por Angélica, Georgete e Christiane a criação do “Curso de Organização de Arquivos do

---

<sup>173</sup> COSTA, Celia. **Op. Cit.**, 2000, p. 6.

<sup>174</sup> MARQUES, Angélica Alves da Cunha.; RODRIGUES, Georgete Medleg.; NOUGARET, Christine. **Op. Cit.**, 2018. p. 28.

<sup>175</sup> Ver mais em: <https://www.ufsm.br/cursos/graduacao/santa-maria/arquivologia/historico-do-curso/> e <http://www.unirio.br/arquivologia/historico-do-curso-de-arquivologia-na-unirio>.

Instituto de Estudos Brasileiros (IEB), na Universidade de São Paulo (USP), congregando profissionais com diversas formações em torno da especialização em Arquivologia.”<sup>176</sup>

Na década de 90, houve um grande avanço na legislação com a Lei de Arquivos, Lei 8.159, de 08 de janeiro de 1991, dando indicações sobre a política nacional de arquivos públicos e privados. No seu artigo 26, foi criado o Conselho Nacional de arquivos (CONARQ) e o Sistema nacional de Arquivos (SINAR):

Art. 26 – Fica criado o Conselho Nacional de Arquivos (CONARQ), órgão vinculado ao Arquivo Nacional, que definirá a política nacional de arquivos, como órgão central de um Sistema Nacional de Arquivos (SINAR).

§ 1º - O Conselho Nacional de Arquivos será presidido pelo Diretor-Geral do Arquivo Nacional e integrado por representantes de instituições arquivísticas e acadêmicas, públicas e privadas.

§ 2º - A estrutura e funcionamento do conselho criado neste artigo serão estabelecidos em regulamento.<sup>177</sup>

Buscando a realidade na contemporaneidade, nossas instituições de ensino estão abarrotadas de documentos, em silêncio, nas caixas, estantes e gavetas. Não temos ideia da história que está, arbitrariamente, esquecida neste estado de deslembração. A este respeito, José Maria externa que:

Na América Latina e, especificamente, no Brasil, a precariedade organizacional dos arquivos públicos e o uso social incipiente da informação governamental expressam a trajetória de suas administrações públicas, bem como suas condições políticas, econômicas e sociais... Sob os projetos emergentes de nação, estas instituições foram consideradas arquivos históricos e, portanto, repositório de uma memória forjadora da identidade nacional. Isto implicou o desenvolvimento de arquivos públicos e serviços arquivísticos “periferizados” na administração pública, incapaz de fornecer informações suficientes para a pesquisa científica e tecnológica e à sociedade como um todo.<sup>178</sup>

Apesar dos desafios, a importância dos arquivos como fontes de pesquisas histórico--culturais vem ganhando corpo. Os arquivos públicos brasileiros vêm recebendo um novo olhar e começam a demandar mais atenção e cuidado. Mesmo com o conhecimento científico e empreendimento para um sistema arquivístico eficiente, temos pontos vulneráveis. Num mundo onde tudo se torna obsoleto rapidamente, temos fragilidades na arquivística, em contrapartida, temos instituições que não têm nenhum plano ou ação de gestão documental, nem mesmo o

<sup>176</sup> *Ibidem*, p. 31.

<sup>177</sup> BRASIL, Lei n. 8.159, de 8 de janeiro de 1991. Dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados e dá outras providências. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/18159.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18159.htm). Acesso em: fev. 2021.

<sup>178</sup> JARDIM, José Maria. *Op. Cit.*, 1995, p. 7.

básico da arquivística tradicional. Se pensarmos então na necessidade mais atual, que é a política arquivística de preservação digital, a perspectiva é alarmante. Em um levantamento de dados para identificar políticas arquivísticas sobre preservação digital, foram analisadas 55 instituições brasileiras e o estudo revelou que 91% delas não possui uma política arquivística de preservação digital e nenhuma dispõe de um plano para esta preservação<sup>179</sup>.

No que se refere à UFV, nota-se que há muito a ser feito e algumas mudanças começam lentamente a acontecer. Na DRE, mesmo não tendo uma política arquivista ou plano de preservação digital, observa-se que entre diretores e servidores, sempre houve uma preocupação no sentido de organizar, preservar e facilitar o acesso por meio de novas tecnologias. Para o entrevistado Vicente de Paula Lelis, ex-diretor da DRE, as necessidades surgiam e eles buscavam a melhor forma de resolver. Quando questionado sobre a entrada da tecnologia na DRE e o futuro do arquivo, externou:

A tecnologia, a princípio dependia muito do CPD (Central de Processamento de Dados), tudo era centralizado no CPD, tinha um computador central e todas as informações estavam ali... inclusive para a gente rodar matrícula na época era uma dificuldade muito grande. O Edson virava noites e uma matrícula hoje roda talvez em uma hora. O registro começa a pensar como melhorar o trabalho, nesse percurso do registro de começar a colocar o funcionamento das coisas que estavam no papel para o computador, começa o Sapiens. Os servidores envolvidos com o novo sistema eram Benício, Margareth e Lícia. Edson, Gilberto, Heloisa e eu conversávamos muito, então trocávamos muitas ideias e o Benício, coitado ele sofria com a gente, era uma demanda enorme, toda hora a gente tinha uma ideia diferente... ele dava uma risadinha, não comentava muito e daí a pouco ele estava com uma solução pra gente. Quanto ao futuro do arquivo, acredito que a tendência é ficar tudo realmente digital, mas existe um risco, então o que já é de papel, mesmo depois de digitalizado deve ficar. Vai chegar um tempo em que vamos poder acessar as informações de qualquer lugar e não teremos que carregar mais nada...é uma tendência para o futuro, mas descartar o que já está aí, a gente não está preparado pra isso.<sup>180</sup>

O diretor atual Edson Martinho Ramos expõe sobre as mudanças tecnológicas na DRE e o futuro do arquivo e alerta para o risco envolvido na destruição dos documentos físicos. Conta que quando os computadores chegaram na DRE em 1995,<sup>181</sup> e então começou o processo de migração dos dados:

Como as notas da pós já estavam no *mainframe* (Processador de dados que chegou à UFV em 1981. figura 14) nós começamos a emular os dados dele para o microcomputador e criamos um histórico no microcomputador. Com o passar dos

<sup>179</sup> SILVA, William; FLORES, Daniel. Política Arquivística de preservação digital: um estudo sobre sua aplicabilidade em instituições públicas federais, **Perspectivas em ciências da informação**, v. 23, n. 3, p. 144-166, jul./set., 2018. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/1981-5344/3187>. Acesso em: Fev. 2021.

<sup>180</sup> Trecho da entrevista concedida a esta autora em 06-12-2022.

<sup>181</sup> Os novos computadores foram entregues à UFV em 28/04/1995. Jornal da UFV nº1.292. Arquivo Central e Histórico – UFV.

anos nós pegamos todos os dados da pós e passamos para o *mainframe* também e fizemos isso (...) aí começamos o uso da tecnologia no Registro, antes era tudo papel, escrito ou datilografado. Depois do computador, nós digitávamos tudo no microcomputador e mandávamos para a DTI, não iam papéis mais. Uma época, vieram da DTI [Diretoria de Tecnologia de Informação] alguns servidores para trabalhar com a matrícula, o Leopoldo veio como diretor assistente e mais quatro funcionários. Vieram provisório para ajudar na matrícula e alguns acabaram ficando até aposentar. Mas o sistema, que ... acadêmico que temos hoje começou a ser criado porque o *mainframe* já não tinha contrato mais, e a manutenção era complicada. Quando armava chuva, eles tiravam o *mainframe* da tomada por que era difícil manutenção. Nesta época tentou-se contratar um sistema acadêmico, aí ficou uma equipe desenvolvendo uns dois anos (...) Conversando com Margareth, Licia, na gestão do Vilela, e o Benício, que estava fazendo mestrado em Florianópolis, resolveram abortar o sistema comprado e desenvolver alguma coisa aqui em cima da base do Sapiens que o Benício já tinha começado pra o mestrado dele. Começaram, então, a criar o Conac (software utilizado na UFV) que é usado até hoje. Os servidores conheciam um ex-funcionário da IBM [International Business Machines Corporation] e descobriram que ele comercializava um sistema no Brasil chamado Solstar, e descobriram o *Mainframe* para microcomputador. Benício fez os ajustes necessários de migrar o que existia no outro sistema para este novo e se processa a matrícula com uma hora hoje...que era feito em cinco dias anteriormente. Quando o Benício volta do mestrado, é colocado para funcionar o Sapiens, que também é usado até hoje. Atualmente, é usado o Conac, Sapiens e o Conac Web em andamento para substituir o Conac antigo por causa da linguagem que foi desenvolvida, em Delf e já está ultrapassada, já o Conac web é em web, linguagem mais atual.<sup>182</sup>

O Conac, o Sapiens e o ConacWeb são *softwares* que foram elaborados pelos servidores da DTI-UFV na década de 90. O Conac – Controle Acadêmico, é a base de dados de praticamente todos os programas utilizados na UFV, principalmente os dados pessoais dos alunos e dados acadêmicos. O ConacWeb vem substituindo gradativamente o Conac, pois este está se tornando obsoleto, devido a linguagem em que foi criado. Por sua vez, o Sapiens – Sistema de Apoio ao Ensino da UFV - é uma ferramenta muito importante que auxilia no acompanhamento da vida acadêmica do aluno na UFV. Este *software* possibilita o acesso ao seu histórico, às disciplinas matriculadas, notas e análise curricular, dentre muitas outras informações. O documento de disciplinas matriculadas, por exemplo, que o aluno recebe no ato da matrícula, é gerado no Sapiens. Além disso, atualmente o aluno pode imprimir vários documentos direto deste sistema, inclusive o diploma digital. Este sistema também é utilizado por professores e servidores que trabalham diretamente com a parte acadêmica na UFV. Por isso, ao ser questionado sobre as mudanças tecnológicas no setor, Edson defende que o que foi feito até os dias atuais era pensado por servidores e diretores de acordo com as necessidades que viam no setor, e declarou:

Tudo era o próprio servidor que estava aqui com o diretor, que buscou apoio, mas as ideias saíram daqui, não teve nada que viesse de uma gestão superior ou de um

<sup>182</sup> Trecho da entrevista concedida a esta autora em 18-11-2022.

arquivista. Por exemplo, a gente está agora com a legislação do acervo digital, aqui dentro nós conversamos sobre isso antes de sair a legislação sobre o acervo digital (...) a microfilmagem também não foi legislação foi ideia nossa. (...) Para o futuro do acervo, uma vantagem que eu vejo, que é uma segunda etapa pra nós desse acervo digital, é nós digitarmos estes documentos e disponibilizarmos para o estudante. Porque hoje o que vem de estudante pedir cópia de documento no registro. Estará disponível pra ele, só imprimir.<sup>183</sup>

Figura 14 – Mainframe: Processador de dados que chegou à UFV em 1981



Fonte: ACH – UFV.

<sup>183</sup> Trecho da entrevista concedida a esta autora em 18-11-2022.

Diante dessa problemática, algumas instituições, preocupadas em salvaguardar seus acervos, vêm desenvolvendo e auxiliando inúmeras pesquisas que procuram abarcar o universo do patrimônio documental físico e digital em acervos públicos. A este respeito, há um trabalho bastante relevante para toda a Zona da Mata Mineira, desenvolvido por Mileny Aparecida Lacerda Prates. Embora não trabalhe com um acervo universitário, a sua abordagem de estudo sobre o Arquivo Permanente do Fórum da Comarca de Viçosa é significativo para nós, pois objetivou facilitar a busca e acesso às informações contidas no acervo através da higienização, identificação e classificação dos documentos e a criação de um instrumento de pesquisa através do ICA-Atom<sup>184</sup>.

Outro trabalho que nos instiga a pensar os acervos universitários foi desenvolvido por Flavia Helena Conrado. A autora faz um estudo de caso que aborda o patrimônio documental arquivístico da Universidade Federal do Rio do Sul. O objetivo da pesquisadora foi propor uma sistemática de arranjo para o acervo da UFRGS, na plataforma digital ICA-Atom, para descrição e difusão dos instrumentos de pesquisa<sup>185</sup>. Outra abordagem interessante dentro deste contexto foi elaborada por Nercilene Santos da Silva Monteiro, vice-diretora de Gestão e Desenvolvimento Institucional da Fundação Osvaldo Cruz. Seu estudo analisa o processo de disponibilização integral do acervo da Fiocruz, os obstáculos encontrados, as soluções empregadas e a importância do acesso a informações para o presente e para o futuro<sup>186</sup>.

No contexto da UFV, há o pioneiro estudo desenvolvido por Eduardo Luiz dos Santos, apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Gestão de Documentos e Arquivos da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO), em 2017. Eduardo Santos é arquivista na UFV responsável pelo ACH desde 2011 e deu uma grande contribuição à reflexão sobre a gestão de acervos da universidade, ao elaborar um diagnóstico de situação arquivística da UFV. É apresentado por ele que:

O Plano de Desenvolvimento Institucional da UFV enquanto instrumento gerencial, a UFV está incluída entre aquelas Instituições de Ensino Superior citadas anteriormente, nas quais não foi encontrada nenhuma menção aos termos “gestão de documentos”, “arquivos” ou termos similares.<sup>187</sup>

<sup>184</sup> PRATES, Mileny Aparecida Lacerda. **Patrimônio documental, memória e cidadania**: o acervo permanente da comarca de Viçosa e o direito à informação. Dissertação (Mestrado em Patrimônio Cultural, Paisagens e Cidadania) – Universidade Federal de Viçosa. Viçosa, MG, 2016. Disponível em: <http://www.locus.ufv.br/handle/123456789/10015>. Acesso em: nov. 2019.

<sup>185</sup> ROSSATO, Flávia Helena Conrado. **Op. Cit.**, 2014. p. 40.

<sup>186</sup> MONTEIRO, Nercilene S. da S. **Democratizar a informação para o desenvolvimento do conhecimento**: História, Ciências, Saúde. Manguinhos, Rio de Janeiro, v.26, n.1, jan.-mar., 2019, p. 299-318. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/s0104-59702019000100017>. Acesso em: jan. 2021.

<sup>187</sup>SANTOS, Eduardo Luiz dos. **Op. Cit.**, 2017. p. 78.

Logo, o arquivista verificou que, no documento máximo do planejamento institucional, não há qualquer referência ao tema. Falando um pouco mais sobre suas análises, diz:

Nesse caminho, constatou-se, por meio de análise de estatutos e regimentos internos da UFV, que, em seu quadro de apoio administrativo, os serviços de arquivo não são institucionalizados; e que, em cada órgão da administração superior há um setor denominado “seção de expediente”, que, entre as suas atribuições de apoio ao órgão ao qual está ligada, constam as tarefas relacionadas à elaboração de ofícios e memorandos, a produção de “outros documentos” de interesse da unidade e, especificamente, as obrigações de “coordenar os trabalhos de protocolo e distribuição de processos, correspondências e demais documentos, bem como coordenar as atividades de arquivamento de documentos da unidade” (UFV/SEGEPLAN, 1996). Observou-se que, com exceção do ACH-UFV, todas as seções de arquivo, unidades que podem ser entendidas como um “serviço de arquivo”, estão ligadas a uma Pró-reitoria e uma delas está ligada ao gabinete da Reitoria, como é o caso da Seção de Arquivos e Protocolo do Serviço de Comunicação (SECOM).<sup>188</sup>

Portanto, o processo de produção e armazenamento de documentos desta universidade é descentralizado, não havendo até então, qualquer ação tendente a unificar e gerenciar melhor a gestão dos documentos gerados pela UFV. No relato final do seu trabalho, Santos coloca que a respeito do processo de eliminação de documentos, foi preocupante o que descobriu:

A perda dos programas analíticos que ficavam arquivados na Seção de Arquivos do Registro Escolar só foi declarada 15 dias após a aplicação do questionário, pois no dia da visita os servidores não recordaram do episódio, uma vez que havia ocorrido há bastante tempo. Foi solicitado ao ACH-UFV acesso aos programas analíticos mais antigos, quando se verificou que esses itens não faziam parte daquele acervo, razão por que foram pedidos à Seção de Arquivos do Registro Escolar, ocasião em que um servidor falou da perda por conta da inundação. Tal fato ocorreu por falta de estrutura adequada, o que comprometeu a conservação dos documentos que registravam as transformações dos cursos de graduação por mais de cinco décadas. Aconteceram também eliminações de documentos, nesta questão surgiram as respostas mais preocupantes, pois alguns servidores relataram o modo de realização como se fosse natural, pois suas respostas foram “era normal fazer triagem no setor por falta de espaço”. Verificou-se que nos sete setores em que já ocorreu esse tipo de eliminação não foram considerados os critérios estabelecidos na Resolução n. 40, de 9 de dezembro de 2014, do CONARQ.<sup>189</sup>

Eduardo Santos também apontou a ausência de aplicação de conhecimentos da arquivologia na eliminação de documentos. O pesquisador termina seu diagnóstico pontuando o que considera o maior problema da UFV:

Constatou-se que o maior problema, porém, é a inexistência de um órgão que coordene e acompanhe as atividades de gestão de documentos e que venha operacionalizar as atividades de uma CPAD- Comissão Permanente de Avaliação de

---

<sup>188</sup> *Ibidem*, p. 80.

<sup>189</sup> *Ibidem*, p. 104-105.

Documentos. A ausência de profissionais de arquivo qualificados, sobretudo de arquivistas, também denota grande preocupação para a solução desses problemas.<sup>190</sup>

Bem recentemente, surgiram alguns trabalhos feitos na UFV tendo como objeto de estudo os arquivos públicos e sua gestão documental. Incentivados pelo programa de mestrado do Departamento de História da UFV, muitos servidores tomaram a iniciativa de conhecer, analisar e intervir de forma a melhorar as condições de vários arquivos da instituição. Com os trabalhos já concluídos, podemos citar Heloisa Chaves Rios, com sua pesquisa realizada na PGP-UFV. Partindo do arquivo da PGP, ela desenvolveu uma ferramenta de acompanhamento dos egressos da pós-graduação da Universidade Federal de Viçosa, como forma de possibilitar o acompanhamento e análise da trajetória profissional deles ao longo dos anos. Seu trabalho foi concluído em 2022<sup>191</sup>.

Por sua vez, a servidora da DRE Patrícia da Silva Fonseca abordou uma análise de documentos e observações *in loco* dos documentos presentes no acervo documental do SRDC (Serviço de Registro de Diplomas e Certificados), setor da DRE, e também a visita de outros sete acervos da UFV, a fim de verificar os fatores de riscos ou de degradação, assim como as condições construtivas destes locais. Também foram pesquisadas algumas questões legais relacionadas à gestão documental, às Leis de Arquivos e de Acesso à Informação. Como resultado, a autora constatou que a instituição não fez uma gestão documental por falta de uma estrutura física adequada para a conservação dos documentos textuais e por não dispor de pessoal com o conhecimento necessário. Assim, a instituição não investiu em capacitação para que a organização e manutenção do acervo fossem feitas.

Mariza Silva Santos Dias - também servidora da DRE - fez um trabalho sobre o impacto da Portaria n. 315 de 2018, que trata da transição dos acervos físicos para o digital e estipula como e quando fazer. O trabalho traz relevantes considerações a respeito da importância da memória preservada através dos acervos e as dificuldades encontradas na adequação a esta e outras portarias que foram aprovadas nos anos seguintes<sup>192</sup>. Outra servidora da DRE, Djenane Ferreira Pena, está finalizando seu trabalho em que mostra a natureza dos documentos do acervo, principalmente a parte mais antiga, até os anos 1969, as informações contidas no acervo e as ações para que a preservação aconteça, permitindo o seu acesso público. Em todos os

---

<sup>190</sup> **Ibidem**, p. 127.

<sup>191</sup> RIOS, Heloisa Chaves. **História, memória e patrimônio científico: práticas de acompanhamento de egressos dos programas de pós-graduação da Universidade Federal de Viçosa - UFV (2013-2020)**. Dissertação (Mestrado em Patrimônio Cultural, Paisagens e Cidadania) - Universidade Federal de Viçosa. Viçosa, MG, 2022.

<sup>192</sup> DIAS, Mariza Silva Santos. **O impacto da Portaria 315 de abril de 2018 no arquivo do registro escolar da Universidade Federal de Viçosa**. Dissertação (Mestrado em Patrimônio Cultural, Paisagens e Cidadania) - Universidade Federal de Viçosa. Viçosa, MG, 2022.

trabalhos explanados, há um ponto em comum que diz respeito à defesa da importância da gestão documental com a organização, preservação e acesso a um bem patrimonial documental. A motivação, bastante clara, é resguardar a história, subsidiar lembranças, criar e dar suporte às identidades e adequar os acervos públicos às leis de acesso à informação.

Estamos agora vivendo a inovadora realidade da “digitalização” e, com ela, emerge a necessidade de pensar a importância da gestão de documentos, levando em conta essa especificidade atual. Este caminho sem volta vai ao encontro com as realidades encontradas nos nossos arquivos, que está a passos lentos rumo a uma melhor organização para facilitação de acesso. Mais recentemente, foram criadas leis sobre direito a acessibilidade e exigências de conversão digital dos acervos acadêmicos das instituições de educação superior, como as Portarias n. 315, n. 332 e n. 360, com exigências de digitalização dos arquivos acadêmicos, os prazos para que sejam realizados e a proibição de produção de documentos acadêmicos físicos, detalhadas no texto mais adiante. A aplicabilidade dessa nova legislação se revela como um grande desafio diante da realidade do nosso país e das nossas instituições de ensino.

A Lei de Acesso à Informação (LAI, 12.527/2011) tem como escopo “Todas as informações produzidas ou sob guarda do poder público são públicas e, portanto, acessíveis a todos os cidadãos, ressalvadas as informações pessoais e as hipóteses de sigilo legalmente estabelecidas”<sup>193</sup> e abrange os órgãos federais, estaduais, distritais e municipais. A Portaria do MEC n. 315<sup>194</sup> dispõe sobre procedimentos de supervisão e monitoramento de instituições de educação superior integrantes do sistema federal de ensino. Os artigos do n. 45 ao n. 48 desta lei abordam as exigências legais para a conversão digital do acervo acadêmico, bem como o tempo para a conversão, controle e gerenciamento destes documentos. Essa portaria foi alterada recentemente pela Portaria n. 332, de 13 de março de 2020, quanto ao prazo então estipulado, que de 2020, passa a ser até 2022. Por sua vez, recentemente, a Portaria n. 360 de 18 de maio de 2022 dispôs sobre a conversão do acervo acadêmico para o meio digital, determinando prazos limites para a produção de documentos físicos e para digitalização do acervo e dando outras informações pertinentes, como descrito a seguir:

---

<sup>193</sup> BRASIL. Lei n. 12.527 de 18 de novembro de 2011. Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei nº Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei nº 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991; e dá outras providências. Presidência da República. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2011/lei/112527.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/112527.htm). Acesso em: nov. 2020.

<sup>194</sup> BRASIL. Portaria 315 de 4 de abril de 2018. Dispõe sobre os procedimentos de supervisão e monitoramento de instituições de educação superior. Diário Oficial Da União, Ministério da Educação. Disponível em: <https://abmes.org.br/arquivos/legislacoes/Port-MEC-315-2018-04-04.pdf>. Acesso em: nov. 2020.

Art. 1º Esta Portaria dispõe sobre a conversão do acervo acadêmico das instituições de educação superior - IES, pertencentes ao sistema federal de ensino, para o meio digital.

**Art. 2º Fica vedada a produção de novos documentos integrantes do acervo acadêmico em suporte físico a partir de 1º de agosto de 2022.**

§ 1º Para os fins desta Portaria, considera-se acervo acadêmico o conjunto de documentos produzidos e recebidos por instituições públicas ou privadas que ofertam educação superior, pertencentes ao sistema federal de ensino, referentes à vida acadêmica dos estudantes e necessários para comprovar seus estudos, nos termos do art. 37 da Portaria MEC nº 315, de 4 de abril de 2018.

**§ 2º As IES deverão produzir os documentos integrantes do acervo acadêmico inteiramente no meio digital a partir da data de que trata o caput.**

**§ 3º Os documentos em suporte físico recebidos pelas IES a partir de 1º de agosto de 2022, para fins de matrícula e demais atividades ligadas à vida acadêmica dos alunos, deverão ser convertidos para o meio digital.**

Art. 3º A digitalização dos documentos pertencentes à subclasse 125.4 Documentação acadêmica, presente no Código de Classificação de Documentos de Arquivo relativos às Atividades-Fim das Instituições Federais de Ensino Superior - Ifes, aprovado pela Portaria AN/MJ nº 92, de 23 de setembro de 2011, terá preferência sobre a digitalização dos demais documentos.

Art. 4º Os procedimentos gerais para conversão e preservação dos documentos serão regulamentados em ato específico.

Art. 5º A digitalização do acervo acadêmico físico deverá ser concluída nos seguintes prazos, contados da data de publicação da norma prevista no art. 4º desta Portaria:

**I - doze meses, para o conjunto de documentos referentes à vida acadêmica dos estudantes matriculados em cursos superiores ofertados pelas IES;**

**II - vinte e quatro meses, para o conjunto de documentos referentes à vida acadêmica dos estudantes formados no período compreendido entre 1º de janeiro de 2016 e a data de publicação desta Portaria; e**

**III - trinta e seis meses, para o conjunto de documentos referentes à vida acadêmica dos estudantes formados no período compreendido entre 1º de janeiro de 2001 e 31 de dezembro de 2015.**

Art. 6º Os documentos não contemplados pelos prazos definidos no art. 5º deverão ser digitalizados por demanda da parte interessada.

Art. 7º A Portaria MEC nº 315, de 2018, passa a vigorar com a seguinte alteração:

"Art. 45. Nos termos do art. 104 do Decreto nº 9.235, de 2017, os documentos e informações que compõem o acervo acadêmico, independente da fase em que se encontrem ou de sua destinação final, conforme Código e Tabela aprovados pela Portaria AN/MJ nº 92, de 2011, deverão ser convertidos para o meio digital em prazo a ser estabelecido por ato do Ministro de Estado da Educação, de modo que a conversão e preservação dos documentos obedeçam aos seguintes critérios"(NR). (grifos nossos)<sup>195</sup>

Essa alteração de prazos, por si só, já é reveladora das inúmeras dificuldades que as instituições têm encontrado para se adequar às exigências legais. A adequação à Portaria n. 360 traz muitos desafios para as instituições num período curto de tempo, considerando que muitas instituições não conseguiram adaptar-se às legislações anteriores referentes à gestão de documentos físicos.

Com este desafio presente, estamos caminhando com alguns trabalhos de pesquisadores brasileiros, que podem ser norteadores para pensarmos as modificações que serão necessárias,

<sup>195</sup> BRASIL. Portaria do Mec n. 360 de 18 de maio de 2022 que dispõe sobre a conversão do acervo acadêmico para o meio digital. Disponível em: <https://abmes.org.br/arquivos/legislacoes/Portaria-mec-360-2022-05-18.pdf>. Acesso em: fev. 2023.

os desafios que nos esperam e as fragilidades dos instrumentos a que temos acesso. Diante destas realidades, podemos citar o trabalho de Ana Celeste<sup>196</sup>, mostrando os desafios da arquivística contemporânea com o advento da gestão de documentos eletrônicos e como isto afeta as instituições que requerem dos agentes públicos um conhecimento do “fazer arquivístico” que os mesmos não possuem, uma vez que não foram capacitados para a função. O trabalho de Claudia Rocha e Margareth Silva<sup>197</sup> coaduna com as reflexões de Ana Celeste, mostrando as dificuldades da gestão dos documentos eletrônicos, porém dizendo de outra fragilidade que são os padrões e normas para que a criação e manutenção dos documentos digitais tenham garantia de autenticidade e, ao mesmo tempo, fácil acessibilidade.

Sobre o diagnóstico, que é um instrumento importantíssimo e precede a gestão documental, temos vários pesquisadores com trabalhos recentes. Podemos citar Eduardo Luiz dos Santos e Ana Celeste Indolfo<sup>198</sup>, que apresentaram seu trabalho na ANCIB 2017, mostrando modelos de diagnóstico, a sua importância na gestão documental e defendendo a troca de experiências entre profissionais que trabalham diretamente com a gestão documental. Há também os importantes trabalhos de Tânia Mara e Sonali Bedim<sup>199</sup>, Leolíbia Linden e Marisa Brascher<sup>200</sup>. Todos estes pesquisadores buscaram conhecimento como forma de assegurar melhores formas de proteger o Patrimônio documental e facilitar o acesso à sociedade, que nada mais é do que cumprir com um direito que existe há muito tempo somente no papel.

---

<sup>196</sup> INDOLFO, Ana Celeste. Gestão de Documentos: uma renovação epistemológica no universo da arquivologia. **Arquivística.net**. Rio de Janeiro, v. 3, n. 2, p. 28-60, jul./dez., 2007. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/v/50444>. Acesso em: fev. 2021.

<sup>197</sup> ROCHA, Claudia Lacombe. SILVA, Margareth. Padrões para garantir a preservação e o acesso aos documentos digitais. **Acervo**, Rio de Janeiro, v. 20, n. 1-2, p. 113-124, jan./dez., 2007. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/v/44361>. Acesso em: fev. 2021

<sup>198</sup> SANTOS, Eduardo Luiz, INDOLFO, Ana Celeste. O Papel do “Diagnóstico” como instrumento de metodologia arquivística, **Anais do XVIII Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação**, Marília, São Paulo, p. 1-18, 2017. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/download/124948>. Acesso em: fev. 2021.

<sup>199</sup> OLIVEIRA, Tânia Mara. Marques., BEDIN, Sonali Paula. Molin. Diagnóstico de Arquivo Como Instrumento de Avaliação na Gestão Documental. **Ágora**, Florianópolis, v. 28, n. 56, p. 115-135, jan./jun., 2017. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/download/48199#:~:text=O%20diagn%C3%B3stico%20%C3%A9%20um%20instrumento,e%20a%20sua%20necessidade%20real>. Acesso em: fev. 2021.

<sup>200</sup> LINDEN, Leolíbia Luana, BRÄSCHER, Marisa. Diagnóstico arquivístico: uma proposição metodológica a partir de instrumentos normativos de descrição arquivística. **Informação e Informação**, Londrina, v. 24, n. 3, p. 335-364, set./dez., 2019. Disponível em: <https://agora.emnuvens.com.br/ra/article/view/674>. Acesso em: fev. 2021.

Na análise de instrumentos de pesquisa e repositórios digitais, Daniel Flores e Dhion Hedlund<sup>201</sup> e Henrique Machado dos Santos<sup>202</sup> analisam a aplicação dos *Softwares* livres Archivemática e ICA-AtoM e do padrão ISO-OAIS, suas especificidades e funcionamento, como um direcionamento, considerando a origem documental e as preferências de descrição do acervo. Na UFV, de modo mais direto na DRE, temos o trabalho da Mariza Dias, citado anteriormente. Ela é servidora da Diretoria de Registro Escolar e fez uma pesquisa bastante minuciosa dos impactos das portarias atuais sobre os serviços prestados neste órgão e as adaptações a estas novas legislações. Ela expõe sobre algumas dificuldades:

Uma das exigências para a digitalização é que as instituições não digitalizem tudo. É necessário antes uma gestão de todos os documentos do arquivo. A gestão de documentos não é uma novidade, muitas instituições ainda não a fazem em seus acervos, dificultando o acesso e impedindo que estes sejam percebidos pelas universidades como apoio à administração. As mudanças periódicas de gestores, o desconhecimento sobre os instrumentos de gestão, o número reduzido de arquivistas nas instituições ou a falta deles além de pessoas treinadas para realizar a atividade podem ser argumentos para a gestão de documentos não ser praticada. (...) A política de gestão de documentos das instituições, definindo critérios de descarte de acordo com a importância que a entidade atribui para cada documento é primordial para a mudança de suporte. Essa conversão não está sendo e não será automática. Acontecerá paulatinamente e por isso é crucial que os documentos analógicos sejam também protegidos.<sup>203</sup>

Em sua pesquisa, foi analisada a questão da exigência da Portaria n. 360, especialmente no que se refere aos seus aspectos mais sensíveis, como o da não produção de documentos físicos e da necessidade de sistemas eficientes com investimento no campo tecnológico, elucidando:

É possível perceber o uso cada vez mais frequente dos meios digitais para resolver muitas atividades da instituição aproximando cada vez mais ao não uso do papel. No Plano de Ação Compartilhada (1997 – 2001), já se falava em “em zero papel” na instituição: Campus UFV em Viçosa, Campus Florestal, na cidade de Florestal e Campus Rio Paranaíba que fica em Rio Paranaíba, Triângulo Mineiro. No cotidiano acadêmico, são gerados memorandos, relatórios, análises e documentos diversos com o uso do computador e, se este estiver ligado à UFVNet, todo o material pode ser distribuído pelo campus, sem necessidade de papel, em tempo quase nulo, alto grau de confiabilidade e baixo custo. Com essa previsão de um futuro sem papel ou com o mínimo de papel e uma interação

<sup>201</sup> FLORES, Daniel, HEDLUND, Dhion Carlos., Preservação do patrimônio documental através da produção de instrumentos de pesquisa arquivísticos e da implementação de repositórios arquivísticos digitais. IPHAN, **Série Patrimônio Cultural e Extensão Universitária**, n. 3, fev., 2014. Disponível em: [http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/SerPatExt\\_n3\\_m.pdf](http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/SerPatExt_n3_m.pdf). Acesso em: fev. 2021.

<sup>202</sup> SANTOS, Henrique Machado dos, FLORES, Daniel. Repositórios digitais confiáveis para documentos arquivísticos: ponderação sobre a preservação em longo prazo. **Perspectivas em ciência da informação**, v. 20, n. 2, p. 198-218, abr./jun., 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/pci/v20n2/1413-9936-pci-20-02-00198.pdf>. Acesso em: fev. 2021.

<sup>203</sup> DIAS, Mariza Silva Santos. **Op. Cit.**, 2022. p. 30-35.

dos diversos setores de forma mais rápida, a UFV investiu na ampliação de seu campo tecnológico.<sup>204</sup>

No que tange ao futuro do arquivo da DRE, as exigências legais de não se produzir mais documentos físicos e de se fazer a digitalização célere do acervo, Edson, atual diretor do setor, diz que:

É preciso montar uma equipe que oriente os alunos que vão entrar na instituição para que tudo seja feito da melhor forma possível na hora de colocar os documentos no sistema para a matrícula, a formatação<sup>205</sup> deve ser Pdf-A, com 300dpi, legível e bem digitalizado. A partir daí, já estaremos gerando um arquivo digital bem organizado e de fácil acesso, porque será só migrar os documentos do sistema de matrícula para o sistema acadêmico. O documento que precisar validação, ele estará lá, nós vamos conferir e autenticar. Temos que trabalhar para diminuir o nosso trabalho, para não termos que digitalizar novamente<sup>206</sup>.

Como se vê, no que tange ao acervo de papel, o entrevistado vê que deverá ser preservado, mas pontua que será necessário implementar a gestão documental para que ele possa ser totalmente digitalizado. Após a digitalização, a manutenção e acesso ao acervo físico será de responsabilidade de todos do DRE, dependendo da solicitação. Diante das reflexões que foram feitas até aqui sobre o caminho percorrido na história da UFV, da DRE e seu acervo acadêmico, é possível ter um conhecimento sobre como se chegou aos dias de hoje e uma dimensão dos desafios enfrentados atualmente. Entre erros e acertos, muito trabalho de equipe, busca de soluções que melhor se adaptassem às necessidades do setor, as mudanças tecnológicas e políticas, é possível conhecer um pouco do trabalho que está sendo realizada pela equipe da DRE, com a adesão à digitalização do acervo e com a exigência de não produção de documentos físicos, em adequação à legislação vigente. Espera-se que este relato ajude a nortear projetos semelhantes e que as decisões, erros e acertos possam auxiliar nas decisões difíceis que normalmente acontecem em projetos desta natureza.

#### **4.3 – Produto - Transformando o físico em digital: o processo de digitalização do acervo acadêmico da DRE, desde o projeto até o que já foi possível fazer nos dias atuais**

---

<sup>204</sup> **Ibidem**, p. 85.

<sup>205</sup> Conforme Decreto nº10.278 de 18 de março de 2020. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2019-2022/2020/decreto/D10278.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2020/decreto/D10278.htm) Acesso em: out. 2022.

<sup>206</sup> Trecho da entrevista concedida a esta autora em 18-11-2022.

Uma das exigências do mestrado profissional consta de um produto que, em seu caráter pedagógico, visa integrar teoria e prática, possibilitando a aproximação entre a produção científica e o desenvolvimento de tecnologia e inovação. Pensando nesta parte importante do trabalho, buscou-se neste item contribuir, a partir da aplicação dos conhecimentos adquiridos ao longo da pesquisa, com uma descrição detalhada do serviço que está sendo realizado no acervo da DRE. O relato do processo de digitalização do acervo pode ser fonte de pesquisa e inspiração para a atuação em outros setores da instituição e outros setores públicos que, provavelmente terão que fazer a digitalização dos seus acervos e se adaptar a essa nova realidade tecnológica.

Com a urgência em adequar o arquivo acadêmico às exigências da Portaria n. 315 de 2018, o diretor da DRE se reuniu com a Reitoria e a DTI, para pensarem qual caminho seguir. Uma das decisões tomadas foi a de que não seria possível que a DTI (Diretoria de Tecnologia de Informação da UFV) assumisse a criação do *software* e seria inviável adaptar o *software* livre ICA-AtoM, em razão do número reduzido de servidores e da alta demanda da DTI, no que diz respeito às suas atribuições de cuidar de todo o sistema digital da instituição. Outra necessidade que não poderia ser suprida pela universidade seria a existência de pessoas qualificadas e disponíveis em seu corpo técnico para o diagnóstico, organização e gestão dos documentos que antecipariam a digitalização. Diante de tais constatações, resolveu-se que seria formada uma comissão para a procura e análise de empresas que prestassem este serviço. A comissão seria responsável, em colaboração com a empresa contratada, pela elaboração do projeto, acompanhamento e fiscalização do trabalho. A comissão foi formada e autorizada no Ato nº 028/2021/PRE, 19/05/2021 (Anexo 10).

Como a legislação exigiu que o processo de digitalização começasse nos arquivos mais recentes e, em seguida, continuasse com os documentos mais antigos, foi preciso pensar as etapas a curto, médio e longo prazos.

Segue-se a descrição por fases:

#### **4.3.1 – Primeira fase da digitalização: contratação da empresa para a prestação do serviço, montagem do laboratório, diagnóstico e gestão documental dos acervos físico e digital**

Assim que saiu a Portaria n. 332 de 2020<sup>207</sup> definindo datas para a digitalização dos acervos acadêmicos das IFES, delimitando prazos e procedimentos, a DRE começou a buscar informações de como poderia ser feita essa transição. As servidoras que estavam na pós graduação foram envolvidas no processo e como forma de buscar conhecimentos, começamos a fazer cursos dentro da área de gestão de documentos e digitalização, por conta própria. Participamos do simpósio “Arquivistas online” e algumas fizeram curso sobre LGPD (Lei Geral de Proteção de Dados) e também sobre preservação digital.

Como foi visto até agora nesta dissertação, a instituição não tem uma política de preservação de arquivos e sequer um setor que possa dar suporte para um trabalho novo e desafiador como a transformação do acervo acadêmico físico, com quase 100 anos de documentos acumulados, em um acervo digital. O setor de TI da UFV tem servidores capacitados, mas o número de solicitações de serviços é enorme e o contingente pequeno. Por isso, a solução foi buscar empresas particulares que pudessem começar o trabalho de gestão e digitalização do acervo e a capacitação dos servidores da própria DRE.

A comissão foi autorizada a iniciar as atividades no dia 19 de maio de 2021, acontecendo a primeira reunião no dia 31 de maio, quando foram colocadas as questões mais pertinentes:

- *Software* – Decidir se seria utilizado o *software* livre - do governo (que não estava disponível naquele momento) ou um *software* de mercado.
- Assessoria especializada - Buscar por empresas que prestariam este serviço e solicitar orçamentos.
- Questões orçamentárias - Verificar com o setor responsável da instituição, qual dotação orçamentária estaria disponível neste momento.

Após algumas reuniões da comissão, foram definidas as seguintes necessidades a serem sanadas neste projeto:

---

<sup>207</sup> BRASIL, **Portaria n. 332, de 13 de março de 2020**. Dispõe sobre a alteração no prazo contido no caput do art. 45 da Portaria nº 315, de 4 de abril de 2018. Disponível em: <https://www.gov.br/pt-br/noticias/educacao-e-pesquisa/2022/05/governo-federal-define-prazos-para-conversao-de-acervo-academico-para-o-meio-digital>. Acesso em: fev. 2023.

- Um GED (Gerenciamento Eletrônico de Documentos)<sup>208</sup> de terceiros, porém com arquitetura que permitisse a migração futura para um GED do governo ou da própria instituição.
- A busca por uma consultoria, com orientação e treinamento para que as atividades ocorressem da melhor forma possível, como forma de minimizar o desperdício de recursos e promover o melhor aproveitamento de tempo e pessoal.
- Buscar meios de conseguir a verba para os equipamentos necessários ao treinamento, consultoria e acompanhamento das atividades promovidas por uma empresa particular.

Pesquisamos algumas empresas que prestavam o serviço que estávamos buscando, fizemos algumas reuniões para entendermos quais serviços tais empresas prestavam e o que precisávamos. Por ser uma realidade relativamente nova, esta etapa foi bem desafiadora. Apesar do conhecimento limitado da comissão sobre o assunto, era possível notar que algumas empresas tinham total desconhecimento do serviço que era solicitado. De outro lado, acresceu-se a isso, a dificuldade financeira vivenciada nas universidades públicas, que nos últimos anos vinham sofrendo com grandes cortes de verbas e com reduzido contingente em todos os setores. Precisávamos de uma empresa que nos desse respaldo desde a legislação específica, treinamento, até os equipamentos corretos para a digitalização, o que tornou a busca bastante criteriosa.

Após esta parte preliminar, o próximo passo foi a abertura de um processo de licitação para a contratação da empresa. Este processo foi aberto no SEI (Sistema Eletrônico de Informações) da UFV, no mês de março de 2022. As pesquisas que balizaram a contratação foram realizadas seguindo a Instrução Normativa n.73 de 2020<sup>209</sup>. Seis meses depois, a contratação da empresa foi publicada no Diário Oficial da União. A empresa contratada foi a Dok Solution sistemas e gestão de documentos Ltda, localizada em Ipatinga, Minas Gerais. O contrato foi iniciado em 2022, com vigência programada para 36 meses.

As etapas que se seguiram foram as seguintes:

Primeira etapa:

---

<sup>208</sup> Gerenciamento Eletrônico de Documentos ou Gestão Eletrônica de Documentos é uma tecnologia que provê um meio de facilmente gerar, controlar, armazenar, compartilhar e recuperar informações existentes em documentos

<sup>209</sup> BRASIL. **Instrução Normativa nº 73, de 5 de agosto de 2020**. Disponível em: <https://www.gov.br/plataformamaisbrasil/pt-br/legislacao-geral/instrucoes-normativas/instrucao-normativa-no-73-de-5-de-agosto-de-2020>. Acesso em: fev. 2023.

O início dos trabalhos foi marcado por uma primeira reunião com a empresa contratada, em que foi definido o escopo do projeto, as atividades e equipes de trabalho, as normas técnicas e metodológicas e definição das atividades e prazos.

Figura 15 – Primeira reunião com a empresa contratada



Fonte: autoria própria.

Segunda etapa:

De acordo com o que se estabeleceu na reunião com a empresa contratada foi definido um plano de gestão, com a equipe e as atividades, utilizando o Código de Classificação e a tabela de temporalidade do SIGA (Sistema de Gestão de Documentos e Arquivos da Administração Pública Federal) expresso no quadro 4.

Quadro 4 – Plano de gestão dos documentos digitais

<b>PLANO DE GESTÃO - Implantação do Acervo Acadêmico Digital</b>					
<b>Objetivo</b>	<b>Atividade</b>	<b>Local</b>	<b>Responsáveis</b>	<b>Período</b>	<b>Situação</b>
Produzir documentos nato-digitais Graduação e Pós-graduação	Reclassificação de processos, conforme CCD/MEC	Viçosa	Paloma e GT	Outubro/2022	Concluído
	Revisão e desenho dos fluxos de produção e tramitação dos processos	Viçosa	Lúcia e Margareth	Outubro a dezembro de 2022	Concluído
	Parametrização do SEI - Graduação e Pós-Graduação	Viçosa	DGI Margareth Benício	Outubro a dezembro de 2022	Em andamento
	Integração dos sistemas (DOK - SEI - SAPIENS -	Viçosa	Margareth Benício	Janeiro a julho de 2023	Em andamento

	CONACWEB)		Dok		
--	-----------	--	-----	--	--

Fonte: informações coletadas na DRE.

Para os documentos físicos do acervo, foi elaborado um plano de gestão determinando quais documentos pessoais eram exigidos no edital para matrícula e quais eram os documentos acadêmicos gerados pela instituição. Decidiu-se que estes documentos seriam digitalizados em pastas diferentes, conforme a tabela de temporalidade. Neste contexto, destacou-se a importância da CPAD, que foi reformulada inserindo membros da comissão de digitalização, como consta no Ato (em anexo), que já foi um primeiro passo. Como o arquivo tem um volume de documentos muito grande e, de acordo com a portaria do MEC, a digitalização deveria começar dos documentos mais novos, o primeiro conjunto documental digitalizado foi o dos alunos ativos formandos de janeiro e junho de 2023. Continuariam sendo feitas a digitalização para os anos anteriores até os primeiros documentos produzidos, que são de 1926, e a produção de documentos físicos está proibida desde agosto de 2022. Para melhor entendimento, a gestão de documentos do acervo mais antigo será feita no futuro, porque foi preciso digitalizar os documentos acadêmicos dos alunos com prazo muito curto.

Terceira etapa:

Nesta etapa, foi definido um plano de ação com a empresa contratada e a comissão de implementação do acervo digital, determinando o que fazer, as equipes, os documentos e períodos, conforme apresenta o quadro 5 a seguir:

Quadro 5 – Plano de ação para a digitalização

<b>PLANO DE AÇÃO - Implantação do Acervo Acadêmico Digital</b>					
<b>Objetivo</b>	<b>Atividade</b>	<b>Local e quantidade</b>	<b>Responsáveis</b>	<b>Período</b>	<b>Situação</b>
Converter de documentos do suporte físico para o digital	<p>Separação de pastas de alunos formandos janeiro/2023 e julho/2023</p> <p>Preparação de documentos para digitalização: higienização, remoção de grampos e clips, reparar cantos de páginas amassados</p>	<p>Viçosa - 73.120 págs.</p> <p>Total de Alunos - 1.000+700+256 x (2)</p>	<p>Edson</p> <p>4 pessoas</p>	Outubro a dezembro de 2022	Concluído

	Digitalização da documentação				
	Indexação dos documentos no sistema	Ipatinga	Dok Solutions	Outubro a dezembro de 2022	Em andamento

Fonte: informações coletadas na DRE.

Quadro 6 - Plano de ação para a digitalização

<b>PLANO DE AÇÃO - Implantação do Acervo Acadêmico Digital</b>					
<b>Objetivo</b>	<b>Atividade</b>	<b>Local e quantidade</b>	<b>Responsáveis</b>	<b>Período</b>	<b>Situação</b>
Converter de documentos do suporte físico para o digital	Separação de pastas de alunos em curso	Viçosa - 300.000 págs.	Edson	Janeiro a junho de 2023	Em andamento
	Preparação de documentos para digitalização: higienização, remoção de grampos e clips, reparar cantos de páginas amassados	Total de Alunos - 15.000	8 pessoas		
	Digitalização da documentação				
	Indexação dos documentos no sistema	Viçosa	Edson 4 pessoas	Janeiro a junho de 2023	Em andamento

Fonte: Dados coletados na DRE.

Quadro 7 - Plano de ação para a digitalização

<b>Objetivo</b>	<b>Atividade</b>	<b>Local e quantidade</b>	<b>Responsáveis</b>	<b>Período</b>
Converter de documentos do suporte físico para o digital	Separação de pastas de alunos formados de 2016 a 2022.	Viçosa - 350.820 págs.	Edson	Julho/2023 a junho/2024
	Preparação de documentos para digitalização: higienização, remoção de grampos e clips, reparar cantos de páginas amassados	Total de Alunos - 8.846+8.695	8 pessoas	
	Digitalização da documentação			
	Indexação dos documentos no sistema	Viçosa	Edson	Julho/2023 a junho/2024

			4 pessoas	
--	--	--	-----------	--

Fonte: Dados coletados na DRE.

#### Quadro 8 - Plano de ação para a digitalização

Objetivo	Atividade	Local e quantidade	Responsáveis	Período
Converter de documentos do suporte físico para o digital	Separação de pastas de alunos formados de 2016 a 2022.	Viçosa - 350.820pág.	Edson	Julho/2023 a junho/2024
	Preparação de documentos para digitalização: higienização, remoção de grampos e clips, reparar cantos de páginas amassados	Total de Alunos - 8.846+8.695	8 pessoas	
	Digitalização da documentação			
	Indexação dos documentos no sistema	Viçosa	Edson 4 pessoas	Julho/2023 a junho/2024

Fonte: Dados coletados da DRE.

Nesta etapa, foi realizada a compra de oito scanners pequenos e um de torre para os documentos maiores que o formato A4 (figuras 14 e 15), instalados em oito microcomputadores e organizada um laboratório para a digitalização. De acordo com a Norma Regulamentadora nº 6 (NR6), foram avaliados os riscos do trabalho e solicitados os EPIs (Equipamentos de Proteção Individual) para a cabeça, tronco, membros superiores e inferiores. Também foram definidos os seguintes EPIs (Figuras 16 e 17):

- Para a cabeça – Touca, óculos de segurança e máscara (proteção respiratória)
- Para o tronco e membros superiores – Jaleco, de manga com punho e luvas
- Para membros inferiores – calças e protetores para os pés (pro-pé).

Figura 16 – Scanner de torre



Fonte: autoria própria.

Figura 17 - Scanners de mesa



Fonte: autoria própria.

Figura 18 – EPIs recomendados para o trabalho com o acervo



Fonte: autoria própria.

Figura 19 – Servidores com os EPIs



Fonte: autoria própria.

#### Quarta etapa:

Os riscos no trabalho com os documentos do acervo são, na sua maioria, de natureza ambiental como poeira, ácaros, bactérias, vírus e fungos. Os documentos não passaram por uma higienização criteriosa quando foram acondicionados no arquivo. De toda forma, são papéis antigos, armazenados em envelopes de papel e caixas plásticas organizadoras, o que naturalmente acumula poeira. Por isso, a preparação dos equipamentos e do local foram necessários.

Conforme o contrato feito com a empresa, os servidores da DRE passariam por um treinamento, a princípio, para conhecer o funcionamento dos scanners e com GED, criado pela empresa para a digitalização e armazenamento dos documentos. Logo, esta etapa se iniciou com o treinamento de uso dos equipamentos: cada servidor fez alguns testes, conhecendo os equipamentos e tirando as dúvidas que surgiam durante a experiência. De acordo com o plano de gestão e ação, as pastas com os documentos dos alunos que se formariam em janeiro e julho de 2023 seriam separadas de outubro a dezembro de 2022, para que se iniciasse a digitalização.

Figura 20 – Servidores em treinamento



Fonte: autoria própria.

Tudo é muito novo para todos, mesmo para a empresa que já está no mercado há um tempo. Trabalhar com uma instituição grande como a UFV, com quase cem anos de funcionamento e com um acúmulo tão extenso de documentos, sem tratamento adequado e sem gestão, se tornou um desafio.

A próxima fase após o treinamento seria o início dos trabalhos de digitalização, com o conjunto de aproximadamente 20.000 documentos dos possíveis formandos de janeiro e julho de 2023.

#### **4.4 - O processo de digitalização do acervo acadêmico da DRE**

De acordo com as Portarias n. 315 de 2018, n. 332 de 2020 e n. 360 de 2022, os documentos acadêmicos precisam ser todos digitalizados. Além disso, a DRE não poderia mais emitir documentos físicos a partir do mês de agosto de 2022, como podemos ver nos artigos da portaria que se seguem:

Art. 2º Fica vedada a produção de novos documentos integrantes do acervo acadêmico em suporte físico a partir de 1º de agosto de 2022. § 1º Para os fins desta Portaria, considera-se acervo acadêmico o conjunto de documentos produzidos e recebidos por instituições públicas ou privadas que ofertam educação superior, pertencentes ao sistema federal de ensino, referentes à vida acadêmica dos estudantes e necessários para comprovar seus estudos, nos termos do art. 37 da Portaria MEC nº 315, de 4 de

abril de 2018. § 2º As IES deverão produzir os documentos integrantes do acervo acadêmico inteiramente no meio digital a partir da data de que trata o caput. § 3º Os documentos em suporte físico recebidos pelas IES a partir de 1º de agosto de 2022, para fins de matrícula e demais atividades ligadas à vida acadêmica dos alunos, deverão ser convertidos para o meio digital.

Art. 5º A digitalização do acervo acadêmico físico deverá ser concluída nos seguintes prazos, contados da data de publicação da norma prevista no art. 4º desta Portaria:

I - doze meses, para o conjunto de documentos referentes à vida acadêmica dos estudantes matriculados em cursos superiores ofertados pelas IES;

II - vinte e quatro meses, para o conjunto de documentos referentes à vida acadêmica dos estudantes formados no período compreendido entre 1º de janeiro de 2016 e a data de publicação desta Portaria;

III - trinta e seis meses, para o conjunto de documentos referentes à vida acadêmica dos estudantes formados no período compreendido entre 1º de janeiro de 2001 e 31 de dezembro de 2015.

Art. 6º Os documentos não contemplados pelos prazos definidos no art. 5º deverão ser digitalizados por demanda da parte interessada.

Art. 7º A Portaria MEC nº 315, de 2018, passa a vigorar com a seguinte alteração: "Art. 45. Nos termos do art. 104 do Decreto nº 9.235, de 2017, os documentos e informações que compõem o acervo acadêmico, independente da fase em que se encontrem ou de sua destinação final, conforme Código e Tabela aprovados pela Portaria AN/MJ nº 92, de 2011, deverão ser convertidos para o meio digital em prazo a ser estabelecido por ato do Ministro de Estado da Educação, de modo que a conversão e preservação dos documentos obedeçam aos seguintes critérios. (NR) <sup>210</sup>

Os primeiros testes de digitalização aconteceram ainda em dezembro de 2022, já com algumas pastas selecionadas para a primeira etapa deste processo. A proposta de adequação à legislação seria em três fases: a primeira fase abrangeria os próximos formandos de 2023; em seguida, os alunos ativos; e por último a parte mais antiga do acervo. O início da digitalização ocorreu no final de 2022 e conforme plano de ação, abarcaria um montante de aproximadamente 2.000 alunos que daria em torno de 73.000 documentos a serem digitalizados. Elaborou-se um roteiro de digitalização e indexação (Anexo K) para padronizar e facilitar o trabalho. Os servidores da DRE dividiram o tempo de trabalho entre digitalização e suas funções nos setores que estão lotados e quanto ao destino dos documentos digitalizados foi empregado o armazenamento em nuvem no provedor utilizado pela instituição<sup>211</sup> para em seguida serem indexados pela empresa Dok Solution.

## Figura 21 – Início da digitalização

<sup>210</sup> BRASIL, Portaria do MEC nº 360, de 18 de maio de 2022. Disponível em:

<https://abmes.org.br/arquivos/legislacoes/Portaria-mec-360-2022-05-18.pdf>. Acesso em: maio 2023.

<sup>211</sup> O armazenamento em nuvem é um modelo de computação em nuvem que permite armazenar dados e arquivos na Internet por meio de um provedor de computação em nuvem que você acessa usando a Internet pública ou uma conexão de rede privada. O provedor armazena, gerencia e mantém com segurança os servidores de armazenamento, a infraestrutura e a rede para garantir que você tenha acesso aos dados quando precisar, em escala praticamente ilimitada e com capacidade elástica. O armazenamento em nuvem elimina a necessidade de comprar e gerenciar sua própria infraestrutura de armazenamento de dados, oferecendo agilidade, escalabilidade e durabilidade com acesso aos dados a qualquer hora e em qualquer lugar.



Fonte: autoria própria.

Figura 22 - Organização dos documentos e digitalização



Fonte: autoria própria.

Em paralelo ao trabalho da digitalização, aconteceria também a primeira matrícula sem gerar arquivo físico, dando início ao acervo totalmente digital da instituição. As matrículas foram feitas no formato *online* pelos alunos e a primeira chamada aconteceu no período de 2 a

6 de março de 2023, com previsão de chamadas até 5 de abril. Os documentos seriam recebidos e digitalizados entre os dias 17/04/2023 à 27/04/2023, conforme cronograma no site da UFV.<sup>212</sup>

Os calouros foram recebidos no laboratório de digitalização e seus documentos digitalizados e devolvidos. Foi possível perceber, nesta etapa, algumas dificuldades imprevistas, como a confirmação de assinaturas eletrônicas e *links* de confirmação de veracidade utilizadas nos documentos de conclusão do ensino médio. Os sistemas ainda são bem instáveis, o que torna essa tarefa difícil e demorada. Outra questão é pensar como indexar de forma a não comprometer a veracidade do documento no acervo digital. Diante disso, os comprovantes de conclusão do ensino médio que tinham *link* de confirmação já eram baixados diretamente na pasta do aluno e ali indexados.

Figura 23 – Digitalização dos documentos na matrícula 2023



Fonte: autoria própria.

Por mais que se planeje, treine e prepare manuais, acontecem erros e precisam ser corrigidos. Nos primeiros 8.000 documentos digitalizados e indexados, foram encontrados alguns problemas: documentos que não deveriam ser digitalizados, outros feitos de forma

---

<sup>212</sup> Cronograma de entrega de documentos. Disponível em: <https://www.res.ufv.br/wp-content/uploads/Cronograma-documenta%C3%A7%C3%A3o-calouros-2023.pdf>.

incorreta e fora dos padrões exigidos pela legislação. Paramos a indexação para aguardar orientações e fazer as correções dos indexados e verificações dos digitalizados antes da indexação. Os prazos começaram a ficar apertados para seguir as exigências legais e o plano de ação. Foi preciso uma nova visita da arquivista da empresa para avaliação do problema e realizar novos planejamentos e orientações. A visita aconteceu no mês de maio, período em que foi revisto o plano de ação (Quadro 8), criado um manual de orientações para a indexação e orientações para a correção dos problemas nas digitalizações anteriores (Anexo L). No final do mês de maio, todos os alunos matriculados no primeiro período de 2023 estavam com os documentos digitais indexados no GED e já poderiam ser consultados pelos servidores da DRE.

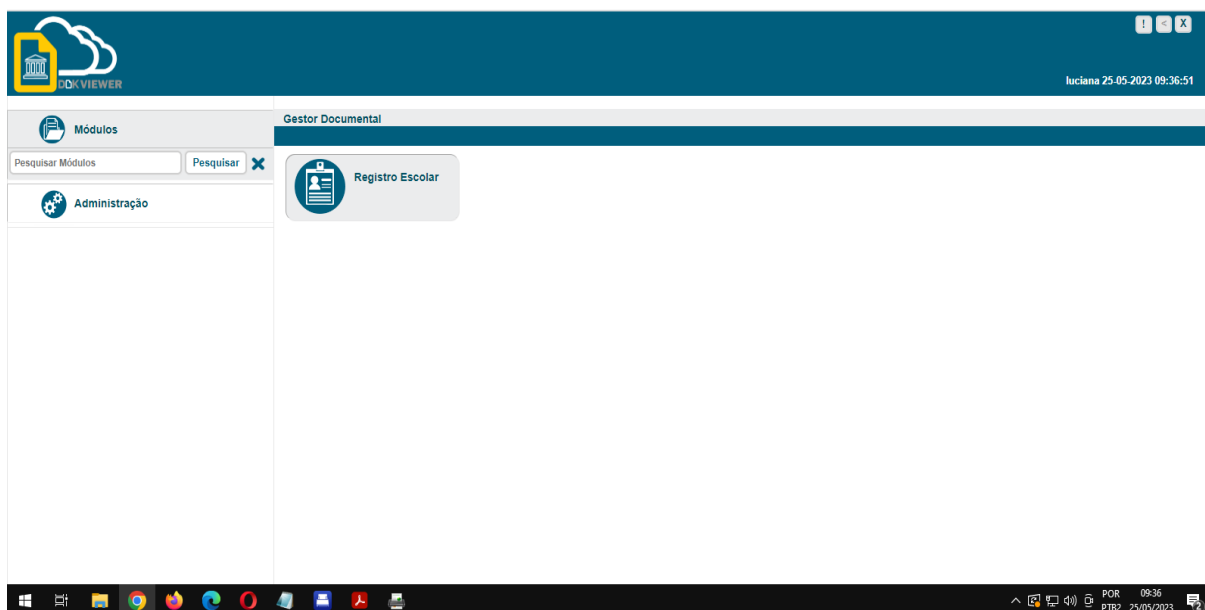
Quadro 9 - Quadro do plano de ação revisado

<b>PLANO DE AÇÃO - Implantação do Acervo Acadêmico Digital</b>					
<b>Objetivo</b>	<b>Atividade</b>	<b>Local e quantidade</b>	<b>Responsáveis</b>	<b>Período</b>	<b>Situação</b>
Corrigir conversão documentos do suporte físico para o digital	Digitalização de documentos que estão com erros	Viçosa - 304.000pág.	Edson	25/05/2023 a 31/07/2023	Em andamento
	Pastas de alunos matriculados a partir de janeiro/2018	Total de Alunos - 75.000	4 pessoas		
	Indexação dos documentos no sistema	Ipatinga	Dok Solution	Outubro de 2022 julho de 2023	Em andamento

Fonte: Dados coletados na DRE.

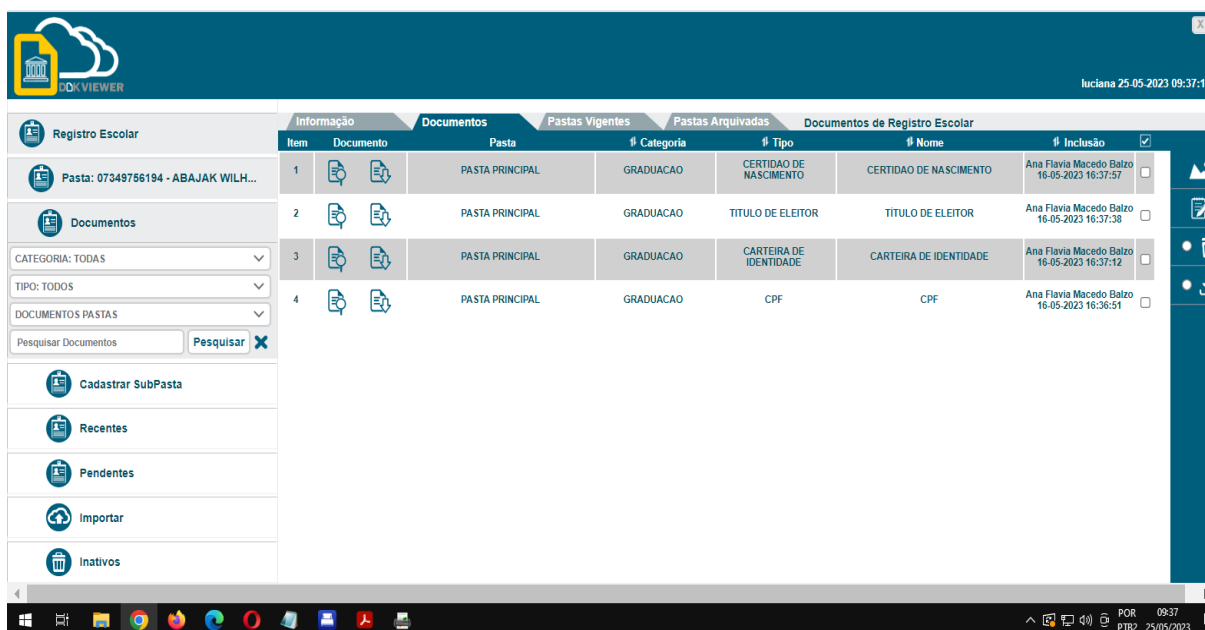
O GED utilizado - da empresa Dok Solution - foi planejado e criado com todas as especificidades necessárias para ser usado pela DRE. A este respeito, os cursos de graduação, especialização, mestrado, doutorado e pós doutorado serão preparados para ter seus dados migrados, a qualquer tempo, para os sistemas que foram criados e são utilizados pela própria instituição.

Figura 24 – GED. Pasta da DRE



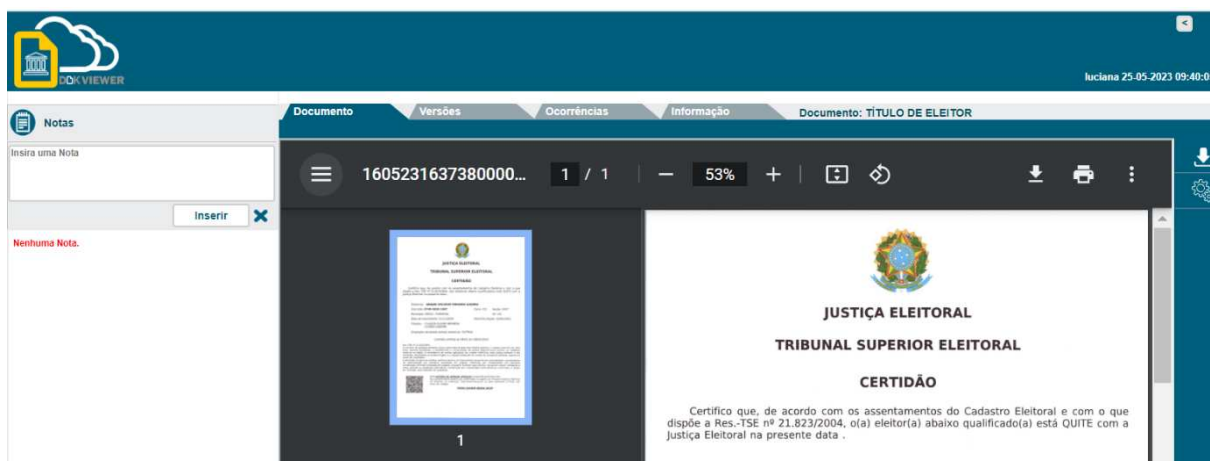
Fonte: Disponibilizado pela DRE.

Figura 25 – GED. Pasta do aluno com os documentos digitalizados



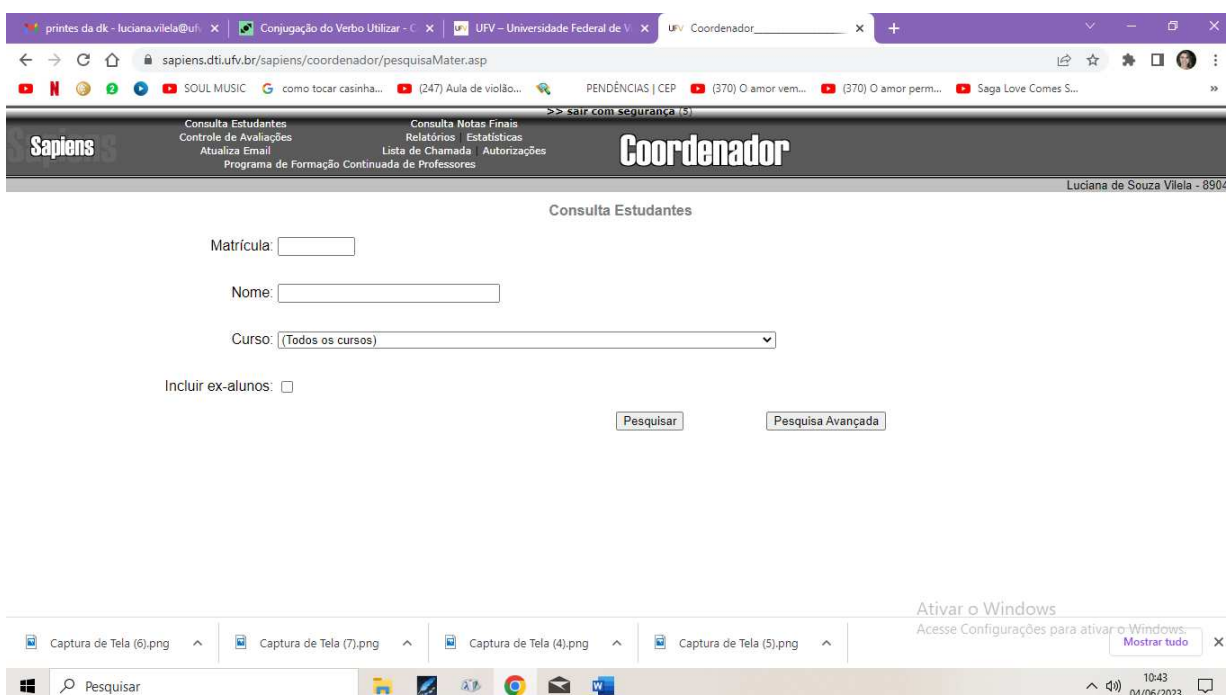
Fonte: Disponibilizado pela DRE.

Figura 26 – GED. Documento digitalizado do aluno



Fonte: Disponibilizado pela DRE.

**Figura 27 – Sistema Acadêmico da UFV**



Fonte: Disponibilizado pela DRE.

Apesar dos problemas e erros que precisaram ser corrigidos, o que exigiu algumas interrupções na etapa da digitalização, é possível dizer que este processo esteja seguindo bem e dentro do tempo hábil para corresponder ao que é solicitado pela legislação e conforme o planejamento inicial. Considerou-se necessário fazer um manual mais elaborado para as atividades usadas no GED, para facilitar o trabalho dos servidores e para os casos de adesão de novos colaboradores ao trabalho (Anexo M).

Se o andamento das atividades continuar no mesmo ritmo, no final de 2025, quando termina o contrato com a empresa Dok Solution, todos os documentos do arquivo acadêmico

dos alunos que ingressaram na UFV de 2001 até os dias atuais estarão no acervo digital. Assim, será possível cumprir o que a legislação determinou na Portaria n. 360, em seu artigo 5º. O trabalho seguinte será um novo planejamento de gestão dos documentos e digitalização da parte mais antiga do acervo, o chamado “Legado”, que abrange o conjunto documental produzido a partir de 1926.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo desta pesquisa foi conhecer e refletir sobre a constituição do acervo acadêmico da UFV, sua constituição e organização através do relato dos servidores que trabalharam ou trabalham na DRE, para assim compreender melhor sua gestão desde a formação desta instituição. O acervo acadêmico da Diretoria de Registro Escolar da Universidade Federal de Viçosa passou por inúmeras modificações ao longo dos anos. Alguns desafios foram vencidos, outros problemas foram atualizados com nova roupagem. O número de cursos da Universidade se expandiu enormemente ao longo dos seus 97 anos de existência, com o número de alunos aumentando a cada ano.

A gestão documental nas instituições deveria ocupar um lugar importante nos debates e definições de ações para a preservação dos acervos que podem ser fontes de conhecimento da história da própria instituição e do todo que a envolve, servidores, alunos e a região em que está inserida. A disponibilização e facilitação do acesso permitem que pesquisas possam ser feitas, novos conhecimentos disponibilizados e planejamento de ações que sejam mais eficientes.

A pesquisa bibliográfica permitiu que fosse possível conhecer melhor como se deu a formação das instituições de ensino superior públicas - principalmente em Minas Gerais onde a UFV se insere - as dificuldades vividas pela instituição no período da ditadura e a volta à democracia com todas as mudanças políticas que vieram junto.

As entrevistas foram parte crucial para responder os questionamentos que surgiram no início da pesquisa. Foi possível compreender a formação e constituição do acervo acadêmico da DRE-UFV e entender que gestão documental nunca foi pensada dentro do período estudado: todas as mudanças que foram acontecendo no acervo e a organização até os dias atuais foram pensadas e definidas pelos gestores do setor e servidores que trabalhavam com o acervo, não da instituição, posto que os conhecimentos sobre arquivística, gestão de documentos e a lei de arquivos, vieram bem depois no início da formação do acervo. Os gestores e servidores, mesmo sem conhecimento específico, fizeram um trabalho que permitiu que o acervo se mantivesse completo com quase 100 anos do seu início.

Constatou-se que muita coisa foi feita que permitiu que o acervo tivesse um acesso possível e mais fácil que em tempos anteriores. Além disso, observou-se que ainda tem muito por se fazer, principalmente na parte do “legado” do acervo, nome que é dado à parte mais antiga dos documentos, que não se tem ideia exata a respeito da tipologia dos documentos que estão armazenados, além dos documentos pessoais e acadêmicos.

As mudanças são inevitáveis, por isso uma organização eficiente, planejamentos a longo prazo, ajudam para que as mudanças aconteçam de forma organizada e segura. Estamos vivendo uma mudança importantíssima no acervo diante da transição do físico para o digital, o que permitiu a concepção do produto técnico científico e a inserção no mestrado profissional como instrumento de estratégias educacionais para esse fim. Enquanto a disponibilização do acervo físico está sendo mantida, começam os trabalhos de transformação do físico em digital.

Como a pesquisa permitiu perceber, todas as mudanças feitas no acervo vieram de uma necessidade urgente e a digitalização dos documentos físicos não foi uma exceção. Começou com a Portaria n. 315, de 2018, com a exigência da digitalização dos acervos acadêmicos da IFEs e com outras portarias determinando quais documentos, períodos e prazos para a mudança. Começam, portanto, as primeiras ações para a digitalização em 2021, como relatado na pesquisa e descrito no produto final do trabalho.

Espera-se, por fim, com o relato e descrição do trabalho de digitalização em andamento no acervo acadêmico, contribuir como fonte de pesquisa e orientação para outros setores da instituição que precisam realizar a mesma atividade e outras instituições federais que têm as mesmas exigências. Mostrando os erros e acertos nos procedimentos, é possível ajudar a outros com o intuito de se atentarem às dificuldades e possíveis soluções que podem surgir durante o processo.

Como pesquisadora inserida no contexto da pesquisa, foi complexo manter o distanciamento necessário. No entanto, estar no meio permitiu entender ainda melhor as exigências do trabalho e possíveis contribuições para sugerir mudanças e somar esforços para fazer o melhor.

## REFERÊNCIAS

- ALBERTI, Verena. **Manual de história oral**. 3. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2013. 384 p.
- ARQUIVO Nacional (Brasil). **Dicionário brasileiro de terminologia arquivística**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005. Disponível em: <https://simagestao.com.br/wp-content/uploads/2016/01/Dicionario-de-terminologia-arquivistica.pdf>. Acesso em: fev. 2021.
- Arquivo Nacional. Disponível em: <https://www.gov.br/arquivonacional/pt-br/acesso-a-informacao/institucional>. Acesso em: fev. 2021.
- BAÊTA, Odemir Vieira. **Estratégias como práticas sócio discursivas em uma universidade pública: uma abordagem crítica**. Tese (Doutorado em Administração) - Universidade Federal de Lavras – UFLA. Lavras, MG, 2016.
- BARROS, Dirlene Santos; AMÉLIA, Dulce. Arquivo e memória: uma relação indissociável. **Transformação**, Campinas, v. 21, n. 1, pp. 55-61, jan./abr., 2009. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/tinf/v21n1/04.pdf> Acesso em: fev. 2021.
- BARROS, Thiago Henrique Bragato. **Uma trajetória arquivística a partir da análise do discurso: inflexões histórico-conceituais**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2015. Disponível em: <https://static.scielo.org/scielobooks/r6q5k/pdf/barros-9788579836619.pdf>. Acesso em: fev. 2021.
- BASTOS, Aurelio Wander Chaves; ARAUJO, Rosalina Corrêa de. A legislação e a política de Arquivos no Brasil. **Acervo**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 2, pp. 19-33, jul./dez., 1989.
- BELLOTTO, Heloísa Liberalli. **Arquivos Permanentes: tratamento documental**. 4. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006.
- BORGES, José Marcondes; SABIONI, Gustavo Soares; MAGALHÃES, Gilson Faria Potsch. **A Universidade Federal de Viçosa no século XX**. 2. ed. rev. e ampl. Viçosa: Editora UFV, 2006.
- BORGES, José Marcondes, SABIONI, Gustavo Soares. **1922-2009. Legislação de importância histórica: Escola Superior de Agricultura e Veterinária – ESAV – 1926-1948, Universidade Rural do Estado de Minas Gerais – UREMG – 1948-1969, Universidade Federal de Viçosa – UFV**. Viçosa, MG: Ed. UFV, 2010.
- BRAYNER, Natália Guerra. **Patrimônio cultural imaterial: para saber mais**. 3. ed. Brasília: IPHAN, 2012. 36 p. Disponível em: [http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/cartilha1parasabermas\\_web.pdf](http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/cartilha1parasabermas_web.pdf). Acesso em: fev. 2021.
- CANFORA, Luciano. **A biblioteca perdida**. Tradução Frederico Carotti. Companhia das Letras: São Paulo. 1986. 114 p.

CARPES, Franciele Simon, FLORES, Daniel. O arquivo universitário e a memória da universidade. **Informação e Sociedade**, João Pessoa, v. 23, n. 3, set./dez., p. 13-22, 2013. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/ies/article/view/12278/10202> Acesso em: jan. 2023.

CERTEAU, Michael, GIARD, Luce, MAYOL. Pierre;. **A invenção do cotidiano: 2. morar, cozinhar.** Tradução Ephraim F. Alves e Lúcia Endlich Orth. Petrópolis: Vozes, 1996. 376 p.

CHOAY, Françoise. **A alegoria do patrimônio.** São Paulo: Estação Liberdade/Editora UNESP, 2001. 283 p.

Conselho Nacional de Arquivos (Brasil). **e-ARQ Brasil: Modelo de requisitos para sistemas informatizados de gestão arquivística de documentos.** [recurso eletrônico] / Câmara Técnica de Documentos Eletrônicos. 2. versão. – Dados eletrônicos (1 arquivo: 1 MB). – Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2022. Disponível em: <https://www.gov.br/conarq/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/EARQV205MAI2022.pdf> Acesso: out. 2022.

COSTA, Celia. O arquivo público do Império: o legado absolutista na construção da nacionalidade. **Estudos históricos**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 26, p. 217-231, 2000. Disponível em: <http://www.uel.br/pessoal/jneto/gradua/arquivologia/recdida/arquivopublicodoimperio.pdf> Acesso em: fev. 2021.

DIAS, Mariza Silva Santos. **O impacto da Portaria 315 de abril de 2018 no arquivo do registro escolar da Universidade Federal de Viçosa.** Dissertação (Mestrado em Patrimônio Cultural, Paisagens e Cidadania) – Universidade Federal de Viçosa. Viçosa, MG, 2022.

DURHAM, Eunice Ribeiro. Educação superior, pública e privada. In: SCHWARTZMAN, Simon. (Orgs.). **Os desafios da educação no Brasil.** Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2005. Disponível em: <http://www.schwartzman.org.br/simon/desafios/7superior.pdf>. Acesso em: 20 jan. 2023.

FERREIRA, Marieta Moraes. Desafios e Dilemas da História Oral nos anos 90: o caso do Brasil, **Revista brasileira de história oral**, v. 1, pp. 19-30, 1998.

FERREIRA, Marieta Moraes; AMADO, Janaína (Orgs.). **Usos e abusos da história oral.** 8. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006. 304 p.

FLORENCIO, Sônia Regina Rampim et al. (Org.). **Educação patrimonial: história, conceitos e processos.** Brasília: IPHAN, 2014. 65 p. Disponível em: [http://portal.iphan.gov.br/uploads/121ews121âneas/EduPat\\_EducacaoPatrimonial\\_m.pdf](http://portal.iphan.gov.br/uploads/121ews121âneas/EduPat_EducacaoPatrimonial_m.pdf). Acesso em: fev. 2021.

FLORES. Daniel, HEDLUND, Dhion C. Preservação do patrimônio documental através da produção de instrumentos de pesquisa arquivísticos e da implementação de repositórios arquivísticos digitais. IPHAN. **Série Patrimônio Cultural e Extensão Universitária**, Brasília, n. 3, fev., 2014. 33 p. Disponível em: [http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/SerPatExt\\_n3\\_m.pdf](http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/SerPatExt_n3_m.pdf). Acesso em: fev. 2021.

FONSECA, Maria Cecília Londres. Para além da pedra e cal: por uma concepção ampla de patrimônio cultural. In: ABREU, Regina; CHAGAS, Mário (Orgs.). **Memória e patrimônio:**

ensaios contemporâneos. 2. ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2009. pp. 59-79. Disponível em: [http://www.reginaabreu.com/site/images/attachments/122ews122âneas/06-memoria-e-patrimonio\\_ensaios-contemporaneos.pdf](http://www.reginaabreu.com/site/images/attachments/122ews122âneas/06-memoria-e-patrimonio_ensaios-contemporaneos.pdf). Acesso em: 6 abr. 2021.

FRANÇOIS, Etienne. A fecundidade da história oral. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína (Orgs.). **Usos e abusos da história oral**. 8. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006. pp. 3-14.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. Tradução Laurent Leon Schaffter. São Paulo: Revista dos Tribunais Ltda, 1990. 189 p. Disponível em: [https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4005834/mod\\_resource/content/1/48811146-Maurice-Halbwachs-A-Memoria-Coletiva.pdf](https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4005834/mod_resource/content/1/48811146-Maurice-Halbwachs-A-Memoria-Coletiva.pdf) Acesso em: Fev. 2022.

INDOLFO, Ana Celeste. Gestão de Documentos: uma renovação epistemológica no universo da arquivologia. **Arquivística.net**, Rio de Janeiro, v.3, n. 2, pp. 28-60, jul./dez., 2007. Disponível: <https://brapci.inf.br/index.php/res/v/50444>. Acesso: fev. 2021.

INDOLFO, Ana Celeste. **O uso das normas arquivísticas no Estado brasileiro: uma análise do Poder Executivo Federal**. 2008. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Universidade Federal Fluminense e Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia. Niterói, RJ, 2008.

JARDIM, José Maria. A invenção da memória nos arquivos públicos. **Ciência da Informação**, v. 25, n. 2, pp. 1-13, 1995. Disponível em: [https://brapci.inf.br/\\_repositorio/2010/03/pdf\\_cfb64eeaa1\\_0008801.pdf](https://brapci.inf.br/_repositorio/2010/03/pdf_cfb64eeaa1_0008801.pdf) Acesso em: 18 nov. 2021.

LAGE, Maria Otília Pereira. **Abordar o patrimônio documental: territórios, práticas e desafios**. Azurém: Universidade do Minho, 2002. (Caderno Neps 4). Disponível em: <https://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/792/1/caderno04.pdf> Acesso em: fev. 2021.

LAVILLE, Christian; DIONNE, Jean (Orgs.). **A construção do saber: manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas**. Porto Alegre: Artmed, 1999. 344 p.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Tradução Bernardo Leitão. [et al.] Campinas, São Paulo, 1990. (Coleção Repositórios). Disponível em: <https://www.ufrb.edu.br/ppgcom/images/Hist%C3%B3ria-e-Mem%C3%B3ria.pdf>. Acesso em: fev. 2021. 476 p.

LIMA, Eliane Bezerra. **A construção social e política do arquivo na Universidade Federal de Minas Gerais**. Monografia. (Especialização em Gestão de Instituições Federais de Ensino Superior) – Universidade Federal de Minas Gerais. UFMG, Belo Horizonte, MG, 2013. 58 p. Disponível em: <https://repositorio.ufmg.br/handle/1843/BUBD-9FSG5Z> Acesso em: 27 fev. 2023.

LINDEN, Leolíbia Luana; BRÄSCHER, Marisa. Diagnóstico Arquivístico: uma proposição metodológica a partir de instrumentos normativos de descrição arquivística. **Informação e**

**Informação**, Londrina, v. 24, n. 3, pp. 335-364, set./dez., 2019. Disponível: <https://agora.emnuvens.com.br/ra/article/view/674>. Acesso: fev. 2021.

LOPEZ, André Porto Ancona. **Como descrever documentos de arquivo**: elaboração de instrumentos de pesquisa. São Paulo: Arquivo do Estado/Imprensa Oficial do Estado, 2002. (Projeto como fazer, 6). 29 p.

LOWENTHAL, David. Como conhecemos o passado. **Projeto história**, São Paulo, v. 17, pp. 65-83, jul./dez., 1998. (Dossiê Trabalhos da Memória.) Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/11110/8154> Acesso em: out. 2020.

MARQUES, Angélica Alves da Cunha; RODRIGUES, Georgete Medleg; NOUGARET, Christine. Arquivos e arquivologia na França e no Brasil. **Revista Babsileira de história**, São Paulo, v. 38, n. 78, pp. 17-38, maio/ago., 2018. (Dossiê História e Arquivo). Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/rbh/v38n78/1806-9347-rbh-1806-93472018v38n78-01.pdf>. Acesso em: fev. 2021.

MEDEIROS, Enderson. A patrimonialização e o arquivo enquanto patrimônio: um olhar antropológico. **Biblos: Revista do Instituto de Ciências Humanas e da Informação**. v. 25, n. 1, pp. 35-45, jan./jun., 2011. Disponível: <https://brapci.inf.br/index.php/res/download/56741>. Acesso em: fev. 2021.

MONTEIRO, Nercilene S. da S. **Democratizar a informação para o desenvolvimento do conhecimento**: História, Ciências, Saúde. Manguinhos, Rio de Janeiro, v.26, n.1, jan.-mar., 2019, p. 299-318. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/s0104-59702019000100017>. Acesso em: jan. 2021

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. Tradução: Yara Aun Khouri. **Projeto História**, São Paulo, v. 10, pp. 7-28, jul./dez., 1993. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/12101>. Acesso em: Mar. 2021.

OLIVEIRA, Tânia Mara Marques de; BEDIN, Sonali Paula Molin. Diagnóstico de arquivo como instrumento de avaliação na gestão documental. **Ágora**, Florianópolis, v. 28, n. 56, pp. 115-135, jan./jun., 2017. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/download/48199#:~:text=O%20diagn%C3%B3stico%20%C3%A9%20um%20instrumento,e%20a%20sua%20necessidade%20real>. Acesso em: fev. 2021.

OLIVEIRA, Thaís Nodare. Gestão de documentos e centros de memória na Universidade Federal de Minas Gerais. In: VENÂNCIO, Renato Pinto (Org.). **Gestão de documentos em Minas Gerais**: experiências e perspectivas. Belo Horizonte: Fino Traço, 2020. pp. 264-288.

PARRELA, Ivana Denise.; SILVA, Maria Juliana Nunes da. A memória como critério de avaliação e como lastro para o produtor dos documentos arquivísticos: o caso Arquivo Público Mineiro. In: VENÂNCIO, Renato Pinto (Org.). **Gestão de documentos em Minas Gerais**: experiências e perspectivas. Belo Horizonte: Fino Traço, 2015. pp. 45-70.

PRATES, Mileny Aparecida Lacerda. **Patrimônio documental, memória e cidadania**: o acervo permanente da comarca de Viçosa e o direito à informação. Dissertação (Mestrado em Patrimônio Cultural, Paisagens e Cidadania) – Universidade Federal de Viçosa. Viçosa, MG,

2016. Disponível em: <http://www.locus.ufv.br/handle/123456789/10015>. Acesso em: nov. 2019.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento e silêncio. **Estudos históricos**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, pp. 3-15, 1989. Disponível em: [http://www.uel.br/cch/cdph/arqtxt/Memoria\\_esquecimento\\_silencio.pdf](http://www.uel.br/cch/cdph/arqtxt/Memoria_esquecimento_silencio.pdf). Acesso em: fev. 2021.

POMPERMAYER, Izabel Moraes. **Continuidades e descontinuidades da memória: um estudo sobre a Escola Superior de Agricultura e Veterinária de Viçosa**. Dissertação (Mestrado em Patrimônio Cultural, Paisagens e Cidadania) - Universidade Federal de Viçosa. Viçosa, MG, 2018.

PROST, Antoine. **Dose lições sobre a história**. Tradução Guilherme João de Freitas Teixeira. Coleção Histórias e Historiografias. São Paulo: Autentica, 2009.

RIBEIRO, Maria das Graças Marcelo. Caubóis e Caipiras. Os *land grant colleges* e a Escola Superior de Agricultura de Viçosa. **História da educação**, UFPel, Pelotas, n. 19, pp. 105-120, abr., 2006. Disponível em: <http://fae.ufpel.edu.br/asphe>. Acesso em: 18 nov. 2021.

RIOS, Heloiza Chaves. **História, memória e patrimônio científico: práticas de acompanhamento de egressos dos programas de pós-graduação da Universidade Federal de Viçosa – UFV (2013-2020)**. Dissertação (Mestrado em Patrimônio Cultural, Paisagens e Cidadania) - Universidade Federal de Viçosa. Viçosa, MG, 2022.

ROCHA, Claudia Lacombe; SILVA, Margareth. Padrões para garantir a preservação e o acesso aos documentos digitais. **Acervo**, Rio de Janeiro, v. 20, n. 1-2, pp. 113-124, jan./dez., 2007. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/v/44361>. Acesso em: fev. 2021.

RONCAGLIO, Cynthia. O papel dos arquivos das instituições federais de ensino superior e a experiência do Arquivo Central da Universidade de Brasília. **RICI – Revista Ibero-Americana de Ciência da Informação**, v. 9, n. 1, pp. 178-194, jan./jun., 2016. Disponível em: <https://scholar.google.com.br/citations?user=MM1FIX0AAAAJ&hl=pt-BR>. Acesso em: Fev. 2022.

ROSSATO, Flávia Helena Conrado; FLORES, Daniel. O documento arquivístico: reflexões acerca do patrimônio cultural. **ScientiaTEC: Revista de educação, ciência e tecnologia do IFRS**, Porto Alegre, v. 2, n. 3, pp. 35-47, jun./dez., 2015. Disponível em: <https://periodicos.ifrs.edu.br/index.php/ScientiaTec/article/view/1443>. Acesso em: fev. 2022.

SANTOS, Henrique Marcelo., FLORES, Daniel. Repositórios digitais confiáveis para documentos arquivísticos: ponderação sobre a preservação em longo prazo. **Perspectivas em ciência da informação**, v. 20, n. 2, pp. 198-218, abr./jun., 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/pci/v20n2/1413-9936-pci-20-02-00198.pdf>. Acesso: fev. 2021.

SANTOS, Eduardo Luiz dos. **Diagnóstico da situação arquivística da Universidade Federal de Viçosa**. Dissertação (Mestrado em Arquivologia) – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017.

SANTOS, Eduardo Luiz, INDOLFO, Ana Celeste. O Papel do “Diagnóstico” como instrumento de metodologia arquivística, **Anais do XVIII Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação**, Marília, São Paulo, p. 1-18, 2017. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/download/124948>. Acesso em: fev. 2021

SCHWARTZMAN, Simon. (Org.). **Os desafios da educação no Brasil**. São Paulo: Nova Fronteira, 2005. pp. 9-50. Disponível em: <http://www.schwartzman.org.br/simon/desafios/Sumario.html>. Acesso em: fev. 2021.

SILVA, Daniel Neves. Golpe militar de 1964 e o início da ditadura no Brasil. **Brasil Escola**. Site. Disponível em: <https://brasilecola.uol.com.br/historiab/golpe-militar.htm>. Acesso em: jan. 2023.

SILVA, William; FLORES, Daniel. Política arquivística de preservação digital. **Perspectivas...**, v. 23, n. 3, pp. 144-166, jul./set., 2018. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/1981-5344/3187>. Acesso em: fev. 2021.

TANNO, Janete Leiko. Centros de documentação e patrimônio documental: direito à informação, à memória e à cidadania. **Acervo**, Rio de Janeiro, v. 31, n. 3, pp. 88-101, set.-dez., 2018. Disponível em: <http://revista.arquivonacional.gov.br/index.php/revistaacervo/article/view/903>. Acesso em: fev. 2022.

TROUILLOT, Michel-Rolph. **Silenciando o passado: o poder e a produção da história**. Tradução de Sebastião Nascimento. Curitiba: Huya, 2016. 272 p.

VENÂNCIO, Renato Pinto. Arquivos Universitários no Brasil: esboço de uma cronologia. In: **Universidades e Arquivos: gestão, ensino e pesquisa**. Belo Horizonte: Fino Traço. 3 ed., 2015. pp. 33-48.

VENÂNCIO, Renato Pinto. Introdução. In: VENÂNCIO, Renato. **Gestão de documentos em Minas Gerais: experiências e perspectivas**. Belo Horizonte: Fino Traço, 2021. pp. 7-14.

VENANCIO, Renato Pinto. Digitalização e destruição: documento de arquivo, verdade histórica e *fake news*. In: FRANZINI, Fabio; LIMA, Luís Felipe Silvério. (Orgs.) **Olhar o abismo: visões sobre o passado e o presente do Brasil atual**. Vitória: Milfontes, 2021. pp. 15-24.

ZAMORA, Rosa Maria. Fernández. El patrimonio documental iberoamericano y el programa memoria del mundo de Unesco, una mirada histórica. **Acervo**, Rio de Janeiro, v. 26, n. 2, pp. 117-122, jul./dez., 2013. Disponível em: <http://revista.arquivonacional.gov.br/index.php/revistaacervo/article/view/518>. Acesso em: fev., 2021.

## FONTES

### ENTREVISTAS:

CASSIA, Aparecida Iria Rodrigues. **Entrevistado 04**. [nov. 2022]. Entrevistadora: Luciana de Souza Vilela. Viçosa, 2023.1 arquivo. mp4 (93,3 MB), (1h e 39min.). Entrevista concedida para a pesquisadora desta dissertação.

GONÇALVES, Maria José Mendonça. **Entrevistado 02**. [nov. 2022]. Entrevistadora: Luciana de Souza Vilela. Viçosa, 2023.1 arquivo. mp4 (57,7 MB), (1h e 01min.). Entrevista concedida para a pesquisadora desta dissertação.

GUIMARÃES, Hélio Armando Vidigal. **Entrevistado 12**. [fev. 2023]. Entrevistador: Luciana de Souza Vilela. Viçosa, 2023.1 arquivo. mp4 (84,9 MB), (1h e 30 min.). Entrevista concedida para a pesquisadora desta dissertação.

LEÃO, Marli Aparecida Costa Leão. **Entrevistado 06**. [nov. 2022]. Entrevistadora: Luciana de Souza Vilela. Viçosa, 2023.1 arquivo. mp4 (69,4 MB), (1h e 14 min.). Entrevista concedida para a pesquisadora desta dissertação.

LELIS, Vicente de Paula. **Entrevistado 07**. [dez. 2022]. Entrevistadora: Luciana de Souza Vilela. Viçosa, 2023.1 arquivo. mp4 (64 MB), (1h e 08 min.). Entrevista concedida para a pesquisadora desta dissertação.

MÁXIMO, José de Arimatéia. **Entrevistado 08**. [jan. 2023]. Entrevistadora: Luciana de Souza Vilela. Viçosa, 2023.1 arquivo. mp4 (38,2 MB), (40 min.). Entrevista concedida para a pesquisadora desta dissertação.

PEREIRA, Maria Goretti Fontes. **Entrevistado 03**. [nov. 2022]. Entrevistadora: Luciana de Souza Vilela. Viçosa, 2023.1 arquivo. mp4 (115,3 MB), (2h e 03 min.). Entrevista concedida para a pesquisadora desta dissertação.

RAMOS, Edson Martinho. **Entrevistado 05**. [nov. 2022]. Entrevistadora: Luciana de Souza Vilela. Viçosa, 2023.1 arquivo. mp4 (105,6 MB), (1h e 53 min.). Entrevista concedida para a pesquisadora desta dissertação.

REIS, Olga Maria Guimarães. **Entrevistado 11**. [fev. 2023]. Entrevistadora: Luciana de Souza Vilela. Viçosa, 2023.1 arquivo. mp4 (43,5 MB), (46 min.). Entrevista concedida para a pesquisadora desta dissertação.

RIOS, Heloisa Chaves. **Entrevistado 10**. [fev. 2023]. Entrevistadora: Luciana de Souza Vilela. Viçosa, 2023.1 arquivo. mp4 (36,8 MB), (39 min.). Entrevista concedida para a pesquisadora desta dissertação.

SOUZA, Sergio Ferreira de. **Entrevistado 01**. [nov. 2022]. Entrevistadora: Luciana de Souza Vilela. Viçosa, 2023.1 arquivo. mp4 (95,8 MB), (1h e 42 min.). Entrevista concedida para a pesquisadora desta dissertação.

VALENTE, Sebastião Ilson. **Entrevistado 09**. [fev. 2023]. Entrevistadora: Luciana de Souza Vilela. Viçosa, 2023.1 arquivo. mp4 (32,7 MB), (35 min.). Entrevista concedida para a pesquisadora desta dissertação.

#### **FONTES OFICIAIS DA UFV:**

UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA. **Estatutos da UFV até o estatuto vigente de 2019**. Arquivos da Secretária de Órgão Colegiados da UFV. Site. Disponível em: <https://www.soc.ufv.br/> Acesso em: Mar. 2023.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA. **Regimentos, atas e resoluções** de 1949 a 2013. Arquivos da Secretária de Órgão Colegiados da UFV. Site. Disponível em: <https://www.soc.ufv.br/> Acesso em: Mar. 2023.

#### **LEGISLAÇÕES:**

BRASIL. **Lei n. 4.845, de 19 de novembro de 1965**. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l4845.htm#:~:text=LEI%20N%C2%BA%204.845%2C%20DE%2019,o%20fim%20do%20per%C3%ADodo%20mon%C3%A1rquico](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l4845.htm#:~:text=LEI%20N%C2%BA%204.845%2C%20DE%2019,o%20fim%20do%20per%C3%ADodo%20mon%C3%A1rquico). Acesso em: fev. 2021.

BRASIL. **Decreto-lei n. 228 de fevereiro de 1967**. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decllei/1960-1969/decreto-lei-228-28-fevereiro-1967-376022-publicacaooriginal-1-pe.html> Acesso em: Fev. 2021.

BRASIL. **Decreto-lei n. 228, de 18 de fevereiro de 1967**. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/del0228.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del0228.htm) Acesso em: 27 fev. 2023.

BRASIL. **Lei n. 5.471, de 9 de julho de 1968**. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l5471.htm#:~:text=LEI%20N%C2%BA%205.471%2C%20DE%209%20DE%20JULHO%20DE%201968.&text=Disp%C3%B5e%20s%C3%B4bre%20a%20exporta%C3%A7%C3%A3o%20de%20livros%20antigos%20e%20conjuntos%20bibliogr%C3%A1ficos%20brasileiros](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l5471.htm#:~:text=LEI%20N%C2%BA%205.471%2C%20DE%209%20DE%20JULHO%20DE%201968.&text=Disp%C3%B5e%20s%C3%B4bre%20a%20exporta%C3%A7%C3%A3o%20de%20livros%20antigos%20e%20conjuntos%20bibliogr%C3%A1ficos%20brasileiros). Acesso em: 27 fev. 2023.

BRASIL. **Lei n. 5.433 de 08 de maio de 1968**. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l5433.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l5433.htm) Acesso em: 27 fev. 2023.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Presidência da República. Disponível: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao34.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao34.htm). Acesso em: fev. 2021.

BRASIL, **Lei n. 8.159, de 8 de janeiro de 1991**. Dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados e dá outras providências. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l8159.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8159.htm). Acesso em: fev. 2021.

BRASIL. **Lei n. 12.527 de 18 de novembro de 2011**. Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5, no inciso II do § 3 o do art. 37 e no § 2 o do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei n o 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei n.

11.111 de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei n. 8.159, de 8 de janeiro de 1991 e dá outras providências. Presidência da República. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2011/lei/112527.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/112527.htm). Acesso em: nov. 2020.

BRASIL, **Portaria n. 315 de 4 de abril de 2018**. Dispõe sobre os procedimentos de supervisão e monitoramento de instituições de educação superior. Diário Oficial Da União, Ministério da Educação. Disponível em: <https://abmes.org.br/arquivos/legislacoes/Port-MEC-315-2018-04-04.pdf> Acesso em: nov. 2020.

BRASIL. **Portaria do MEC n. 332, de 13 de março de 2020**. Dispõe sobre a alteração no prazo contido no caput do art. 45 da Portaria n. 315, de 4 de abril de 2018. Disponível em: <https://www.gov.br/pt-br/noticias/educacao-e-pesquisa/2022/05/governo-federal-define-prazos-para-conversao-de-acervo-academico-para-o-meio-digital>. Acesso em: fev. 2023.

BRASIL. **Decreto n. 10.278 de 18 de março de 2020**. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2019-2022/2020/decreto/D10278.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2020/decreto/D10278.htm) Acesso em: out. 2022.

BRASIL. **Portaria do MEC n. 360 de 18 de maio de 2022**. que dispõe sobre a conversão do acervo acadêmico para o meio digital. Disponível em: <https://abmes.org.br/arquivos/legislacoes/Portaria-mec-360-2022-05-18.pdf>. Acesso em: fev. 2023.

BRASIL. **Instrução normativa n. 73, de 5 de agosto de 2020**. Disponível em: <https://www.gov.br/plataformamaisbrasil/pt-br/legislacao-geral/instrucoes-normativas/instrucao-normativa-no-73-de-5-de-agosto-de-2020>. Acesso em: fev. 2023.

Norma regulamentadora n.6 (NR-6) Disponível em: <https://www.gov.br/trabalho-e-emprego/pt-br/aceso-a-informacao/participacao-social/conselhos-e-orgaos-colegiados/comissao-tripartite-partitaria-permanente/normas-regulamentadora/normas-regulamentadoras-vigentes/norma-regulamentadora-no-6-nr-6#:~:text=A%20Norma%20Regulamentadora%20n%C2%BA%206,setores%20ou%20atividades%20econ%C3%B4micas%20espec%C3%ADficas>. Acesso em: Jan. 2023.

MINAS GERAIS. **Lei n. 3214, de 16 de outubro de 1964**. Dispõe sobre a reestruturação dos cargos do serviço público civil do poder executivo, estabelece níveis de vencimentos e dá outras providências. Disponível em: [https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:minas.gerais:estadual:lei:1964-10-16;3214#:~:text=Lei%20n%C2%BA%203214%2C%20de%201964,\(Estadual%20%2D%20Minas%20Gerais\)%20%3A%3A&text=DISP%C3%95E%20SOBRE%20A%20REESTRUTURA%C3%87%C3%83O%20DOS,VENCIMENTOS%20E%20D%C3%81%20OUTRAS%20PROVID%C3%84NCIAS](https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:minas.gerais:estadual:lei:1964-10-16;3214#:~:text=Lei%20n%C2%BA%203214%2C%20de%201964,(Estadual%20%2D%20Minas%20Gerais)%20%3A%3A&text=DISP%C3%95E%20SOBRE%20A%20REESTRUTURA%C3%87%C3%83O%20DOS,VENCIMENTOS%20E%20D%C3%81%20OUTRAS%20PROVID%C3%84NCIAS). Acesso em: fev. 2021.

CONSELHO Nacional de Arquivos. **NOBRADE: Norma Brasileira de Descrição Arquivística**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2006. Disponível em: [https://www.gov.br/conarq/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/conarq\\_nobrade\\_resolucao\\_28.pdf](https://www.gov.br/conarq/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/conarq_nobrade_resolucao_28.pdf) Acesso em: set. 2021.

## ANEXOS

### ANEXO A: TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO – TCLE

Prezado(a) participante,

O Sr.(a) está sendo convidado(a) a participar como voluntário(a) da pesquisa intitulada **“Patrimônio Documental, História e Memória: Organização e constituição histórica do acervo acadêmico da Diretoria de Registro Escolar da UFV (1969-1990)”** desenvolvida por Luciana de Souza Vilela, discente do *Mestrado em Patrimônio Cultural, Paisagens e Cidadania da UFV*, sob orientação da Técnica em Assuntos Educacionais Dra. Ana Paula Ribeiro Freitas.

Nesta pesquisa pretendemos fazer uma reflexão sobre um arquivo acadêmico e sua forma de constituição e organização. A história do arquivo acadêmico da Diretoria de Registro Escolar da UFV remonta à época em que foi inaugurada a ESAV. Portanto, sua trajetória se confunde com a história da instituição, pois nela está inserido. São 95 anos produzindo e acumulando um patrimônio documental bastante rico ao longo deste tempo. É fundamental reconhecer a importância da história deste acervo e da reflexão sobre as memórias dos servidores envolvidos em sua gestão, para que se possa intervir adequadamente no acesso eficaz à informação e registro da memória institucional.

Os benefícios à sua participação serão indiretos. A pesquisa visa colaborar levando ao conhecimento público a importância do acervo como fonte de pesquisa, que por meio dos documentos ali salvaguardados, é possível descortinar o conhecimento histórico sobre os grupos que compunham o universo acadêmico no período, destarte a história do arquivo e dos servidores que trabalharam direta e indiretamente no acervo. Podendo também contribuir na facilitação do acesso a este acervo, tendo em vista a forma de organização das fontes, instrumentos de pesquisa que atendam às necessidades do pesquisador e da presença de espaço físico adequado para consulta ao acervo. A falta de acesso se reflete na ausência de pesquisas referentes a determinadas temáticas vinculadas à história da educação, história da UFV e do Brasil de modo geral, que poderiam dispor deste acervo como fonte primária. Para esta pesquisa não serão envolvidos menor de 18 anos e o procedimento será a coleta de dados em entrevista semiestruturada com perguntas abertas que duram cerca de 30 a 60 minutos.

Os riscos envolvidos, devido ao momento de pandemia do COVID 19, causada pelo SARS-COV-2, as entrevistas poderão ser realizadas presencialmente ou virtualmente, a critério do(a) entrevistado(a), desde que observado todos os protocolos de biossegurança recomendados pelo Ministério da Saúde, Anvisa e Universidade Federal de Viçosa, dentre outros órgãos e

estando o entrevistado(a) ciente de que há riscos de contaminação. Caso haja a opção pela entrevista presencial, com vistas a minimizar os riscos de contaminação pelo SARS-COV 2, serão utilizados todos os protocolos, como uso de máscara, distanciamento de dois metros entre as pessoas, uso de álcool em gel, não compartilhamento de gravadores e outros objetos de uso pessoal. As entrevistas também poderão ser realizadas de forma remota por meio de serviço de comunicação por vídeo, como WhatsApp, Google Meet, dentre outros, conforme acordado previamente com o(a) entrevistado(a). Se a opção for virtual existem riscos de quebra de privacidade, divulgação involuntária de imagens e dados pessoais do participante. Com vistas a minimizar estes riscos será usado equipamento para armazenamento que não estarão ligados a rede de internet e serão manipulados somente pelos pesquisadores. Em ambos os casos, de entrevista virtual ou presencial, há também o risco de cansaço, desconforto, vergonha, medo ou constrangimento. Para minimizar estes riscos, o presente pesquisador se propõe a criar um ambiente confortável e seguro para o(a) entrevistado(a) passando confiança de que haverá o tempo todo um clima de diálogo e aberto para interrupções a todo o momento se assim o(a) entrevistado(a) desejar, perspectiva de anonimato, caso não haja autorização de explícito de uso do nome e/ou imagem. O entrevistado pode solicitar a qualquer momento interromper a entrevista caso sinta cansaço ou desconforto e o direito de não responder qualquer questão que considere inconveniente. O ambiente para as entrevistas tanto presencial, quanto virtual será o mais reservado possível. Será preparada uma sala na Diretoria de Registro Escolar. O local será bem ventilado, com boa iluminação natural e fácil acesso. Ainda lhe será garantido o sigilo dos dados e o seu direito de retirar o consentimento e a não divulgação dos dados coletados na entrevista. Todo material coletado, (gravações e anotações) serão guardados em segurança sob a responsabilidade de Luciana de Souza Vilela, com a garantia do sigilo e confidencialidade e poderão ser destruídos após a pesquisa.

Para participar deste estudo o (a) Sr.(a) não terá nenhum custo, nem receberá qualquer vantagem financeira. Os benefícios serão estendidos a toda comunidade que receberá no fim do estudo, uma pesquisa inédita trazendo a este grupo o seu devido reconhecimento no campo do patrimônio histórico e cultural. Acredita-se ainda que seja também um objeto de discussão no campo acadêmico e em toda a comunidade. Caso aconteça eventuais danos, identificados e comprovados, decorrentes da pesquisa, o Sr.(a) tem assegurado o direito a indenização. Tem plena liberdade de recusar-se a participar ou retirar seu consentimento, em qualquer fase da pesquisa, sem necessidade de comunicado prévio. A sua participação é voluntária e a recusa em participar não acarretará qualquer penalidade ou modificação na forma em que o Sr.(a) é atendido(a) pelo pesquisador. Os resultados da pesquisa estarão à sua disposição quando

finalizada. O(a) Sr.(a) não será identificado(a) em nenhuma publicação que possa resultar. Seu nome ou o material que indique sua participação não serão liberados sem a sua permissão.

Este termo de consentimento encontra-se impresso em duas vias originais, sendo que uma será arquivada pelo pesquisador responsável, em local de absoluta segurança e sigilo e a outra será fornecida ao Sr.(a), orientamos que guarde uma cópia do documento. Os pesquisadores tratarão a sua identidade com padrões profissionais de sigilo e confidencialidade, atendendo à legislação brasileira, em especial, à Resolução 466/2012 do Conselho Nacional de Saúde, e utilizarão as informações somente para fins acadêmicos e científicos.

Eu \_\_\_\_\_, contato \_\_\_\_\_, fui informado(a) dos objetivos da pesquisa **“Patrimônio Documental, História e Memória: Organização e constituição histórica do acervo acadêmico da Diretoria de Registro Escolar da UFV (1969-1990)”** de maneira clara e detalhada e esclareci minhas dúvidas. Sei que a qualquer momento poderei solicitar novas informações e modificar minha decisão de participar, se assim o desejar.

Declaro que concordo em participar e que as informações coletadas sejam utilizadas nesta pesquisa. Recebi uma via original deste Termo de Consentimento Livre e Esclarecido e me foi dada a oportunidade de ler e esclarecer minhas dúvidas.

Pesquisadora responsável: Ana Paula Ribeiro Freitas – e-mail: [anapaula.freitas@ufv.br](mailto:anapaula.freitas@ufv.br)

Pesquisadora assistente: Luciana de Souza Vilela – e-mail: [Luciana.vilela@ufv.br](mailto:Luciana.vilela@ufv.br)

Em caso de discordância ou irregularidades sob o aspecto ético desta pesquisa, você poderá consultar:

**Universidade Federal de Viçosa**

C–P - Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos

Edifício Arthur Bernardes, subsolo

Av. PH Rolfs, s/n – Campus Universitário -Viçosa/MG CEP: 36570-900

Telefone: (31) 3612-2316 **E-mail:** [cep@ufv.br](mailto:cep@ufv.br)

Viçosa, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ 2023

---

Assinatura do(a) Participante

---

Assinatura do(a) Pesquisador

**ANEXO B: TERMO DE AUTORIZAÇÃO PARA UTILIZAÇÃO DE IMAGEM E SOM DE VOZ PARA FINS DE PESQUISA.**

Eu, \_\_\_\_\_ autorizo a utilização da minha imagem e som de voz, na qualidade de participante/entrevistado (a) no projeto de pesquisa intitulado, “**Patrimônio Documental, História e Memória: Organização e constituição histórica do acervo acadêmico da Diretoria de Registro Escolar da UFV (1969-1990)**” sob responsabilidade de Ana Paula Ribeiro Freitas vinculado(a) ao *Mestrado em Patrimônio Cultural, Paisagens e Cidadania* da Universidade Federal de Viçosa. Minha imagem e som de voz podem ser utilizadas apenas para análise da Pesquisadora em questões constantes na dissertação como para um produto acadêmico um material a ser produzido para fins de divulgação e valorização da história do acervo acadêmico da UFV, bem como dos servidores que trabalharam direta e indiretamente com o acervo, que será disponibilizado no arquivo central da Instituição, e veiculado em conferências acadêmicas, atividades educacionais associadas ao tema do patrimônio arquivístico e da história da UFV.

Tenho ciência de que não haverá divulgação da minha imagem nem som de voz por qualquer meio de comunicação, sejam elas televisão, rádio ou internet, sem que haja minha autorização, exceto nas atividades vinculadas ao ensino e à pesquisa explicitadas acima. Tenho ciência também de que a guarda e demais procedimentos de segurança com relação às imagens e sons de voz são de responsabilidade do (a) pesquisador (a) responsável.

Deste modo, declaro que autorizo, livre e espontaneamente, o uso para fins de pesquisa, nos termos acima descritos, da minha imagem e som de voz. Este documento foi elaborado em duas vias: uma ficará com o (a) pesquisador (a) responsável pela pesquisa e a outra com o (a) participante.

\_\_\_\_\_  
Assinatura do (a) participante

\_\_\_\_\_  
Assinatura do (a) pesquisador

Viçosa \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2023.

## ANEXO C: ROTEIRO DE ENTREVISTAS TEMÁTICAS

### Informações Gerais:

Nome entrevistado (a): \_\_\_\_\_ Idade \_\_\_\_\_

Endereço: \_\_\_\_\_

Tempo de trabalho na UFV: \_\_\_\_\_

### PARTE I. Processos de constituição histórica da Diretoria de Registro Escolar da UFV:

1. O (a) sr. (sra.) poderia contar um pouco da história que você conhece da UFV após a federalização?
3. Quando o (a) sr. (sra.) entrou na UFV? Ainda trabalha na UFV ou já se aposentou? Se não trabalha mais, faz quanto tempo?
4. Porque o (a) sr. (sra.) veio trabalhar aqui na UFV? (morava na cidade, algum conhecido que já trabalhava aqui, família, parente etc.).
5. Começou a trabalhar na DRE (que antes era Registro Escolar) ou trabalhou em outros órgãos da UFV antes?
6. Quantos funcionários trabalhavam no setor, na época de sua admissão ao quadro de funcionário do Registro Escolar?
7. Começou trabalhando em que seção?
8. Lembra-se de quem era o Diretor ou Chefe da DRE quando foi admitida?
9. Você se lembra quais setores existiam na DRE quando você ingressou e se houve mudanças no organograma da DRE durante o período em que você trabalhou lá (ou: desde que você trabalha lá)?
10. O que você recorda a respeito de mudanças ocorridas na DRE desde sua entrada até hoje?
11. Fale um pouco das coisas boas e dificuldades de se trabalhar na DRE.

### PARTE II: Formação, constituição histórica, organização e gestão do Acervo Acadêmico da Diretoria de Registro Escolar da UFV:

1. O (a) sr. (sra.) trabalha direta ou indiretamente com o arquivo acadêmico da DRE?
2. Quando teve contato com o acervo pela primeira vez, qual foi a sua impressão?
3. Quantos funcionários trabalhavam com o acervo e quais eram seus cargos?
4. Como eram arquivados os documentos? Estavam todos no mesmo lugar ou lugares distintos?
5. O que achou da forma de acessá-los?
6. Quais situações mais difíceis você experimentou quando precisou de acesso ao acervo?

7. Que tipo de documentos são guardados neste acervo e o que informam?
8. Quais histórias lhe contaram sobre o acervo e todo o seu percurso desde a criação da instituição?
9. Tem conhecimento das solicitações de acesso às informações do acervo que são feitas?
10. Em caso positivo, essas solicitações eram feitas por pessoas de dentro da própria instituição ou de fora?
11. Você sabe para quais finalidades estas informações eram solicitadas?
12. Você se lembra de alguma experiência marcante do propósito destas solicitações? Pode nos contar um pouco? Foi possível atender a demanda? Como?
13. Quais documentos mais interessantes, você lembra de ter visto enquanto buscava ou organizava documentos no acervo?
14. O (a) sr. (sra.) se lembra das mudanças que ocorreram no arquivo desde sua entrada na DRE até os dias de hoje? Ouviu alguma história de acontecimentos e mudanças antes da sua entrada?

**PARTE III: História e memória da DRE e de seu Acervo Acadêmico nos anos iniciais à federalização e período da ditadura militar (1969-1990):**

1. Você trabalhou na DRE nos primeiros anos após a federalização ou conhece alguém que trabalhou na DRE neste período?
2. Em caso positivo, fale um pouco sobre as mudanças que a DRE passou neste processo de federalização.
3. Quais os principais desafios que a DRE enfrentou até início dos anos 1990?
4. Quais os principais desafios que o acervo acadêmico da DRE enfrentou com a federalização?
5. Você acredita que o volume documental foi ampliado após a federalização?
6. Houve aumento no número de matrículas e de cursos na UFV?
7. Este aumento no número de matrículas gerou dificuldades na gestão destes documentos?
8. Neste período, você acredita que existia uma política de gestão documental?
9. Neste período, os servidores do acervo acadêmico possuíam alguma qualificação ou eram ofertados cursos para aprender a organizar a documentação? Se existiam tais cursos, você se lembra como eram estes cursos?
10. Com o fim da ditadura militar no Brasil e promulgação da constituição de 1988, houve alguma mudança importante na legislação que impactou na DRE ou na organização dos documentos do acervo acadêmico?
11. Quais histórias você se lembra de ouvir a respeito da DRE e do acervo acadêmico do Registro Escolar por parte dos funcionários mais antigos do setor?

12. Naquele período, vocês possuíam algum conhecimento com a gestão documental realizada em outras universidades federais? Havia algum diálogo entre outras Diretorias de Registro Escolar a respeito da organização documental?

13. Você se lembra de ter em algum momento, certa preocupação a respeito da importância do acervo enquanto patrimônio histórico da universidade? Havia ações a respeito do tema ou nada era posto em prática, diante das dificuldades de recursos?

#### **PARTE IV: Tecnologia da Informação nos arquivos públicos universitários:**

1. O (a) sr. (sra.) se lembra de quando e como se deu os usos do banco de dados para a organização, proteção e acesso às informações do acervo?

2. Quem estava na Chefia na época?

3. Este início do uso de banco de dados foi feito por funcionários da própria instituição ou por empresas particulares de fora da instituição? Como foi o processo?

4. É possível acessar hoje o que foi feito naquela época ou este trabalho “migrou” para outros programas? Em caso de “migração”, você sabe como ocorreu essa migração?

5. Quais programas temos hoje na DRE utilizados para acesso a informações ao acervo?

6. O (a) sr. (sra.) tem conhecimentos se estão sendo feitas mudanças neste campo de TI (Tecnologia de informação) em relação à administração e acesso aos dados contidos no arquivo acadêmico da DRE? Se sim, quais são estas mudanças e o que pensa sobre elas?

#### **PARTE V: O futuro do Arquivo Acadêmico da Diretoria de Registro Escolar da UFV:**

1. Além dos usos mais comuns de busca de informações pessoais e acadêmicas por parte de alunos e professores, que outra utilização você acredita que este acervo pode ter?

2. O (a) sr. (sra.) ainda faz parte do quadro de funcionários do Registro Escolar? Se sim, o que acha que poderia ser feito para que o acervo seja mais bem explorado enquanto fonte de informações para gestão, pesquisa e acesso aos cidadãos?

3. Gostaria de acrescentar alguma ideia, experiência ou informação sobre a DRE e/ou o acervo acadêmico?

**ANEXO D: REGIMENTO INTERNO DA DRE – 1994**

UFV/SGP - ESTRUTURA ORGÂNICA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA (TEXTOS)-1995  
PAC/DIRETORIA DE REGISTRO ESCOLAR - RES

40.08 1

**DIRETORIA DE REGISTRO ESCOLAR  
ESTATUTO DA UFV - PORTARIA Nº 465/78 DO MEC**

- a) Centralizar o serviço de registro da vida escolar dos alunos, transferências e promoções, compreendendo inscrição, admissão, matrícula, créditos e opções, graduação e preparação dos respectivos diplomas, dentro das normas estabelecidas, em regimento, pelos Conselhos Técnicos de Graduação e Pós-Graduação;
- b) Coordenar a elaboração e publicação dos horários de aulas e exames;
- c) Elaborar o projeto de calendário escolar para aprovação da Coordenação de Ensino, Pesquisa e Extensão;
- d) Proceder ao registro de diplomas e certificados nos termos da legislação vigente;
- e) Encarregar-se da distribuição de material informativo e da prestação de informações referentes a oportunidades de ensino e aspectos correlatos oferecidas pela Universidade.

**DIRETOR-ASSISTENTE**

- a) Substituir o diretor da unidade em suas faltas ou em seus impedimentos;
- b) Assessorar o diretor da unidade nos assuntos relacionados com as atividades da unidade;
- c) Representar o diretor sempre que solicitado;
- d) Coordenar o desenvolvimento, a manutenção e a execução de procedimentos computacionais para o processamento de dados acadêmicos.

**1 - SEÇÃO DE EXPEDIENTE**

- a) Coordenar e executar os trabalhos de rotina administrativa da unidade;
- b) Distribuir tarefas e orientar trabalho de pessoal auxiliar;
- c) Redigir, datilografar e expedir ofícios, memorandos e outros documentos de interesse da unidade;
- d) Coordenar os trabalhos de protocolo e distribuição de processos, correspondências e demais documentos;
- e) Coordenar as atividades de arquivamento de documentos da unidade;
- f) Manter atualizada a agenda da chefia;
- g) Preparar convocações, pauta e documentos para as reuniões, bem como secretariar estas e lavrar atas;

- h) Efetuar o controle de freqüência e escala de férias de pessoal;
- i) Coordenar e controlar a requisição de bens e serviços;
- j) Promover o cumprimento de disposições regulamentares, decisões e instruções superiores;
- k) Zelar pela limpeza e conservação das dependências e dos equipamentos da unidade.

#### 2 - SEÇÃO DE MATRÍCULA

- a) Planejar, coordenar e executar a matrícula dos alunos dos cursos de graduação;
- b) Confeccionar o horário geral de aulas da Instituição, o individual do aluno e encaminhar o dos professores aos departamentos;
- c) Manter atualizados o plano de estudo e o histórico escolar do aluno;
- d) Encaminhar demanda definitiva aos departamentos;
- e) Preparar relatórios de dados acadêmicos do Registro Escolar;
- f) Manter atualizado o cadastro de disciplinas, de professores e de dados pessoais;
- g) Emitir folha de conceito, de aproveitamento escolar, controle de freqüência e listagens diversas referentes a dados acadêmicos de graduação;
- h) Manter atualizado o arquivo dos programas analíticos de disciplinas;
- i) Controlar e emitir carteiras de estudantes de graduação.

#### 3 - SEÇÃO DE ATENDIMENTO AO PÚBLICO

- a) Coordenar as atividades de recepção e atendimento ao público, providenciando o solicitado;
- b) Prestar informações sobre a legislação referente à área acadêmica;
- c) Atualizar dados pessoais dos alunos regularmente matriculados, sempre que necessário;
- d) Fazer triagem dos assuntos a serem discutidos com as demais seções deste órgão.

#### 4 - SEÇÃO DE CURSOS ESPECIAIS

- a) Manter controle sobre todos os participantes de atividades de extensão realizadas na Instituição;
- b) Providenciar a inscrição dos interessados nos eventos, controlando o preenchimento das vagas;
- c) Emitir atestados e certificados de participação em eventos especiais;

- d) Datilografar listagem, em ordem alfabética, dos inscritos em cada evento e enviar aos coordenadores;
- e) Registrar cursos de especialização de pós-graduação "lato sensu";
- f) Emitir certificados e histórico escolar aos aprovados;
- g) Receber os processos de cada curso, mantendo-os em arquivo próprio;
- h) Emitir dados estatísticos referentes à seção.

#### 5 - SEÇÃO DE REGISTRO DE DIPLOMAS

- a) Analisar os históricos escolares de acordo com a legislação em vigor e registrar os diplomas expedidos pela Instituição;
- b) Providenciar relação dos formandos, com dados atualizados, para confecção de diplomas, atestados e históricos escolares;
- c) Coletar as assinaturas das autoridades competentes nos diplomas após a colação de grau;
- d) Registrar e lavar apostilas nos diplomas revalidados pela Instituição;
- e) Registrar os certificados de cursos especiais e cursos de especialização em nível de pós-graduação (lato sensu);
- f) Preencher formulários de caráter administrativo que envolvam determinações do MEC e de outros órgãos.

#### 6 - SEÇÃO DE HISTÓRICOS ESCOLARES

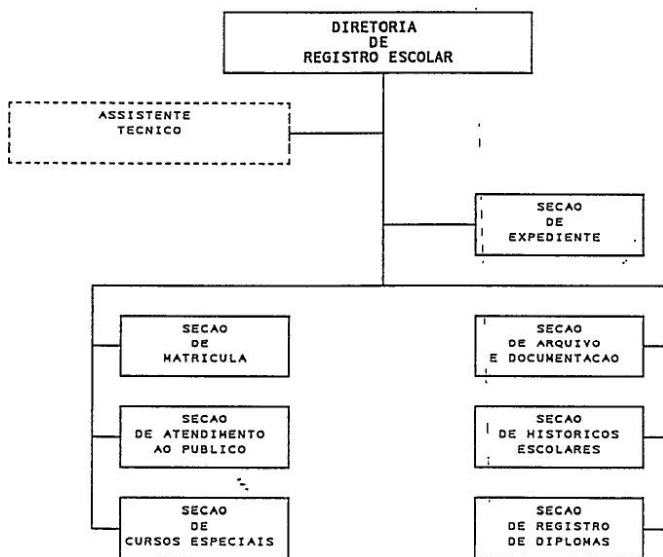
- a) Coordenar a emissão de históricos escolares dos formandos de cursos de graduação, pós-graduação e outros, periodicamente;
- b) Manter atualizados os históricos escolares dos alunos com o curso em andamento;
- c) Emitir certificado de especialização dos cursos da UFV;
- d) Emitir atestado de matrícula nos cursos de graduação e pós-graduação, de bolsistas e alunos aprendizes, de renovação de visto de graduação e pós-graduação, de atividades didáticas e de defesa de tese;
- e) Emitir guia de transferência;
- f) Emitir certificado e atestado de conclusão de curso de graduação e pós-graduação;
- g) Preencher fichas dos alunos de graduação e de pós-graduação e manter o arquivo atualizado;

- h) Analisar o histórico escolar para desligamento da graduação e da pós-graduação, trancamento de matrícula, cancelamento de inscrição em disciplinas, afastamento especial e afastamento;
- i) Emitir quadro demonstrativo dos alunos da graduação;
- j) Coordenar a matrícula de pós-graduação e de estudantes estrangeiros na graduação;
- k) Emitir folha de frequência, de aproveitamento escolar e de conceito final da pós-graduação;
- l) Emitir carteira de estudante da pós-graduação.

#### 7 - SEÇÃO DE ARQUIVO E DOCUMENTAÇÃO

- a) Coordenar e supervisionar o arquivo de documentos relacionados com a vida escolar de cada estudante;
- b) Manter atualizado o cadastro dos alunos regularmente matriculados;
- c) Providenciar a microfilmagem, após análise, dos documentos mais significativos dos ex-alunos da Instituição;
- d) Controlar e atualizar os cadastros de ex-alunos já microfilmados;
- e) Planejar, controlar e executar a matrícula dos aprovados no Vestibular;
- f) Planejar, controlar e emitir a listagem de alunos matriculados, formados e respectivos endereços.

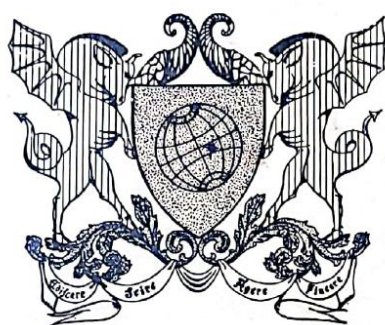
ESTRUTURA ORGANICA DA DIRETORIA DE REGISTRO ESCOLAR



UFV/SGP  
SET/94

## ANEXO E: RELATÓRIO ANUAL DA DRE EM 1972

003

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA****RELATÓRIO ANUAL  
DO  
SERVIÇO DE REGISTRO ESCOLAR  
E  
SECRETARIA GERAL**

VIÇOSA — MINAS GERAIS

1972

Magnífico Reitor,

Em cumprimento de exigência regulamentar, apresentamos a Vossa Magnificência o relatório deste Serviço de Registro Escolar, referente ao ano de 1972.

Neste trabalho são objeto de nossas informações:

1. Corpo Docente
  - 1.1. Professores Titulares
  - 1.2. Professores Adjuntos
  - 1.3. Professores Assistentes
  - 1.4. Auxiliares de Ensino
  - 1.5. Contratados
  - 1.6. Técnicos em Educação Física
  - 1.7. Professores em Viagem de Estudo
2. Movimento Didático
  - 2.1. Exames Vestibulares
    - 2.1.1. Agronomia
    - 2.1.2. Florestas
    - 2.1.3. Ciências Biológicas
    - 2.1.4. Química
    - 2.1.5. Matemática
    - 2.1.6. Economia Doméstica
    - 2.1.7. Pedagogia
    - 2.1.8. Curso de Administração do Lar
    - 2.1.9. Escola Média de Agricultura de Florestal
    - 2.1.10. Colégio Universitário
  3. Formaturas
    - 3.1. Técnicos Agrícolas
    - 3.2. Administradoras do Lar
    - 3.3. Licenciadas em Economia Doméstica
    - 3.4. Colégio Universitário
    - 3.5.1. Magister Science
    - 3.5.2. Engenheiros-Agrônomos
    - 3.5.3. Engenheiros-Florestais

4. Movimento Administrativo
  - 4.1. Portarias da Reitoria
    - 4.1.2. Designando
    - 4.1.3. Concedendo Diárias
    - 4.1.4. Transferindo
    - 4.1.5. Exonerando
    - 4.1.6. Nomeando
    - 4.1.7. Diversos
  - 4.2. Reuniões do Conselho Universitário
    - 4.2.1. Reunião do dia 7 de março de 1972
    - 4.2.2. Reunião do dia 26 de abril de 1972
    - 4.2.3. Reunião do dia 28 de junho de 1972
    - 4.2.4. Reunião do dia 1º de setembro de 1972
    - 4.2.5. Reunião do dia 27 de setembro de 1972
    - 4.2.6. Reunião do dia 16 de outubro de 1972
    - 4.2.7. Reunião do dia 26 de outubro de 1972
    - 4.2.8. Reunião dos dias 16 e 17 de novembro de 1972
    - 4.2.9. Reunião do dia 18 de dezembro de 1972
  - 4.3. Reuniões do Conselho Diretor
    - 4.3.1. Reunião do dia 26 de junho de 1972
    - 4.3.2. Reunião do dia 4 de setembro de 1972
    - 4.3.3. Reunião do dia 24 de novembro de 1972
  - 4.4. Reuniões da Coordenação de Ensino, Pesquisa e Extensão.
    - 4.4.1. Reunião do dia 22 de fevereiro de 1972
    - 4.4.2. Reunião do dia 23 de março de 1972
    - 4.4.3. Reunião do dia 23 de março de 1972
    - 4.4.4. Reunião do dia 15 de maio de 1972
    - 4.4.5. Reunião do dia 25 de maio de 1972
    - 4.4.6. Reunião do dia 21 de junho de 1972
    - 4.4.6a. Reunião do dia 22 de agosto de 1972
    - 4.4.7. Reunião do dia 30 de agosto de 1972
    - 4.4.8. Reunião do dia 5 de outubro de 1972
    - 4.4.9. Reunião do dia 28 de outubro de 1972
    - 4.4.10. Reunião do dia 13 de novembro de 1972
    - 4.4.11. Reunião do dia 6 de dezembro de 1972

## 5. Cursos de Pós-Graduação

- 5.1.1. Sem Área Especificada
- 5.1.2. Biologia (especial)
- 5.1.3. M.S. Biologia
- 5.1.4. Economia Rural (especial)
- 5.1.5. M.S. Economia Rural
- 5.1.6. D.S. Economia Rural
- 5.1.7. M.S. Engenharia Agrícola
- 5.1.8. M.S. Extensão Rural
- 5.1.9. M.S. Fisiologia Vegetal
- 5.1.10. Fitotecnia (Especial)
- 5.1.11. M.S. Fitotecnia
- 5.1.12. Matemática (Especial)
- 5.1.13. M.S. Microbiologia Agrícola
- 5.1.14. D.S. Zootecnia
- 5.1.15. Zootecnia (Especial)
- 5.1.16. M.S. Zootecnia

- 6. Secretaria
- 6.1. Pessoal
- 6.2. Mobiliário
- 6.3. Arquivo
- 6.4. Correspondência
- 7. Quadros Estatísticos

Atenciosamente,



Secretario Geral

Ex.<sup>mo</sup> Sr.  
Dr. Erly Dias Brandão  
Magnífico Reitor da U.F.V.  
NESTA

**ANEXO F: RELATÓRIO ANUAL DO DRE – 1977**

003

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA**  
**SERVIÇO DE REGISTRO ESCOLAR**

**RELATÓRIO**  
**DE**  
**ATIVIDADES**  
**1977**

**VIÇOSA — MINAS GERAIS**

III

## SERVIÇO DE REGISTRO ESCOLAR

DIRETOR: João da Cruz Filho

ASSESSOR: Roberto Teixeira

## CHEFES DE SETORES:

Pós-Graduação: Sebastião Secundino da Silva

Graduação: Hélio Armando Vidigal Guimarães

Cursos Especiais: Aloisio Pereira Santiago

## APÓIO ADMINISTRATIVO:

Alexandre Bispo de Miranda  
Geraldo Eustáquio Reis  
Geraldo Magela Lopes Rosado  
José Fábio de Araújo  
José Martins Teixeiras  
José Miguel Nogueira  
Lídia Maria Teixeira Einloft  
Márcia Alves Vieira  
Margarida Maria Amaral Andrade  
Maria das Graças Rodrigues de Freitas  
Maria Helena Fortes  
Maria José de Almeida Guerra  
Maria Lília Pereira Torres Rosado  
Maria Terezinha Ferreira  
Maria Terezinha Fonseca de Oliveira  
Marli Aparecida Costa  
Neiva Vieira de Paula Sant'Anna  
Paulino de Souza  
Robert Lagesse (Visitante)  
Sílvia Maria Coelho

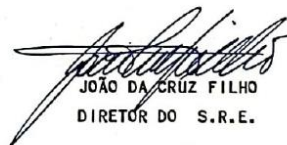
V  
  
A P R E S E N T A Ç Ã O

O SERVIÇO DE REGISTRO ESCOLAR DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA, COM ESTE RELATÓRIO DE ATIVIDADES, REFERENTE AO ANO DE 1977, ESPERA OFERECER UM DEMONSTRATIVO DO TRABALHO EXECUTADO, ATRAVÉS DE QUADROS DE MATRÍCULA EM DISCIPLINAS, TRANCAMENTOS, CANCELAMENTOS, DIPLOMAÇÃO ETC., EM ATENDIMENTO AOS DISCENTES, DOCENTES, E AO PESSOAL ADMINISTRATIVO DA U.F.V.

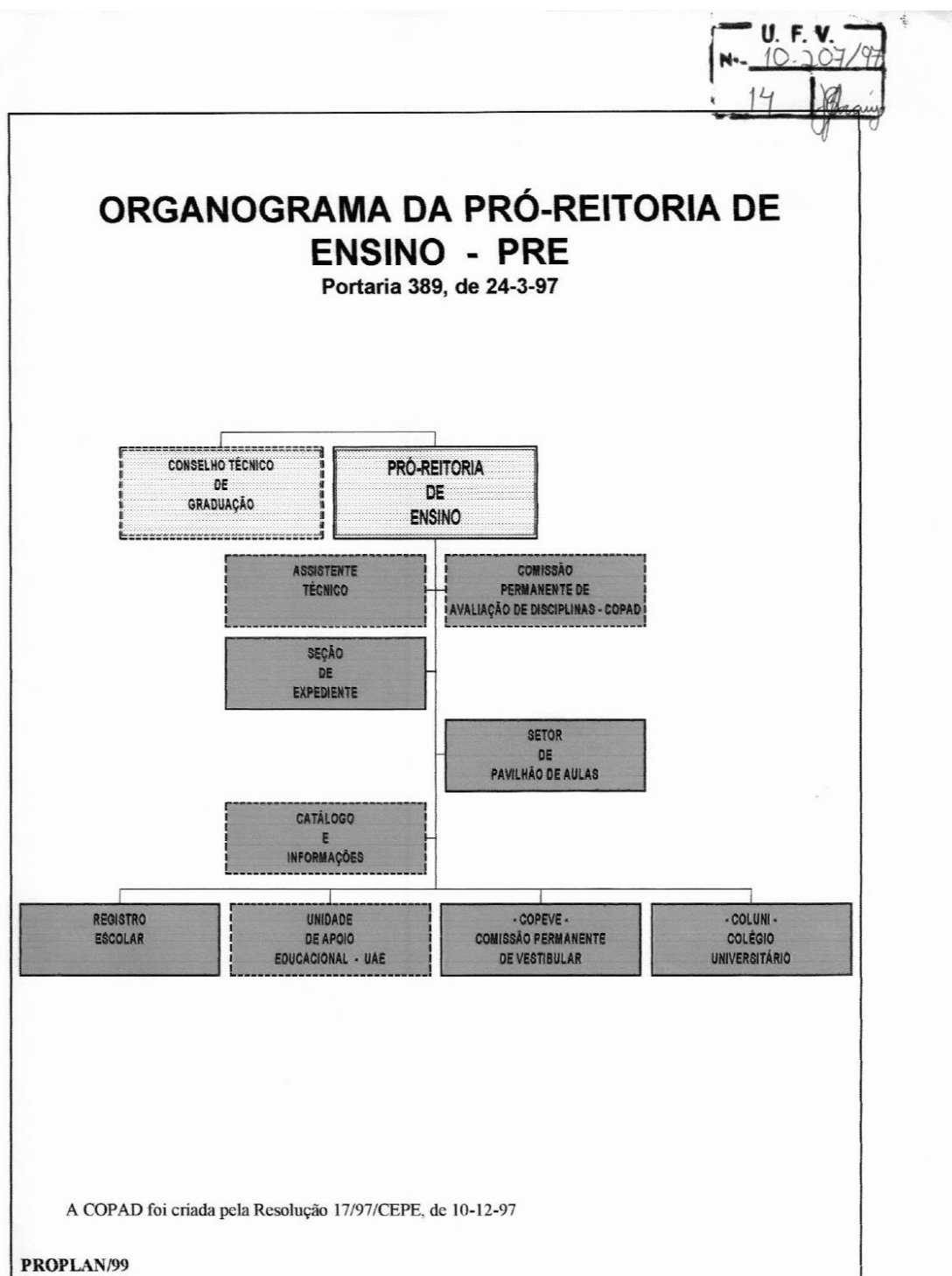
O SERVIÇO DE REGISTRO ESCOLAR, ACREDITA QUE ESTE DOCUMENTO SERVIRÁ PARA FUNDAMENTAR PROPOSIÇÕES E PRESTAR INFORMAÇÕES AOS ÓRGÃOS QUE DELAS NECESSITAREM.

FINALMENTE, AGRADECE ÀQUELES QUE, COM DEDICAÇÃO, PERMITIRAM O ÊXITO DOS TRABALHOS REALIZADOS NO ANO PASSADO.

VIÇOSA, FEVEREIRO DE 1978

  
JOÃO DA CRUZ FILHO  
DIRETOR DO S.R.E.

## ANEXO G: ORGANOGRAMA DA PRE EM 1997



## ANEXO H: ATO DE CONSTITUIÇÃO DA COMISSÃO DE IMPLANTAÇÃO DO ACERVO DIGITAL



*Campus Universitário - Viçosa, MG - 36570-900 - Telefone: (31) 3899-1235 - e-mail: pre@ufv.br*

### ATO Nº 028/2021/PRE, de 19/05/2021.

O Pró-Reitor de Ensino da Universidade Federal de Viçosa, no uso de suas atribuições, conferidas pela Portaria nº. 0562/2019, de 29/05/2019, publicada no Diário Oficial da União, de 30/05/2019, considerando a competência delegada pela Portaria 0882/2008, resolve

designar os servidores técnico-administrativos MARGARETH MACHADO DUARTE, matrícula 7319-9/UFV, AGNALDO HENRIQUE SILVA FONSECA, matrícula 8929-X/UFV, BENÍCIO JOSÉ DE ALMEIDA RAMALHO, matrícula 7318-0/UFV, DJENANE FERREIRA PENA, matrícula 11905-9/UFV, LUCIANA DE SOUZA VILELA, matrícula 8904-4/UFV, MARIZA SILVA SANTOS DIAS, matrícula 8270-8/UFV, PATRÍCIA DA SILVA FONSECA, matrícula 10725-5/UFV, PAULO HENRIQUE DAMASCENO NOGUEIRA, matrícula 8462-X/UFV e RAFAEL MATIAS DE ABREU, matrícula 10796-4/UFV para, sob a presidência da primeira, constituírem Comissão para analisar soluções para implantação do acervo digital dos documentos acadêmicos, por um período de um ano.

Publique-se e cumpra-se.

Documento assinado digitalmente  
João Carlos Pereira da Silva  
Data: 02/06/2021 13:37:36-0300  
CPF: 278.974.276-68

Prof. João Carlos Pereira da Silva,  
Pró-Reitor de Ensino.

**ANEXO I – PORTARIA COM A MUDANÇA DA CPAD**

Ministério da Educação  
 Universidade Federal de Viçosa  
 Campus Viçosa  
 Reitoria

**PORTARIA N. 0236/2023, DE 23/03/2023**

O Reitor da Universidade Federal de Viçosa, no uso de suas atribuições, conferidas pelo Decreto de 23/05/2019, publicado no Diário Oficial da União de 24/05/2019, considerando o disposto no art. 3º da Resolução n. 14/2022/Consu, e o que consta do Processo SEI 23114.907150/2021-05, resolve

1. instituir a Comissão Permanente de Avaliação de Documentos da Universidade Federal de Viçosa (CPAD/UFV);

2. designar os servidores abaixo para constituírem a referida Comissão:

<b>Nome</b>	<b>Membro</b>	<b>Matrícula/UFV</b>	<b>Representantes</b>
Eduardo Luiz dos Santos	Titular	10445-0	DHI
Eric Rodrigues	Suplente	13062-1	CAF
Nanci Fernandes de Paula	Titular	11571-1	RTR
Robson Luís da Silva	Suplente	11269-0	RTR
Fabio Janderson Miguel Reis	Titular	11665-3	BBT
Ronaldo de Carvalho Martins	Suplente	11597-5	BBT
Vanessa Lana	Titular	11711-0	CCH
Rosália Beber de Souza	Suplente	8576-6	CCH
Rosângela de Fatima Ramos	Titular	11742-0	PGP
Fabiana Barbosa Fialho	Suplente	8478-6	PGP
Luciana de Souza Vilela	Titular	8904-0	RES
Edson Martinho Ramos	Suplente	5902-1	RES
Ludmila Maria Martins de Oliveira	Titular	10717-4	PPO
Camila Regina Carvalho	Suplente	13336-1	PPO
Benício José Almeida Ramalho	Titular	7318-0	DTI
Flavio Vieira Pontes	Suplente	7578-7	DTI
Sueli de Souza Santos Elói	Titular	10930-4	DFN


José Geraldo de Freitas	Suplente	5280-9	DFN
Rafael Matias de Abreu	Titular	10796-4	CAF
Paulo Henrique Damasceno Nogueira	Suplente	8462-X	CAF
Aginaldo Henrique Silva Fonseca	Titular	8929-X	CRP
Ionice Oliveira Mendonça	Suplente	8640-1	CRP


3. determinar que a presidência da referida comissão fique a cargo do Arquivista Eduardo Luiz dos Santos.

Publique-se e cumpra-se.

**Demetrius David da Silva**

**Reitor**

	<p>Documento assinado eletronicamente por <b>DEMETRIUS DAVID DA SILVA, Reitor</b>, em 23/03/2023, às 14:08, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do <a href="#">Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015</a>.</p>
--	--

	<p>A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <a href="http://sei.dti.ufv.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&amp;id_orgao_acesso_externo=0">http://sei.dti.ufv.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&amp;id_orgao_acesso_externo=0</a>, informando o código verificador <b>0990652</b> e o código CRC <b>1E878480</b>.</p>
---	---

**Referência:** Processo nº 23114.907150/2021-05

Campus Viçosa  
Av. Peter Henry Rolfs, s/nº, Campus Universitário  
36570-900 Viçosa/MG

Campus Florestal  
Rodovia LMG-818, km 6  
35690-000 Florestal/MG

SEI nº 0990652  
Campus Rio Paranaíba  
Rodovia MG-230, Km 7, Zona Rural, Rodoviária  
38810-000 Rio Paranaíba/MG

## ANEXO J – PRIMEIRO ROTEIRO DE DIGITALIZAÇÃO E INDEXAÇÃO

**Universidade Federal de Viçosa  
Diretoria de Registro Escolar  
Roteiro de operacionalização do Acervo Digital**

Criação deste documento: 10/10/2022  
Atualizado em: 10/10/2022

Este documento tem por objetivo orientar e padronizar as práticas de digitalização/indexação do acervo acadêmico digital da UFV.

Esta é uma versão inicial e com a evolução do conhecimento e experiência prática é possível rever a melhorar as decisões aqui presentes.

### **D) Digitalização**

A digitalização consiste em escanear os documentos físicos.

- a) resolução: 300 dpi
- b) formato: PDF/A

a princípio o scanner já digitaliza neste formato mas na dúvida cabe a nós conferir pelo menos nos primeiros arquivos digitalizados.

Sugestão de site de validação da conformidade do PDF/A:

<https://avepdf.com/pt/pdfa-validation>

#### c) estratégia operacional:

- todos arquivos digitalizados deverão ser gravados no equipamento “servidor” que guardará todos arquivos
- é preciso configurar um equipamento para ter um diretório compartilhado para coletar estes arquivos
- é preciso configurar todos computadores nos quais se fará a digitalização para reconhecer o diretório compartilhado no “servidor”
- antes de se começar cada lote de digitalização deve-se solicitar ao setor de TI a criação das pastas para cada aluno do lote no equipamento “servidor”
- cada pasta deverá ser nomeada com o CPF do estudante
- todos arquivos digitalizados para cada estudante DEVEM ser gravados no diretório identificado com seu CPF no equipamento “servidor”
- NÃO é necessário renomear os arquivos digitalizados a fim de identificar a qual documento eles se referem. Esta ação atrasaria demais o processo. Esta identificação será feita no processo de indexação
- Observações.:
  - Cuidar SEMPRE para que o arquivo digitalizado seja gravado na pasta CPF do aluno no equipamento “servidor”
  - neste primeiro momento interagir com Margareth em casos de dúvidas e antes de acionar o setor de TI.